

Luciana Ferreira Gomes

ACESSO AO PRIMEIRO EMPREGO: barreiras e facilitadores na percepção
de jovens de 14 a 24 anos

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2021

Luciana Ferreira Gomes

ACESSO AO PRIMEIRO EMPREGO: barreiras e facilitadores na percepção
de jovens de 14 a 24 anos

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Ocupação.

Linha de Pesquisa: Ocupação, Políticas Públicas e Inclusão Social

Orientadora: Profa. Dra. Adriana M. Valladão Novais Van Petten

Coorientadora: Profa. Dra. Rosângela Gomes da Mota de Souza

Belo Horizonte

Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG

2021

G633a Gomes, Luciana Ferreira
2021 Acesso ao primeiro emprego: barreiras e facilitadores na percepção de jovens de 14 a 24 anos. [manuscrito] / Luciana Ferreira Gomes – 2021.
115 f.: il.

Orientadora: Adriana Maria Valladão Novais Van Petten
Coorientadora: Rosângela Gomes da Mota de Souza

Mestrado (dissertação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional.
Bibliografia: f. 75-85

1. Trabalho – Teses. 3. Jovens – Teses. 3. Mercado de trabalho – Teses. 4. Inclusão social – Teses. I. Van Petten, Adriana Maria Valladão Novais. II. Souza, Rosângela Gomes da Mota de. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. IV. Título.

CDU: 331.056

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Danilo Francisco de Souza Lage, CRB: n° 3132, da Biblioteca da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA OCUPAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

"ACESSO AO PRIMEIRO EMPREGO: barreiras e facilitadores na percepção de jovens de 14 a 24 anos"

LUCIANA FERREIRA GOMES

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS DA OCUPAÇÃO, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS DA OCUPAÇÃO, área de concentração OCUPAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E INCLUSÃO.

Prof(a). Adriana Maria Valladão Novais Van Petten - Orientador

UFMG

Prof(a). Rosangela Gomes da Mota de Souza

UFMG

Prof(a). Cristiane Miryam Drumond de Brito

UFMG

Prof(a). Patrícia Leme de Oliveira Borba

Universidade Federal de São Paulo

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Miryam Drumond de Brito, Professora do Magistério Superior**, em 13/12/2021, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Maria Valladão Novais Van Petten, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 13/12/2021, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Gomes da Mota de Souza, Professora do Magistério Superior**, em 13/12/2021, às 12:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Leme de Oliveira Borba, Usuária Externa**, em 13/12/2021, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Assis Costa, Professora do Magistério Superior**, em 04/01/2022, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1105963** e o código CRC **F0EE2779**.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL
COLEGIADO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA OCUPAÇÃO

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA LUCIANA FERREIRA GOMES

Realizou-se, no dia 13 de dezembro de 2021, às 09:00 horas, <https://shortest.link/1WHJ>, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *ACESSO AO PRIMEIRO EMPREGO: barreiras e facilitadores na percepção de jovens de 14 a 24 anos*, apresentada por LUCIANA FERREIRA GOMES, número de registro 2019714560, graduada no curso de TERAPIA OCUPACIONAL, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS DA OCUPAÇÃO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Adriana Maria Valladão Novais Van Petten - Orientador (UFMG), Prof(a). Rosangela Gomes da Mota de Souza (UFMG), Prof(a). Cristiane Miryam Drumond de Brito (UFMG), Prof(a). Patrícia Leme de Oliveira Borba (Universidade Federal de São Paulo).

A Comissão considerou a dissertação:

- (X) Aprovada
() Reprovada

A versão final da dissertação, devidamente corrigida, deverá ser entregue até 60 dias após sua defesa.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2021.

Prof(a). Adriana Maria Valladão Novais Van Petten (Doutora)

Prof(a). Rosangela Gomes da Mota de Souza (Doutora)

Prof(a). Cristiane Miryam Drumond de Brito (Doutora)

Prof(a). Patrícia Leme de Oliveira Borba (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Miryam Drumond de Brito, Professora do Magistério Superior**, em 13/12/2021, às 12:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Leme de Oliveira Borba, Usuário Externo**, em 13/12/2021, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Maria Valladão Novais Van Petten, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 13/12/2021, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosângela Gomes da Mota de Souza, Professora do Magistério Superior**, em 13/12/2021, às 12:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Assis Costa, Professora do Magistério Superior**, em 04/01/2022, às 12:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1105956** e o código CRC **5D250FF0**.

Dedico esse estudo a todos os jovens com quem trabalho diariamente, a todos que estão em busca do primeiro emprego e, especialmente, aos que participaram dessa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Obrigada Deus por ter me dado forças para passar pelos obstáculos gerados pela cruel pandemia de COVID-19, assim como pelo sofrimento decorrente dessa doença.

À minha família e meu marido por me acolherem com carinho e paciência durante essa jornada de estudo. Especialmente aos meus pais: ao meu pai, por todo cuidado, pelos cafezinhos e amor comigo nessa trajetória; à minha mãe pelo amor, por estar sempre à disposição para ajudar-me, e, sobretudo, por ser a maior incentivadora à continuidade dos meus estudos e formação.

À professora Cristiane Myriam Drumond de Brito, sou grata pela orientação da adequação do projeto inicial dessa pesquisa.

Às professoras da banca de qualificação Kátia Maria Penido Bueno e Patrícia Leme de Oliveira Borba pelas valiosas contribuições para a sequência do estudo.

Às professoras Adriana Valladão e Rosangela Mota, exemplos de generosidade, sabedoria e dedicação, obrigada pela preciosa e imensurável cooperação na orientação dessa pesquisa, sem a qual não seria possível concluí-la.

Às professoras do curso de mestrado, pelo saber compartilhado e galhardia nas disciplinas lecionadas.

Às amigas da primeira turma de mestrado em Estudos da Ocupação, da EEEFTO/UFMG, que conquistei nessa caminhada, muito obrigada pelo apoio, afeto e incontáveis contribuições para meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Sou grata pelos momentos de descontração e ricos diálogos.

À amiga Juliana Pieve de Souza, pela motivação.

À amiga Kátia Cristina Martins Fonseca, pelas oportunidades de ponderação, diálogo e entendimento da prática, sob a perspectiva do conhecimento adquirido.

Às amigas da graduação em Terapia Ocupacional, presentes em minha vida até os dias atuais: Profa. Dra. Clarice Ribeiro Soares Araújo, por divulgar o edital de seleção e incentivar nossa formação, Ana Paula Cunha, por compartilhar comigo momentos de diálogo e reflexão, à Flávia Garcia, Suelen Campos, Cristiane Horizontina, Daiane Costa, Márcia Campos Muramaa.

“O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem”.

Guimarães Rosa

RESUMO

O objetivo desse estudo foi identificar, segundo a percepção de jovens de 14 a 24 anos, barreiras e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego formal. De natureza quantitativa, o presente estudo utilizou questionário online para coleta de dados, disponibilizado de março a junho de 2021 na plataforma *Google Forms*, divulgado nas redes sociais e em empresas que atuam na colocação de jovens no primeiro emprego formal. Para tratamento e análise dos dados, cada questão foi classificada de acordo com a dimensão à qual se enquadrava, isto é, individual, contextual ou macroestrutural, bem como à situação de facilitador ou barreira. Além disso, a escala *Likert* de 5 pontos foi adaptada para desfechos dicotômicos, isto é, concordo e discordo, agrupando as respostas de concordância e discordância em grupos distintos. A amostra foi constituída por 107 respondentes, distribuídos por todo Brasil. A partir da análise estatística dos resultados obtidos pode-se constatar a dimensão individual é a que sobressai dentre as analisadas e compreende, segundo percepção dos jovens pesquisados, tanto a principal barreira para o acesso ao primeiro emprego – baixo nível de escolaridade – quanto o mais importante facilitador – curso de formação para o trabalho. Na dimensão contextual, destaca-se o apoio familiar como facilitador e a falta de dinheiro para o transporte público enquanto barreira. Já na dimensão macroestrutural, a situação econômica do país constitui importante barreira para o ingresso no primeiro emprego e o acesso à internet, facilitador. Este estudo permitiu concluir que os jovens pesquisados atribuem ao indivíduo o êxito ou fracasso na obtenção do primeiro emprego formal, ao reconhecerem a dimensão individual como a de maior impacto sobre o desfecho estudado, em consonância com o individualismo difundido pela ideologia capitalista neoliberal.

Palavras chave: Barreiras. Facilitadores. Primeiro emprego formal. Juventude.

ABSTRACT

The aim of this study was to identify, according to the perception of young people aged 14 to 24, barriers and facilitators for accessing their first formal job. Quantitative in nature, the present study used an online questionnaire for data collection, available from March to June 2021 on the Google Forms platform, disclosed on social networks and in companies that work in placing young people in their first formal job. For data treatment and analysis, each question was classified according to the dimension to which it fit, that is, individual, contextual or macro-structural, as well as the facilitator or barrier situation. In addition, the 5-point *Likert* scale was adapted for dichotomous outcomes, that is, agree and disagree, grouping the responses of agreement and disagreement into distinct groups. The sample consisted of 107 respondents, distributed throughout Brazil. From the statistical analysis of the results obtained, it can be seen that the individual dimension is the one that stands out among those analyzed and comprises, according to the perception of the young people surveyed, both the main barrier to accessing a first job – low level of education – and the most important facilitator – on-the-job training course. In the contextual dimension, family support is highlighted as a facilitator and the lack of money for public transport as a barrier. In the macro-structural dimension, the country's economic situation constitutes an important barrier to entering a first job and access to the internet, a facilitator. This study allowed us to conclude that the young people surveyed attribute to the individual the success or failure in obtaining their first formal job, recognizing the individual dimension as the one with the greatest impact on the studied outcome, in line with the individualism spread by the neoliberal capitalist ideology.

Keywords: Barriers. Facilitators. First formal job. Youth.

LISTA DE SIGLAS

AMAS – Associação Municipal de Assistência Social
ASSPROM – Associação Profissionalizante do Menor
CePAI – Centro Psíquico da Adolescência e Infância
CESAM – Centro Salesiano do Aprendiz
CERSAMi – Centro de Referência da Saúde Mental infanto-juvenil
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNPP – Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude
COEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
COVID-19 – Corona Vírus Disease 2019
CPGEO – Curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
CVB – Cruz Vermelha Brasileira
DDS – Determinantes Sociais de Saúde
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EEFFTO – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
EJA – Educação de Jovens e Adultos
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IOS – Instituto da Oportunidade Social
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNPE – Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
ProJovem – Programa Unificado da Juventude
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
SNJ – Secretaria Nacional de Juventude
SUS – Sistema Único de Saúde
TALE – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

WFOT – World Federation of Occupational Therapists

LISTA DE TABELAS

Tabela 1a: Perfil e caracterização sociodemográfica dos jovens participantes.....	31
Tabela 1b: Perfil e caracterização sociodemográfica dos jovens participantes.....	32
Tabela 2: Motivação para interrupção dos estudos, principais atividades de trabalho desempenhadas informalmente e informações sobre a família dos jovens pesquisados.....	33
Tabela 3a: Percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para a aquisição de primeiro emprego formal relacionados à dimensão individual.....	34
Tabela 3b: Percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para a aquisição de primeiro emprego formal relacionados à dimensão individual.....	35
Tabela 4: Classificação das proporções de concordância das percepções dos participantes referente aos facilitadores e barreiras para aquisição de primeiro emprego formal relacionadas à dimensão individual.....	36
Tabela 5a: Percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para aquisição do primeiro emprego formal relacionados à dimensão contextual.....	37
Tabela 5b: Percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para aquisição do primeiro emprego formal relacionados à dimensão contextual.....	38
Tabela 6: Classificação das proporções de concordância das percepções dos participantes referente aos facilitadores e barreiras para aquisição de primeiro emprego formal relacionados à dimensão contextual.....	39
Tabela 7: Percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para aquisição do primeiro emprego formal relacionados à dimensão macroestrutural.....	40
Tabela 8: Classificação das proporções de concordância das percepções dos participantes referente aos facilitadores e barreiras para aquisição de primeiro emprego formal relacionados à dimensão macroestrutural.....	41
Tabela 9a: Classificação geral das proporções dos facilitadores e barreiras para a aquisição do primeiro emprego formal das diferentes dimensões segundo a percepção dos participantes.....	42
Tabela 9b: Classificação geral das proporções dos facilitadores e barreiras para a aquisição do primeiro emprego formal das diferentes dimensões segundo a percepção dos participantes.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Local para consentimento em participar da pesquisa online.....	26
Figura 2 - Tela inicial do questionário online.....	28

APRESENTAÇÃO

A escolha do tema para este estudo surgiu a partir do exercício da Terapia Ocupacional, dedicada há dez anos aos jovens de classes populares usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Nos atendimentos aos jovens e familiares surgem constantemente queixas relacionadas a não obtenção de trabalho, pedidos de encaminhamento para o primeiro emprego e a necessidade relatada por esses jovens de um salário para, principalmente, custearem o próprio consumo e ajudarem financeiramente a família. Da mesma forma, nas reuniões de equipe do local onde trabalho – Centro Psíquico da Adolescência e Infância (CePAI), credenciado em 2018 como Centro de Referência da Saúde Mental Infanto-Juvenil (CERSAMi) Centro Sul –, nos momentos de discussão de caso, frequentemente é solicitado às terapeutas ocupacionais auxílio para a inserção dos jovens usuários do referido serviço de saúde no mercado de trabalho formal, sob a perspectiva da construção de identidade, autonomia e inclusão social. A frequência dessa vivência no exercício da profissão junto ao público jovem suscitou reflexão pessoal sobre a inserção dos jovens no mercado de trabalho formal e também acerca da importância do trabalho como uma das ocupações valorizadas pelos jovens de classes populares e seus grupos familiares. A partir de então, pesquisou-se políticas públicas para esse fim, as quais visam facilitar o acesso dos jovens ao trabalho formal, contudo a prática profissional revelou o desemprego expressivo dentre os jovens atendidos. O problema percebido na prática clínica foi o elemento estruturador dessa pesquisa.

Esta dissertação tratou do tema ocupação de jovens de 14 a 24 anos proporcionada pelo ingresso no primeiro emprego no mercado de trabalho formal. O objetivo principal foi identificar, a partir da percepção do referido público, os elementos facilitadores e as barreiras para o acesso ao primeiro emprego com carteira assinada considerando as seguintes dimensões: individual, contextual e macroestrutural.

O atual estudo foi escrito conforme Resolução n.º. 02/2021 do Curso de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação (CPGEO) da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que dispõe sobre os critérios para a defesa de dissertação dos seus discentes. Ainda, em consonância com a referida Resolução (art. 3º), a dissertação foi elaborada sob o formato convencional, assim sendo, está estruturada da seguinte forma:

•capítulo 1 - refere à introdução do tema abordado, na qual se incluiu a revisão da literatura. Este texto enfatiza os conceitos de trabalho, juventude, estudos que analisaram a relevância do trabalho formal para jovens de baixa renda, pesquisas do IBGE/PNADC, RAIS com indicadores atuais de emprego e desemprego juvenil, programas e políticas públicas para emprego e renda destinadas aos jovens de 14 a 24 anos, seguido de reflexão sobre ocupação – lugar de destaque na Terapia Ocupacional;

•Capítulo 2 - Desenho metodológico;

•Capítulo 3 - Resultados da pesquisa de campo;

•Capítulo 4 - Discussão dos resultados obtidos nesta pesquisa;

•Capítulo 5 - Conclusão do presente estudo.

•Por fim, são listadas as referências bibliográficas, seguida do Anexo 1 - Parecer de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais e dos Apêndices (1 a 6):1 - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para jovens de 14 a 17 anos; 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) específico para responsáveis pelos jovens de 14 a 17 anos; 3 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para jovens de 18 a 24 anos; 4 - Questionário; 5 - Classificação das afirmativas entre barreiras e facilitadores por dimensões individual, contextual e macroestrutural; 6 - Carta convite para empresas que promovem a inserção de jovens no mercado de trabalho formal para divulgação interna da pesquisa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA DE PESQUISA	25
2.1 Desenho metodológico	25
2.2 Participantes	25
2.3 Instrumento de coleta de dados	26
2.4 Procedimentos	29
2.5 Tratamento dos dados	30
3 RESULTADOS	32
4 DISCUSSÃO	46
5 CONCLUSÃO.....	69
REFERÊNCIAS	71
APÊNDICE 1 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para Participantes de 14 a 17 anos	82
APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Específico para Responsáveis pelos Jovens de 14 a 17 anos Pesquisados.....	84
APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para Jovens de 18 a 24 anos Pesquisados.....	86
APÊNDICE 4 – Questionário de Pesquisa – Barreiras e Facilitadores para Acesso ao Primeiro Emprego Juvenil.....	88
APÊNDICE 5 – Categorização Aproximada das Afirmativas como Facilitadores ou Barreiras, Segundo as Dimensões Analisadas: Individual, Contextual e Macroestrutural.....	99
APÊNDICE 6 – Carta Convite	103
ANEXO 1 – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais	104

1 INTRODUÇÃO

O ingresso de jovens pobres e em situação de vulnerabilidade social no mercado de trabalho formal tem sido oportunizado pelo primeiro emprego, o qual possibilita contribuir para a inserção social ao favorecer a criação de novos vínculos sociais, possibilidades de alcançar autonomia financeira e viabilizar maior empenho dos jovens nos estudos (BORGES; COUTINHO, 2010; SOUSA; FROZZI; BARDAGI, 2013; VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014; SIMPLÍCIO; ANDRADE, 2015).

Sob a perspectiva da possibilidade de inclusão social, pesquisas realizadas com jovens brasileiros de classes populares assinalaram que a atividade laboral desenvolvida por eles refletiu em maior empenho nos estudos, melhor relação com os pais e amigos, criação de novos grupos sociais, remuneração para o próprio sustento, consumo de bens e produtos, contribuição com a renda familiar, acesso a curso técnico, planos de melhor emprego no futuro, experiência profissional, responsabilidade, independência, autonomia, autoestima, confiança, respeito, realização e crescimento pessoal (BORGES; COUTINHO, 2010; MANDELLI, 2011; SOUSA; FROZZI; BARDAGI, 2013; SILVA; TRINDADE, 2013; VERIGUINE; BASSO; SOARES, 2014; VILLAR; MOURÃO, 2018). Acrescentam, Veriguine, Basso e Soares (2014), em pesquisa realizada com jovens de condição socioeconômica desfavorecida, que para eles a vivência do primeiro emprego formal foi importante para construir projetos de vida diferente dos pais, com estabilidade e melhor condição de vida; para os mesmos jovens também foi importante identificarem-se como trabalhador, papel que lhes confere cidadania, declarativo de uma identidade jovem positiva.

Por um lado, destaca-se a importância conferida pelos jovens ao acesso ao emprego formal e, por outro, há que se considerar a realidade de oferta significativa de possibilidades de trabalho para juventude se caracterizar, especialmente, por subemprego e trabalho informal, cujos vínculos são precários, além do expressivo desemprego entre esse público (AMAZARRAY *et al.*, 2009; BORGES; COUTINHO, 2010; LEÃO; NONATO, 2012; SILVA; TRINDADE, 2013; FORTUNATTI; LUCAS, 2013; SIMPLÍCIO; ANDRADE, 2015).

O desemprego é tema atual e mundialmente debatido nos diversos seguimentos da sociedade cujas causas se relacionam às intensas transformações no mundo do trabalho ocorridas no Brasil, inicialmente nos anos 1970, e outras desestruturações do mercado de trabalho a partir de 1980. Esses impactos foram sofridos por toda população e, necessariamente, pelos jovens que, em 1990, se viram diante da falta de oportunidade de

emprego, principalmente para aqueles mais pobres. Essa situação perdura até os dias atuais com tendência de agravamento, o que contribui para o aumento das estatísticas de desemprego e, por conseguinte, dificulta o enfrentamento da exclusão social (MOTA; OSTERNE, 2013; NUNES; FERNANDEZ, 2016).

Segundo Relatório Mundial da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2009, o desemprego juvenil mundial atingiu seu índice máximo com 76,7 milhões de jovens entre 15 e 24 anos (inclusive) sem ocupação, em idade apta ao trabalho, desempregados, disponíveis e a procura por emprego. Essa realidade coopera para que os jovens iniciem a vida produtiva em trabalhos informais, conforme dados do relatório da OIT de 2017, segundo o qual 76,7% dos jovens trabalhavam na informalidade, por conta própria, em comparação a 57,9% de adultos no mercado informal (OIT, 2017).

Conforme dados do primeiro trimestre de 2021 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os jovens de 14 a 17 anos de idade representavam 7,0% das pessoas em idade de trabalhar e os jovens de 18 a 24 anos correspondiam a 12,0%. Já em relação ao número de pessoas ocupadas por grupo de idade nesta ocasião, 1,2% eram jovens de 14 a 17 anos e 11,1% eram jovens com idade entre 18 a 24 anos, o que equivalia a 30,6% do total de jovens entre 14 e 24 anos. Esses percentuais são os menores desde 2012, para ambos os grupos etários, evidenciando redução da participação dos jovens trabalhadores no mercado de trabalho (IBGE/PNADC, 2021). Segundo dados da PNADC, com referência as pessoas desocupadas ou sem trabalho no 1º trimestre de 2021, no grupo de 14 a 17 anos havia 843.600 (5,7%) e dentre as pessoas de 18 a 24 anos, havia 4,2 milhões (29,0%) de jovens desocupados¹, sendo esse último patamar superior ao esperado (IBGE/PNADC, 2021).

Frente ao cenário de crise de emprego global, fóruns mundiais têm explicitado a relevância do desemprego juvenil e a preocupação quanto ao risco mundial de não se aproveitar a força de trabalho de toda uma geração de jovens, caso o problema do desemprego não seja solucionado (OIT, 2012; ONU, 2015). Nota-se que a persistência do desemprego nesta faixa etária, a não aquisição de trabalho em idade produtiva, pode condenar moralmente essa população de forma permanente, sobretudo, àqueles que pertencem às classes sociais desfavorecidas e vulneráveis (OIT, 2012). Dessa forma, não acessar o primeiro emprego e

¹Cabe esclarecer que pessoas desocupadas, na semana de referência, são aquelas sem trabalho em ocupação e que no período de referência de 30 dias buscaram efetivamente trabalho e estavam prontos para assumi-lo, assim como as pessoas que estavam sem trabalho em ocupação e não procuraram emprego de forma efetiva no período de referência de 30 dias, isso porque já tinham conseguido emprego e começariam a trabalhar em menos de quatro meses após o último dia da semana de referência (IBGE/PNADC, 2021).

permanecer desempregado pode levar a uma ruptura do vínculo social, o que remete a uma forma de exclusão, uma vez que esse público apto ao trabalho e à vida na sociedade contemporânea, não consegue nela entrar por não encontrar um lugar no mercado de trabalho (WANDERLEY, 2001).

Outra questão relacionada à importância da participação dos jovens no mercado de trabalho é apresentada sob a perspectiva do envelhecimento da população, tendência mundial e, conseqüentemente, necessidade do trabalho dos jovens para a recomposição da força de trabalho e manutenção dos fundos de aposentadoria e pensão para um número de aposentados que tende a aumentar com o decorrer do tempo (OIT, 2017).

Considerando os desafios para a inserção do jovem no mundo do trabalho, principalmente para conseguir o primeiro emprego, bem como o objetivo de combater o desemprego juvenil, principalmente a partir da primeira década do século XXI, o Brasil passou a desenvolver políticas públicas para geração do primeiro emprego e renda para jovens pobres, de 14 a 29 anos, focadas na formação profissional e escolar. Na direção da construção de políticas públicas voltadas para os jovens, em 2005 foi aprovada a Política Nacional da Juventude e foram criados a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) (SOUZA, 2016).

Desde então, foram instituídos diversos programas atrelados a diferentes políticas focais. Em 2000, o Programa Jovem Aprendiz; em 2001, o Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano; em 2003, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens (PNPE); em 2005, o Programa Escola de Fábrica; ainda em 2005, o Governo Federal instituiu o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), o qual foi reformulado em 2008, sob o título de ProJovem Unificado – subdividido em ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; ProJovem Urbano; ProJovem Campo - Saberes da Terra; e ProJovem Trabalhador (BRASIL, 2000; BRASIL, 2001; BRASIL, 2003; BRASIL, 2005; BRASIL, 2008). Além desses programas estabelecidos pelo Governo Federal, Organizações Não Governamentais (ONG) e instituições filantrópicas desenvolvem ações com jovens pobres e em situação de vulnerabilidade social, tais como: Instituto da Oportunidade Social (IOS), Associação Profissionalizante do Menor (ASSPROM); Rede Cidadã; Centro Salesiano do Aprendiz (CESAM); Centro de Integração Empresa Escola (CIEE); Cruz Vermelha Brasileira (CVB), Associação Municipal de Assistência Social (AMAS), dentre outras.

Cabe contextualizar que as políticas públicas, também denominadas de políticas sociais, de educação, trabalho e geração de renda, direcionadas aos jovens brasileiros

necessitam estar aliadas à qualificação profissional e aprimoramento da formação de mão de obra, pois essa iniciativa servirá como importante diferencial, tanto para o ingresso quanto para permanência dos jovens no mercado de trabalho formal (NUNES; FERNANDEZ, 2016). Para Kerstenetzky (2011), as políticas sociais deveriam focar na proteção social, prevenção contra riscos sociais, redução de desigualdades e pobreza, bem como deveria promover justiça social.

Embora constata-se diferentes iniciativas por parte do governo, no tocante às políticas públicas para o acesso do jovem ao primeiro emprego, estudos ressaltam a importância dessas políticas com foco nos grupos juvenis em situação de vulnerabilidade social, que vivem nas periferias urbanas, levando-se em conta a desigualdade social vivenciada no Brasil (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; BARREIRO; MALFITANO, 2014; OLIVEIRA; TAVARES, 2017). A esse respeito, as políticas públicas são respostas do Estado para os direitos dos jovens cidadãos e são relevantes para combater as desigualdades sociais que se manifestam, principalmente, por meio da violência, desemprego, exigência de qualificação (OLIVEIRA; TAVARES, 2017). Nesse cenário, é inegável a necessidade de políticas públicas programadas de forma democrática, bem aplicadas e sem interrupção para assegurar a real efetivação dos direitos da juventude (MOTA; OSTERNE, 2013), caso contrário, “o direito desses jovens passa a ser declaratório não exercido e não vivido pelos sujeitos” (OLIVEIRA; TAVARES, 2017, p. 9).

As lacunas e desafios para o desenvolvimento destas políticas de Estado podem ser verificados, em parte, pela manutenção do alto índice de desemprego juvenil, bem como pelo baixo acesso ao primeiro emprego, conforme demonstrou o Boletim da Aprendizagem Profissional de janeiro a dezembro de 2019, segundo o qual, neste período foram admitidos 481.284 aprendizes no país, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BRASIL, 2019), o que corresponde a 54,55% do potencial de colocação, quando se considera que empresas de médio e grande porte devem reservar um percentual das vagas para jovens de 14 a 24 anos, como previsto em lei. Cabe salientar que a legislação para Aprendizagem Profissional foi criada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Lei nº 10.097/2000, e determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem o mínimo de 5% e máximo de 15% de jovens de 14 a 24 anos (exceto o limite máximo de idade para aqueles com deficiência), cujas funções necessitem de formação profissional e para as micro e pequenas empresas, a contratação é voluntária (BRASIL, 2000).

Diversos autores têm se debruçado sobre a questão do desemprego juvenil e o acesso ao primeiro emprego. Os estudos mais recentes discutem sobre o impacto dos

programas para o adolescente (MANDELLI, 2011; SOUZA, 2016), a relação entre a formação oferecida nos programas e a empregabilidade posterior (SILVA; TRINDADE, 2013; CARRIJO, 2017; VILLAR; MOURÃO, 2018), empregabilidade e permanência na escola (MANDELLI, 2011; FORTUNATTI; LUCAS, 2013; SILVA; TRINDADE, 2013; MOTA; OSTERNE, 2013; SOUZA; FROZZI; BARDAGI, 2013; THOMÉ; PEREIRA; KOLLER, 2016; VILLAR; MOURÃO, 2018), mas poucos avaliam as questões relacionadas aos fatores que contribuem positiva ou negativamente para o acesso dos jovens ao primeiro emprego, na percepção dos próprios jovens (MOTA; OSTERNE, 2013; REIS, 2015; CARRIJO, 2017; SILVA; COSTA, 2019).

Assim, em relação aos fatores negativos associados ao trabalho na juventude, Sousa, Frozzi e Bardagi (2013) identificaram que a inserção profissional, por meio do Programa Jovem Aprendiz, acarretou problemas de saúde, como poucas horas de sono, problemas intestinais, má alimentação e falta de energia. Amazarray *et al.* (2009) verificaram que na literatura destaca-se a ocorrência de patologias respiratórias, osteomusculares, circulatórias dentre jovens trabalhadores, assim como sono durante o dia, cansaço, pouco tempo livre, além de aspectos do trabalho geradores de estresse relativo ao excesso de tarefa e, conseqüentemente, de responsabilidades. Conciliar estudo e trabalho via aprendizagem nas empresas muitas vezes é uma tarefa árdua em virtude da escassez de tempo livre para dedicar-se aos estudos, à própria saúde, aos momentos de convivência com a família, amigos e às atividades de lazer, esporte (SOUSA; FROZZI; BARDAGI, 2013; AMAZARRAY *et al.*, 2009; DIAS; BULGACOV; CAMARGO, 2007). O início antecipado da atividade laboral na juventude, por aqueles que pertencem às classes populares, incita preocupação, pois para grande parte desse público acarreta no abandono precoce dos estudos e coíbe o acesso desses jovens a melhores cargos e aos trabalhos mais valorizados social e economicamente (MOTA; OSTERNE, 2013).

Ainda, em relação às barreiras assinaladas na literatura para o acesso dos jovens ao primeiro emprego, verifica-se: inexperiência no mercado de trabalho, abandono dos estudos e/ou baixo nível de escolaridade associado à exigência de qualificação profissional e pessoal, impostas pelas mudanças do mercado de trabalho, emprego de novas tecnologias e globalização da economia. Esses aspectos contribuem para ocupação desse público cada vez mais precária, levando a empregos subqualificados constituindo barreira para o próprio desenvolvimento e melhora da mão de obra desses jovens (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; MOTA; OSTERNE, 2013; REIS, 2015; CARRIJO, 2017; OIT, 2017; SILVA; COSTA, 2019).

A literatura também aponta que a segregação por sexo, cor e a percepção que os jovens possuem sobre si mesmos impactam negativamente no acesso ao primeiro emprego, o que pode ser interpretado como barreira para acessar o primeiro emprego. Nessa seara, a probabilidade de separação por sexo para o ingresso no primeiro emprego tende a ser mais difícil para as meninas, principalmente para cargos de melhor qualidade, ainda que tenham a mesma formação escolar dos meninos. Outro fator que interfere negativamente na contratação para o primeiro emprego é a separação por cor, pois jovens brancos tendem a ocupar cargos de melhor qualidade que os demais. Este fator ainda é mais forte nas mulheres, pois elas apresentam maior dificuldade em acessar o primeiro emprego numa classe de melhor condição socioeconômica (CARRIJO, 2017).

Quanto aos fatores facilitadores para o ingresso do jovem no mercado formal de trabalho, em geral, estudos indicam que sobressai o nível de escolarização – jovem com maior tempo de formação educacional tem mais possibilidade de acessar o primeiro emprego –; os programas de governo voltados para o acesso ao primeiro emprego, embora não atendendo o percentual potencial de colocação no mercado, são avaliados como positivos por assegurarem os direitos trabalhistas, bem como promoverem a formação profissional aliada à continuidade dos estudos (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; SILVA; TRINDADE, 2013; FORTUNATTI; LUCAS, 2013; REIS, 2015; SOUZA, 2016; CARRIJO, 2017).

Alguns estudos buscaram captar o significado do trabalho para os jovens. Nesta direção, Amazarray *et al.* (2009) evidenciaram em estudo realizado com jovens aprendizes, que o trabalho, na sua dimensão subjetiva, não representa para eles uma “atividade humana por excelência, que proporciona prazer, realização pessoal, expressão da criatividade e exercício de um papel na sociedade” (p. 335), mas sim o benefício financeiro do emprego, isto é, o salário, o que equivale a dimensão objetiva do trabalho. Para as autoras, o significado do trabalho atribuído pelos jovens, compara-se a venda da mão de obra como se mercadoria fosse. Outros dados relevantes citados por jovens trabalhadores estão ligados ao valor moral da atividade laboral, segundo o qual “ser trabalhador é cumprir seus deveres e obrigações” (DIAS; BULGACOV; CAMARGO, 2007, p. 356) e a premissa de que “ser bom é ser trabalhador” (AMAZARRAY *et al.*, 2009, p. 335).

Sendo assim, reitera-se que a juventude apresenta especificidades e certas vulnerabilidades, bem como atribui importância ao ambiente social, uma vez que esse regula a adaptação ou não dos jovens à vida em sociedade (CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014; SCHUMANN, 2014). Nas situações relativas ao trabalho há características ligadas aos aspectos quantitativos e qualitativos das oportunidades disponibilizadas para os indivíduos, os

quais se relacionam com os aspectos históricos e estruturais da sociedade (CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014). Nessa perspectiva, tratar do tema do trabalho por meio do primeiro emprego formal para jovens de famílias com baixa renda per capita requer apresentar o debate acerca das concepções de juventude e sua relação com o trabalho.

Os estudos na área da sociologia, em torno da discussão do conceito de juventude – público-alvo do presente estudo – ganham ampla abordagem em virtude das múltiplas e peculiares formas de ser jovem e estar no mundo. Essas possibilidades estão condicionadas às dimensões histórica, social, cultural e geracional; às condições de vida; ao local onde vive, entre outras variantes. Por esse motivo entende-se que não há uma única juventude e sim várias juventudes, sendo que a maioria é fruto das desigualdades sociais determinada por todo contexto de vida (MARGULIS; URRESTI, 1998; FREITAS, 2005; SILVA; LOPES, 2009).

Margulis e Urresti (1998) acrescentam ao conceito de juventude a moratória social e a moratória vital. A moratória social refere-se ao período em que os jovens de classe alta e média tem a oportunidade de se prepararem para a vida adulta, ocupando o tempo livre com estudo, qualificação e atividades de lazer. Dessa forma, demoram a ingressar no mercado de trabalho, sair da casa dos pais, casar e constituir família, alongando o tempo de juventude, sem a necessidade de trabalhar para a própria sobrevivência. Todavia, essa moratória não é vivida igualmente por todos os jovens, sobretudo por aqueles de classes populares de baixa renda, que ingressam mais cedo no trabalho, casam-se, tem filhos e passam a assumir responsabilidades de adulto e, essencialmente, por aqueles que se encontram nas classes sociais menos favorecidas.

Por outro lado, os jovens pobres vivem a “moratória social” imposta pelo elevado índice de desemprego, em função de exigência cada vez maior de qualificação para o trabalho e terminam por não trabalhar nem estudar, o que implica numa moratória prolongada até a idade adulta. Assim, percebe-se que a moratória social é um dos marcos que define os diferentes grupos juvenis, uns com oportunidades de viverem a moratória social em plenitude, outros não, em decorrência das desigualdades sociais (MARGULIS; URRESTI, 1998). Estudo realizado por Lopes e colaboradores (2008) também identificou que a moratória social não é vivida principalmente pelos jovens de classes populares, de baixa renda e, necessariamente, por aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade.

A moratória vital, segundo Margulis e Urresti (1998), também conhecida como “capital energético” (p. 5) é mais uma característica de ser jovem, essa concepção diz respeito à vitalidade, energia para suportar esforços e capacidade produtiva. Tal energia independe da

classe social, entretanto, nem todo jovem que vive a moratória vital, tal como os jovens pobres, passaram pela moratória social.

Retomando a questão do primeiro emprego e relacionando-a ao mercado de trabalho atual, Amazarray e colaboradores (2009) assinalam que a reformulação produtiva que vem acompanhada de novos discursos baseados no individualismo, exige um perfil flexível e competitivo do trabalhador. A percepção individualista da situação de desemprego vê essa questão como deficiência, irresponsabilidade e inatividade, características pessoais, responsabilizando assim o indivíduo e apontando para soluções centradas na promoção de habilidades e em mudanças na dimensão individual (GERLACH *et al.*, 2017).

É nesse cenário que os jovens pobres buscam a inserção laboral na expectativa de um futuro melhor. Todavia, eles encontram-se em grande desvantagem em consequência de menor qualificação e experiência profissional, maior risco de sofrerem acidentes de trabalho, resultando na manutenção de oportunidades desiguais. Frente às poucas chances de absorção pelo mercado de trabalho formal (carteira assinada), esses jovens são incorporados de forma precária, inserem-se no mercado de trabalho informal ou permanecem desempregados. Dessa forma, há a reprodução cíclica e contínua da entrada irregular no mercado de trabalho e, por conseguinte, a exclusão (SILVA; LOPES, 2009).

Ao considerarmos os estudos sobre ocupação, especificamente do campo da Terapia Ocupacional, de modo geral, eles dão ênfase aos fatores relacionados à dimensão individual (idade, sexo, cor, escolaridade, percepção de si mesmo etc.), deixando em segundo plano as dimensões contextual, micro e macroestrutural – apoio familiar, ambiente de trabalho, distância escola/trabalho/residência, incentivos governamentais, situação econômica do país, entre outros (GALVAAN, 2015; GERLACH *et al.*, 2017) –, que podem interferir positiva ou negativamente nas oportunidades ocupacionais do indivíduo, dentre elas o acesso ao primeiro emprego. Nesse campo, refletir sobre estruturas sociopolíticas mais amplas, relativas tanto aos contextos globais quanto locais das pessoas, permite compreender como as possibilidades ocupacionais dos indivíduos são delimitadas por aspectos sociais e políticos, circunstâncias pessoais, histórias de vida etc. (GERLACH *et al.*, 2017). Assim, a análise do acesso ao primeiro emprego deve se pautar sobre uma perspectiva crítica em relação às ocupações nas quais o indivíduo se engaja. Destaca-se que ocupação não é sinônimo de trabalho, todavia o trabalho adquire relevância por constituir marco importante da vivência de muitos jovens brasileiros, sendo uma das principais preocupações desse público (TOMASSI; CORROCHANO, 2020).

Hammell (2015) corrobora com a relevância dessa reflexão ao destacar que cabe aos terapeutas ocupacionais ultrapassarem a prática comprometida em mensurar unicamente as habilidades do indivíduo, procurando também identificarem características sociais estruturalmente enraizadas na compleição da sociedade capitalista contemporânea, tais como pobreza, racismo, colonialismo e capacitismo, dentre outras, as quais restringem as opções ocupacionais. Nesse sentido, Gerlach *et al.* (2017) apresentam o desafio que consiste incluir essas dimensões nas intervenções junto aos clientes, extrapolando as práticas assumidas como garantidas ou melhores práticas da profissão.

Refletir sobre ocupação – conceito caro à Terapia Ocupacional –, depara-se com a relevante questão de justiça ocupacional associada aos direitos ocupacionais. Especificamente sobre a inserção do jovem de 14 a 24 anos no mercado de trabalho formal, os jovens pobres são marcados pela desigualdade de oportunidades de acesso aos estudos, cultura, lazer e trabalho, o que implica em risco de vulnerabilidade (LOPES *et al.*, 2008; RIBEIRO, 2011; SILVA; GALETO; BASTISTA, 2020). Em princípio, a inserção desses jovens no mercado de trabalho perpassa por justiça ocupacional como direito ao trabalho, uma das formas de ocupação. O termo justiça ocupacional foi proposto por Wilcock e Townsend (2000) com o objetivo de trazer visibilidade às necessidades das pessoas acessarem, de modo equitativo, os recursos e as oportunidades ocupacionais e, assim, permitir o pleno engajamento das pessoas em ocupações significativas para si e suas comunidades. A restrição ou impedimento à plena participação ocupacional pode gerar, ainda segundo as autoras, situações de injustiça ocupacional. As autoras também propuseram, à guisa de reflexão e desdobramento prático, quatro direitos ocupacionais construídos a partir dos indicativos de injustiças ocupacionais, são eles: os direitos de “experimentar a ocupação como significativa e enriquecedora”; “desenvolver saúde e inclusão social através da participação em ocupações”; “exercer autonomia individual ou populacional através da escolha nas ocupações” e “para se beneficiar de privilégios justos para participação diversificada em ocupações” (WILCOCK; TOWNSEND, 2004, p. 80).

Em consonância com os direitos ocupacionais, Hammell (2015) assinala que a Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT) admite que a violação desses direitos pode ser identificada como forma de exclusão econômica, social ou física, constituindo “barreiras físicas ou de atitude, ou por meio do controle do acesso ao conhecimento, habilidades, recursos ou locais necessários onde a ocupação ocorre” (HAMMELL, 2015, p. 4). Nesse contexto, o olhar do terapeuta ocupacional deve-se voltar não somente para avaliar as habilidades individuais, mas também, e essencialmente para as

demais questões envolvidas na busca por oportunidades ocupacionais equitativas, com enfrentamento de barreiras por expressivo grupo populacional, tais como racismo, pobreza, baixo nível de escolarização e gênero.

Destaca-se como igualmente importante a existência da compreensão da ocupação sob o ângulo do individualismo, conceito presente no neoliberalismo, ideologia vigente no capitalismo contemporâneo (GERLACH *et al.*, 2017). O capitalismo atual, estruturado sobre a lógica da acumulação integral favorece o lucro e a precarização do trabalho, assim como a criação de um exército reserva de trabalhadores a partir do excedente de mão de obra disponível para o trabalho (BELMIRO; LUCENA, 2020). O regime capitalista de acumulação integral resultou da reestruturação produtiva e mudança na organização do trabalho, cujo mercado passou a caracterizar-se por maior competitividade, exigência de trabalhador capaz de realizar múltiplas tarefas e valorização da continuidade da formação. Como consequência, tem-se aumento do desemprego, significativamente entre os jovens, categoria marginalizada no mercado de trabalho devido, sobretudo, à inexperiência profissional e menor qualificação (SANTOS, 2021; MAGALHÃES, 2021). O neoliberalismo econômico corresponde à configuração do Estado que favorece o regime capitalista de acumulação integral ao preconizar a redução da ação estatal no âmbito das políticas públicas direcionadas ao bem estar social, dentre elas as relacionadas ao ingresso no mercado de trabalho. Em decorrência, observa-se crescimento mundial da desigualdade social, pobreza e desemprego (SANTOS, 2021). A esse respeito, problemas de ordem macrossocial e questões econômicas, a exemplo da educação pública e do desemprego, são percebidos como responsabilidade individual reservando-se ao Estado função compensatória realizada através de políticas públicas direcionadas para as camadas populares e que visam inclusão social, qualificação profissional, emprego e renda (MAGALHÃES, 2021).

O individualismo difundido pelo capitalismo neoliberal articula-se também à ocupação e pressupõe que sujeitos e grupos têm autonomia na escolha das ocupações em que se envolvem, prioriza a responsabilidade individual, presume que os indivíduos têm igual acesso às oportunidades de escolhas das ocupações (GALVAAN, 2015; GERLACH *et al.*, 2017). A ocupação, entendida sob essa ótica, suscita preocupação, uma vez que negligencia aspectos sociais, econômicos, históricos e políticos complexos que culminam em restrições nas opções ocupacionais e oportunidades de engajamento, bem como desconsidera a realidade de que muitas pessoas não necessariamente escolhem as próprias ocupações ou nelas se engajam por desejo e satisfação pessoal (HAMMELL, 2015; GERLACH *et al.*, 2017).

Atentar para esse entendimento motiva pensar que ele carrega em si o risco do reducionismo, o qual caracteriza problemas sociais como sendo um modo singular de vida, escolha pessoal, déficit individual e que resulta em práticas clínicas e políticas públicas que priorizam mudanças no plano individual – habilidades, comportamentos – e a adaptação do indivíduo ao contexto, visão que promove marginalização, injustiça e iniquidade ocupacional (GERLACH *et al.*, 2017). Galvaan (2015) acrescenta que a perspectiva individualista se furta ainda a questionar a maneira como características pessoais e inter-relacionais modulam a capacidade de agir e influenciam as ocupações nas quais o indivíduo se engaja, iluminando, portanto, o fato de que as escolhas ocupacionais são criadas e pertencem ao contexto.

Do ponto de vista de Bourdieu (1998), as escolhas dos indivíduos, a exemplo das ocupações que priorizam, não necessariamente são orientadas pela subjetividade e vão ao encontro do *habitus* de determinado grupo ou classe social, o qual está associado ao contexto e norteia as ações objetivas no presente, fundamentada em experiências anteriores, com o propósito de prever e apropriar-se do futuro. O autor ainda considera que o *habitus* cria nos indivíduos disposições adquiridas conforme as condições sociais dos mesmos e, por conseguinte, são referência do contexto social desses sujeitos cujas realizações tendem a se adaptarem às potencialidades objetivas do meio. O mercado de trabalho e o mercado escolar são exemplos de condições objetivas de uma determinada classe socioeconômica e as ações relacionadas a essas condições referem-se à prática engendrada pelo *habitus*. A exemplo, pode-se citar o observado pelo autor: a propensão ao abandono dos estudos é maior para aqueles estudantes cujas classes de origem vislumbram poucas chances objetivas de acesso aos níveis superiores de ensino; as carreiras de maior prestígio e que requerem maior investimento para serem alcançadas têm um correspondente de menor notoriedade destinado àqueles que não têm capital suficiente, seja cultural, social e econômico.

Nessa perspectiva, Hammell (2015) agrega ao tema os fatores ambientais que devem ser percebidos como um dos aspectos que influencia a ocupação, juntamente com características pessoais, tais como raça, idade, sexo, discriminação entre outros, recursos ambientais disponíveis, fatores sociais, religiosos e culturais. A autora explicita ainda que restrições e limitações ocupacionais são consequências de uma sociedade sexista, patriarcal, racista, bem como da pobreza extrema, de doenças e outros fatores sobre os quais o indivíduo não tem influência (HAMMELL, 2008). Quanto à pobreza extrema, tal como ocorre com padrões intergeracionais restritos, essa condição social é apontada como intergeracional e conta com uma infraestrutura social caracterizada por privações diversas e desfavoráveis à superação da pobreza (BRONZO, 2007). Assim sendo, reorientar a compreensão da ocupação

para uma direção crítica possibilita abranger os aspectos macro e microestruturais que levam à restrição das escolhas ocupacionais visando à promoção da justiça ocupacional (HAMMELL, 2015).

Observa-se, por conseguinte, que as questões que permeiam o acesso ao primeiro emprego quando analisadas pela ótica do individualismo, resulta numa perspectiva restritiva, parcial e reducionista. Sob esse ponto de vista, responsabiliza-se unicamente o sujeito e suas características pessoais pelas ocupações nas quais se envolve, assumindo que indivíduos e grupos populacionais tem autonomia em relação às escolhas das ocupações que exercem e nas quais se engajam. Na perspectiva individualista, problemas sociais são vistos como questões pessoais ou escolhas de vida, o que resulta em proposições de solução desses problemas através de mudanças no comportamento e habilidades dos indivíduos visando a adaptá-los ao contexto. Tal análise desconsidera que as escolhas ocupacionais são moldadas por aspectos políticos, sociais, econômicos, bem como por fatores contextuais que podem constituir barreiras para o acesso ao primeiro emprego (GERLACH *et al.*, 2017).

Bourdieu (1998) amplia essa discussão ao analisar que a herança, não somente a econômica herdada pelo indivíduo, mas também as ações que constituem o *habitus* de determinado grupo social, é formada pela construção de um conjunto de direitos que permite ao indivíduo projetar o futuro com vistas às posições sociais almejadas. Entretanto, tais direitos são partilhados desigualmente entre as diferentes classes sociais, o que culmina em oportunidades desiguais de acesso às condições objetivas – mercado escolar e de trabalho, sobretudo – para apropriação do futuro planejado, sendo esse um privilégio das classes dominantes. O autor ainda acrescenta que o “*habitus* é o sentido de sua trajetória social, individual ou coletiva” (p. 104), entende-se que é significativa a influência do *habitus* para continuidade da trajetória vivenciada pelo indivíduo, o que, portanto, implica na continuidade da reprodução das ações do passado no presente, com vistas à apropriação do futuro, preservando, dessa forma, o trajeto passado de seu grupo e, por consequência, delimitando “ambições razoáveis” (p. 104) para esse grupo. O autor salienta que uma das estratégias para a ruptura com o *habitus* que impacta nas probabilidades de ascensão social é o acesso ao ensino, com destaque ao ensino superior.

Isso posto, faz-se necessário refletir sobre o que aponta Galvaan (2015) ao concluir em seu estudo que as restrições das escolhas profissionais relacionam-se ao status socioeconômico de cada adolescente de forma que o planejamento relativo à ocupação é resultado de limitações históricas, socioeconômicas e culturais, além dos dogmas e hábitos da comunidade onde esses adolescentes estão inseridos. A autora menciona que esse mecanismo

é responsável pela manutenção de padrões intergeracionais restritos de ocupações e, uma vez que está internalizado nos jovens e em toda a comunidade, configuram padrões previsíveis para aquela população e servem como força motriz que mantém as desigualdades socioeconômicas e impede respostas inovadoras, recriando as desigualdades sociais e levando a conservação da injustiça ocupacional.

Assim, faz-se importante estabelecer que neste estudo sobre o primeiro emprego formal para jovens de 14 a 24 anos, o qual inclui reflexões acerca da ocupação, pretendeu-se ampliar o foco para além das perspectivas individualistas (AMAZZARAY *et al.*, 2009; LEÃO; NONATO, 2012; MOTA; OSTERNE, 2013; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; SOUZA, 2016; SILVA; COSTA, 2019) – e buscou-se abranger variáveis da dimensão contextual – relativas ao ambiente imediato e do contexto familiar (BLANCO, 2010; LEÃO; NONATO, 2012; GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; MOTA; OSTERNE, 2013), e contemplou também aspectos macroestruturais no qual o indivíduo está inserido, tais como características socioeconômicas, políticas, históricas (GALVAAN, 2015; GERLACH *et al.*, 2017).

Considerando que a inserção no primeiro emprego deve ser vista como um gargalo e importante aspecto a ser estudado, não só pelo impacto que essa questão tem para o futuro do jovem como também para subsidiar a análise e aperfeiçoamento de programas e políticas direcionadas a este tema, é fundamental que novas pesquisas tenham como foco a interação complexa entre os diferentes elementos que se constituem como barreiras ou facilitadores para o acesso aos programas e políticas públicas destinados à inserção de jovens no mercado de trabalho formal. Deve-se perguntar, por exemplo: os aspectos macroestruturais são os que mais dificultam o acesso ao primeiro emprego formal? Em que medida eles podem ser barreiras à inserção do jovem no primeiro emprego? As limitações históricas, socioeconômicas e culturais têm maior impacto negativo no acesso ao primeiro emprego com carteira assinada que os fatores individuais? Nesta direção, o objetivo deste estudo foi identificar as barreiras e os facilitadores para o acesso ao primeiro emprego formal, na percepção de jovens de 14 a 24 anos, considerando as dimensões individual, contextual e macroestrutural, bem como verificar qual das dimensões tem maior impacto sobre esta questão.

2 METODOLOGIA DE PESQUISA

2.1 Desenho metodológico

Foi realizado estudo observacional, descritivo-exploratório, a partir do método *survey* para coleta de dados a fim de examinar o fenômeno de interesse, que nesse estudo referiu-se ao acesso ao primeiro emprego formal por jovens de 14 a 24 anos, buscando identificar fatores que dificultam ou facilitam a obtenção do primeiro emprego juvenil, segundo as diferentes dimensões de estudo.

Para Portney e Watkins (2009), a pesquisa descritiva visa documentar a natureza de um fenômeno existente e, como ele varia no decorrer do tempo, descrever um grupo de indivíduos e documentar suas características. A pesquisa descritiva exploratória busca documentar condições, atitudes ou características de indivíduos ou grupo de indivíduos e a relação entre estes fatores. Assim sendo, o presente estudo procurou averiguar, a partir da percepção dos jovens de 14 a 24 anos, os fatores que impactam como barreiras ou facilitadores para o acesso ao primeiro emprego no mercado de trabalho formal para esta população. Além disso, intentou caracterizar a população jovem em busca do primeiro emprego, a partir da análise de dados de fontes primárias.

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais – COEP/UFMG – Parecer nº 4.554.627 (ANEXO 1).

2.2 Participantes

A amostra do estudo foi não probabilística, de conveniência, na qual foram considerados sujeitos de pesquisa todos os indivíduos disponíveis e de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, dentro do período de tempo definido para este estudo (PORTNEY; WATKINS, 2009).

Participaram dessa pesquisa jovens de ambos os sexos², residentes no Brasil, com idade entre 14 e 24 anos, com ou sem alguma condição de saúde, em situação de pobreza ou vulnerabilidade social e que estivessem em busca ou que já conseguiram acessar o primeiro

² O emprego da terminologia sexo atribuído ao nascimento e homem/mulher na atual pesquisa foi realizado a partir dos estudos consultados sobre mercado de trabalho e juventude, os quais apresentam, em sua maioria, análises consoantes com essa terminologia.

emprego formal. Foram excluídos do estudo aqueles jovens que apesar de atenderem aos critérios de inclusão, não concordaram em participar da pesquisa. O tamanho da amostra foi definido pelo total de participantes que acessaram e responderam ao questionário no período de março de 2021 a junho de 2021.

A participação na pesquisa foi voluntária e os interessados em participar, ao acessarem o questionário, preencheram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (APÊNDICE 1) – destinado aos participantes de 14 a 17 anos, cujos pais também preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – específico para os responsáveis (APÊNDICE 2). Os participantes maiores de 18 anos preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – para jovens entre 18 a 24 anos pesquisados (APÊNDICE 3).

2.3 Instrumento de coleta de dados

Para coleta dos dados utilizou-se questionário (APÊNDICE 4) desenvolvido pelas pesquisadoras de acordo com estudo de Ebben e Blackard (2001), com o propósito de obter informações relativas ao objetivo do estudo (GIL, 2008). A utilização deste método se deu por ser apropriado quando o objetivo da pesquisa busca descrever características de grupos específicos e obter informações sobre indivíduos, tais como motivações, percepções, atitudes e comportamentos (PORTNEY; WATKINS, 2009; GIL, 2008). Além disso, esse método tem como vantagens a economia de tempo, a possibilidade de atingir um maior número de pessoas simultaneamente, maior abrangência geográfica, a obtenção de respostas mais rápidas e precisas, menor risco de distorção e maior segurança (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Segundo Gil (2008), este tipo de pesquisa caracteriza-se pela pergunta direta às pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. “Basicamente, procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados” (p. 55).

O questionário desse estudo foi elaborado a partir das seguintes perguntas-guia:

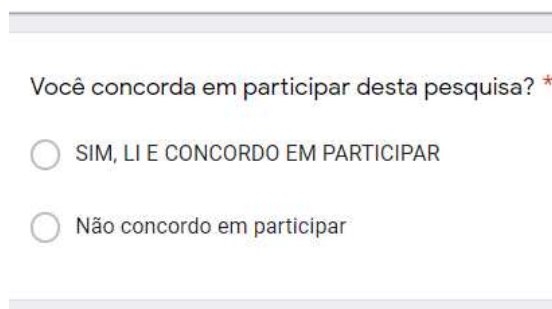
a) Qual o perfil sociodemográfico do jovem de 14 a 24 anos à procura ou que já alcançou o primeiro emprego? Buscou-se aqui identificar, por exemplo, a composição familiar, estado civil, se tem ou não filhos, situação de trabalho das pessoas que compõem a família desse jovem, renda familiar média, participação em programas governamentais assistenciais de distribuição de renda, grau de escolaridade do jovem e de seus familiares.

b) O que o jovem com 14 a 24 anos, a procura ou que já alcançou o primeiro

emprego, considera como facilitadores ou barreiras ao acesso ao primeiro emprego formal, considerando fatores individuais, contextuais e macroestruturais? Incluiu-se então questões relacionadas à cor, sexo atribuído ao nascimento, idade, habilidades pessoais, escolaridade, conhecimentos específicos, experiência prévia no mercado de trabalho, existência ou não de condição de saúde, uso de substância psicoativa lícita e ilícita, local de moradia, responsabilidade com tarefas domésticas, estímulo familiar ao trabalho, emprego e escolaridade dos pais, programas e políticas públicas de acesso ao primeiro emprego, programas e políticas públicas de concessão de renda, presença de saneamento básico, rede de suporte, acesso ao transporte público, influência da escola em que estuda no acesso ao primeiro emprego, entre outras questões.

O questionário foi subdividido em cinco partes: (1) informações sobre a pesquisa; (2) TALE/TCLE, consentimento em participar ou não da pesquisa em local específico do formulário (Figura 1); (3) afirmativas sobre dimensões individual, contextual e macroestrutural relacionados ao primeiro emprego: opinião do respondente; (4) caracterização da amostra: perfil sociodemográfico; (5) agradecimentos.

Figura 1 – Local para consentimento em participar da pesquisa online



Você concorda em participar desta pesquisa? *

SIM, LI E CONCORDO EM PARTICIPAR

Não concordo em participar

Fonte: Imagem gerada a partir da ferramenta *Google Forms* - Questionário da Pesquisa

Para a definição dos fatores relacionados a cada dimensão pesquisada, levou-se em consideração que além dos aspectos individuais – prioridades e capacidades – não se pode negligenciar o fato de a ocupação, sob uma perspectiva crítica, ser “vista como fenômeno social, econômico, político, histórico e cultural multifacetado” (GERLACH *et al.*, 2017, p. 37). Logo, o estudo relacionado às questões ocupacionais deve “preocupar-se em expor como ocupações e o engajamento ocupacional são modelados pela complexa e ampla interação entre estruturas sociopolíticas [...] iluminando o modo pelo qual as ocupações são moldadas pelas iniquidades estruturais” (GERLACH *et al.*, 2017, p. 37). Nesse cenário, entende-se que

as “oportunidades ocupacionais das pessoas são moldadas dentro e limitadas por contextos, histórias de vida, circunstâncias pessoais e políticas” (GERLACH *et al.*, 2017, p. 39). Hammell (2015) acrescenta que iniquidades ocupacionais podem resultar ainda da desigualdade estrutural, ou seja, falta ou acesso desigual à infraestrutura relacionada ao transporte, à comunicação, às condições sociais, econômicas, políticas, sexismo, racismo, pobreza, entre outras.

Pelo exposto, nesta pesquisa os fatores relacionados à dimensão individual correspondem à idade, sexo, escolaridade, percepções sobre trabalho, acerca de si mesmo, habilidades, entre outros. Os fatores que compõem a dimensão contextual estão relacionados ao contexto imediato onde o jovem se insere e aborda motivações para busca do primeiro emprego, como necessidade de auxiliar a família, local de moradia, obtenção de renda para si mesmo, assim como outros aspectos como sexismo, racismo etc. Quanto à dimensão macroestrutural, esta responde por programas e políticas públicas, acesso à internet, saneamento básico, atividades de lazer e cultura, por exemplo. As afirmativas relacionadas ao primeiro emprego formal apresentadas aos jovens pesquisados foram categorizadas, de forma aproximada, entre as dimensões abordadas nessa pesquisa e divididas entre barreira e facilitador (APÊNDICE 5). Deve-se explicitar, no entanto, que o debate sobre as dimensões – individual, contextual, macroestrutural – e as variáveis que constituem cada uma delas não está esgotado na literatura, assim como muitas vezes podem ser entendidas como transversais e relacionais entre si.

O questionário (Figura 2) contou com 82 questões, sendo 12 abertas e 70 fechadas, relacionadas à caracterização dos participantes e à identificação da percepção dos jovens sobre os fatores que constituem barreira e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego, nas dimensões individual, contextual e macroestrutural. As variáveis desse questionário foram mensuradas através de escala intervalar de cinco pontos (*Likert*), variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). A escala *Likert* é uma escala somativa, usada para avaliar atitudes e valores. Uma série de afirmações foram apresentadas expressando um ponto de vista e os respondentes foram solicitados a selecionar a resposta que melhor reflete sua concordância ou não em cada uma delas (PORTNEY; WATKINS, 2009). O questionário utilizou a proposição da escala *Likert* original que inclui as seguintes categorias: (5) Concordo fortemente, (4) Concordo, (3) Neutro, (2) Discordo, (1) Discordo fortemente. Cada opção contou com uma pontuação, sendo que a maior pontuação indicava maior grau de concordância e a menor pontuação, maior grau de discordância em relação à afirmativa apresentada.

Figura 2 – Tela inicial do questionário online

The image shows a Google Forms interface. At the top, there are three logos: UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), EEFTO (Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional), and Estudos da Ocupação. The main heading of the form is 'PESQUISA: BARREIRAS E FACILITADORES PARA ACESSO AO PRIMEIRO EMPREGO JUVENIL'. Below the heading, a message reads: 'Olá! Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre barreiras e facilitadores para acesso ao primeiro emprego! Se for do seu interesse, informe seu e-mail e passe para a sessão seguinte.' There is a text input field labeled 'E-mail*' and a label 'E-mail válido' below it.

Fonte: Imagem gerada a partir da ferramenta *Google Forms* - Questionário da Pesquisa

2.4 Procedimentos

Esse estudo foi realizado em duas etapas. A primeira voltada para o desenvolvimento e pré-teste do questionário, a segunda caracterizada pela coleta e análise de dados propriamente dita.

Na primeira etapa, o questionário foi desenvolvido pelas pesquisadoras e a fim de garantir maior consistência semântica das questões/afirmativas do questionário foi realizado pré-teste, com a participação de seis jovens correspondentes aos critérios de elegibilidade dessa pesquisa. Após o pré-teste, foram efetuados os ajustes necessários e formulação do instrumento final, o qual foi convertido em questionário online via plataforma do *Google Forms* (APÊNDICE 4).

A coleta de dados junto à população foco da pesquisa foi realizada a partir da aplicação do questionário no formato online. A divulgação da pesquisa foi feita via redes sociais *facebook*, *instagram*, *messenger*, *whatsapp* e *e-mail*, com *link* para acesso ao questionário (formulário do *Google Forms*) e resposta online. Também foi enviada carta convite (APÊNDICE 6) para empresas que proporcionam a inserção de jovens trabalhadores no primeiro emprego, solicitando a divulgação interna via *e-mail* ou outro meio de comunicação. Foi fornecido um *link* para o questionário, além de informações essenciais sobre a pesquisa, bem como a necessidade de manifestarem seu consentimento, atendendo aos critérios éticos exigidos.

A participação na pesquisa foi voluntária e os interessados em participar, ao acessarem o questionário, preencheram o TALE destinado aos jovens de 14 a 17 anos, o TCLE específico para responsáveis pelos participantes de 14 a 17 anos ou o TCLE para jovens entre 18 a 24 anos, como descrito anteriormente. Em função do momento de coleta coincidir com a pandemia, onde ainda é necessária a manutenção de cuidados específicos relacionada à pandemia do vírus COVID-19, as informações sobre a pesquisa foram explicitadas na primeira parte do questionário eletrônico, bem como foram informados todos os contatos das pesquisadoras para retirada de dúvidas sobre a pesquisa.

O questionário ficou disponível para resposta no período de março a junho de 2021. Para preenchimento do questionário o participante levou aproximadamente 15 minutos. O preenchimento pôde ser interrompido a qualquer tempo, sem qualquer ônus para o participante. Encerrado o preenchimento, o questionário foi enviado para as pesquisadoras. Após o período estipulado para coleta, os dados foram tratados e analisados.

2.5 Tratamento dos dados

Inicialmente foi realizada a ordenação, sistematização e codificação dos dados obtidos em planilhas *Excel*[®]; exclusão dos respondentes que acessaram o questionário e não aceitaram participar da pesquisa; conferência e revisão do banco de dados.

Para tratamento e análise dos dados, cada questão foi classificada de acordo com a dimensão à qual se enquadrava, isto é, individual, contextual ou macroestrutural, bem como à situação de facilitador ou barreira (APÊNDICE 5). Além disso, a escala *Likert* de 5 pontos foi adaptada para desfechos dicotômicos, isto é, concordo e discordo, agrupando as respostas de concordância e discordância em grupos distintos. A opção de resposta “Não concordo, nem discordo”, que caracteriza os indecisos, foi excluída da análise.

O programa *G*Power* versão 3.1.7 foi utilizado para estimativas amostrais e do poder das inferências (*Post hoc*). Os dados foram tabulados no programa da *Microsoft*[®] *Excel* e analisados usando o *IBM SPSS Statistics 21* and *Jamovi 1.6.15* (PALLANT, 2013; 2021). Para as avaliações descritivas, os valores absolutos (número de concordância e/ou discordância das afirmativas) e relativos (proporções e/ou porcentagens de concordância e/ou discordância das sentenças) foram utilizados. Os intervalos de confiança das proporções foram utilizados levando-se em consideração o nível de confiança de 95%. O teste de qui-quadrado (X^2) foi utilizado para verificar associações das proporções nas diferentes categorias

das variáveis analisadas. O nível de significância utilizado para todas as análises foi de 5% (ARANGO, 2001; R Core Team, 2020).

Após a obtenção das respostas pela aplicação do questionário foi determinada a consistência interna das perguntas aplicadas por meio do coeficiente alfa de *Cronbach*. Para todo o questionário associado às perguntas das três dimensões analisadas no estudo (individual, contextual e macroestrutural) foi obtida uma consistência quase perfeita (0,83). Quando as perguntas foram avaliadas separadamente, para as três dimensões foi obtida uma consistência substancial para as dimensões individual (0,71) e macroestrutural (0,77) e uma consistência moderada para a dimensão contextual (0,52) (LANDIS; KOCH, 1977).

3 RESULTADOS

Este estudo obteve 133 acessos ao questionário. Após a exclusão daqueles que não concordaram em participar e aplicação dos critérios de elegibilidade do estudo, a amostra foi composta por um total de 107 participantes. Para algumas afirmativas do questionário, alguns participantes responderam “Não concordo e nem discordo”, indicando indecisão na resposta. Estas respostas foram desconsideradas no computo das frequências da afirmativa, sem, no entanto, influenciar na análise dos dados. Com o tamanho amostral foi possível identificar um poder a partir de 80% em avaliações, cujas diferenças de efeito estiveram $\geq 27,10\%$ ($\alpha = 5\%$).

Com relação aos participantes, a maioria tinha entre 18 a 24 anos, eram do sexo feminino, da cor preta ou parda, solteiros, sem filhos e sem deficiência. As Tabelas 1a, 1b e 2 apresentam o perfil e a característica sociodemográfica da amostra do estudo.

Tabela 1a: Perfil e caracterização sociodemográfica dos jovens participantes

Dados	Porcentagem (%)	
Idade (anos)		
14 a 17	35,5	Média(dp) 18,9(±2,85) X ² =8,98; p=0,003
18 a 24	64,5	
Cor autodeclarada		
Amarela	1,9	X ² =43,2; p<0,001
Branca	39,3	
Parda/Preta	58,9	
Sexo atribuído ao nascimento		
Feminino	69,2	X ² =15,7; p<0,001
Masculino	30,8	
Pessoas com deficiência		
Não	98,1	X ² =99,1; p<0,001
Sim	1,9	
Estado Civil		
Solteiro	95,3	X ² =185; p<0,001
Casado	2,8	
Outros	1,9	
Região do país onde mora		
Sul	0,9	
Centro Oeste	1,8	
Norte	2,7	
Nordeste	6,9	
Sudeste	87,7	
Escola em que estuda(ou)		
Pública	72,9	X ² =79,4; p<0,001
Particular	27,1	
Estudante a época da coleta de dados		
Sim	79,4	
Não	20,6	
Nível de escolaridade dentre os estudantes		Porcentagem (%)
Educação para Jovens e Adultos (EJA)	3,7	X ² =33,7; p<0,001
Ensino Fundamental	14,0	
Ensino Médio – Técnico	26,2	
Ensino Superior (graduação)	35,5	
Nível de escolaridade paterna		
Analfabeto	5,6	
Primário	7,5	
Ensino Fundamental	17,8	
Ensino Médio	38,3	
Ensino Técnico	4,7	
Ensino Superior	7,5	
Pós-Graduação	5,6	
Não sei responder	13,0	
Nível de escolaridade materna		
Analfabeto	3,7	
Primário	3,7	
Ensino Fundamental	20,6	
Ensino Médio	33,6	
Ensino Técnico	7,5	
Ensino Superior	16,9	
Pós-Graduação	13,1	
Não sei responder	0,9	

Fonte: Dados da pesquisa.

Tabela 1b: Perfil e caracterização sociodemográfica dos jovens participantes

Renda familiar	Porcentagem (%)	
Menos de 1 salário mínimo	25,2	X ² =27,7; p<0,001
De 1 a 2 salários mínimo	37,4	
De 2 a 3 salários mínimo	15,9	
De 3 a 4 salários mínimo	11,2	
Mais de 4 salários mínimo	10,3	
Trabalha atualmente		
Sim	37,4	X ² =54; p<0,001
Não	62,6	
Está à procura do primeiro emprego		
Sim	75,3	
Não	24,7	
Experiência de trabalho informal		
Sim	59,6	
Não	40,4	
Acesso aos programas e políticas públicas para o primeiro emprego		
Sim	28,0	
Não	57,0	
Não sei responder	15,0	
Participação em cursos de formação para o mercado de trabalho formal		
Sim	24,3	
Não	75,7	
Participação em cursos extraescolares (computação/idioma)		
Sim	54,2	
Não	45,8	
Participação em projetos sociais/grupo de jovens		
Sim	51,4	
Não	48,6	
Experiência em trabalho voluntário		
Sim	36,4	
Não	63,6	

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 2: Motivação para interrupção dos estudos, principais atividades de trabalho desempenhadas informalmente e informações sobre a família dos jovens pesquisados

Interrupção dos estudos - Causas principais	Percentual (%)
Conclusão do ensino médio	45,7
Pandemia COVID 19	23,2
Aguardando seleção pelo PROUNI	13,1
Atividade de trabalho formal	4,5
Atividade de trabalho informal	4,5
Dificuldade financeira	4,5
Baixo desempenho escolar	4,5
Atividades de trabalho desempenhadas com vínculo informal por jovens	
Recepcionista, secretária (o), telemarketing, marketing digital	12,6
Babá, empregada doméstica ou trabalhos domésticos para familiares	11,7
Auxiliar de escritório ou consultório	10,0
Balconista, barman, barista	9,1
Vendas ou empacotando mercadorias	6,3
Aulas particulares	4,9
Entregador de panfletos	4,5
Ajudante de buffet ou restaurante	2,7
Animador de festas infantis	2,7
Atividades de beleza	1,8
Com quem o jovem mora	
Pais; pai ou mãe e irmãos, se houver	78,4
Pai ou mãe, avó(s) e irmãos, se houver	10,2
Outros (sozinho; namorado; esposo)	11,4
Quantas pessoas moram na mesma casa	
2 a 3	51,4
3 a 5	30,8
5 a 7	12,1
Quantas pessoas que moram com o jovem trabalham	
1 a 2	68,2
3 a 5	21,5
0 (ninguém trabalha)	9,3
Empresas destinadas ao primeiro emprego	
SENAC	11,2
SENAI	6,5
Filantrópicas	10,3

Fonte: Dados da pesquisa

No momento de resposta do questionário 64,49% estavam estudando de forma totalmente remota (n = 69), seguido por 20,56% que não tinham vínculo de estudante (n = 22) e ainda 9,35% dos participantes declararam estar estudando, mas não classificaram a forma de estudo (n = 10) e por fim 5,61% declararam estar estudando de forma mista (n = 6) ($X^2 = 94,20$; $p < ,001$). Além disso, 72% dos indivíduos do estudo não recebiam assistência do governo (n = 77) e os demais recebiam ou não souberam responder (14%; n = 15, para cada) ($X^2 = 71,90$; $p < ,001$). Em relação a ter ou não a carteira assinada, 40% dos respondentes afirmaram ter (n = 16) e 60% (n = 24) não ter ($X^2 = 1,60$; $p = 0,206$), os demais não responderam.

Quanto à percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para o acesso ao emprego formal relacionados à dimensão individual, observou-se que os participantes concordaram com todas as afirmativas referentes aos facilitadores para o acesso ao primeiro emprego ($p < 0,001$). O mesmo não foi observado com relação às barreiras. Observou-se concordância significativa em que o menor nível de escolaridade e tatuagens e/ou *piercing* à mostra influenciam negativamente na aquisição empregatícia ($p < ,001$). Os participantes discordaram de que a opção religiosa seja um fator limitante ao acesso ao emprego ($p < ,001$) e não houve consenso sobre o tipo de escola e sua relação como barreira ($p = 0,564$), como apresentado na Tabela 3 a e b.

Tabela 3a: Percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para a aquisição do primeiro emprego formal relacionados à dimensão individual

Dimensão individual – Facilitadores				
Trabalhar contribui para minha identidade				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	94	0.9495	80	< .001
Discorda	5	0.0505		
Confiança em si mesmo				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	91	0.9381	74.5	< .001
Discorda	6	0.0619		
Jovens extrovertidos, organizados e responsáveis				
	Número	Proporção	χ^2	p
Concorda	85	0.9551	73.7	< .001
Discorda	4	0.0449		
Curso de formação para o trabalho				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	99	0.9802	93.2	< .001
Discorda	2	0.0198		
Experiência prévia (voluntário/informal)				
	Número	Proporção	χ^2	p
Concorda	83	0.9121	61.8	< .001
Discorda	8	0.0879		
Habilidade com computador				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	97	0.9898	94	< .001
Discorda	1	0.0102		

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 3b: Percepção dos jovens sobre os facilitadores ou barreiras para a aquisição do primeiro emprego formal relacionados à dimensão individual

Apresentação pessoal				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	96	0.9796	90.2	< .001
Discorda	2	0.0204		
Dimensão individual – Barreiras				
Menor nível de escolaridade				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	105	0.99057	102	< .001
Discorda	1	0.00943		
Estudar em escola pública				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	35	0.467	0.333	0.564
Discorda	40	0.533		
Opção religiosa				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	7	0.0805	61.3	< .001
Discorda	80	0.9195		
Tatuagem e/ou <i>piercing</i> visível				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	67	0.87	42.2	< .001
Discorda	10	0.13		

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 4 apresenta a classificação das proporções de concordância das percepções dos participantes sobre os facilitadores e/ou barreiras para o vínculo empregatício referentes à dimensão individual. Nota-se que não houve diferença estatisticamente significativa entre elas no que diz respeito aos facilitadores ($X^2=2,44$; $p=0,875$). Por outro lado, quanto às barreiras foi possível identificar que as frequências possuem dependência significativa das afirmações ($p<0,001$), sendo que o nível de escolaridade foi a principal barreira indicada pelos participantes (49,07%, IC = 42,36 a 55,76%).

Tabela 4: Classificação das proporções de concordância das percepções dos participantes referente aos facilitadores e barreiras para aquisição de primeiro emprego formal relacionadas à dimensão individual

Dimensão Individual – Facilitadores	Número	Proporção	95% IC
Curso de formação para o trabalho	99	0.153	12.57 a 18.13
Habilidade com computador	97	0.15	12.28 a 17.80
Apresentação pessoal	96	0.149	12.13 a 17.63
Trabalho contribui para minha identidade	94	0.146	11.85 a 17.29
Confiança em si mesmo	91	0.141	11.42 a 16.80
Jovens extrovertidos, organizados e responsáveis	85	0.132	10.57 a 15.79
Experiência prévia (voluntário/informal)	83	0.129	10.29 a 15.45
χ^2			2.44
Valor p			0.875
Dimensão Individual – Barreiras	Número	Proporção	95% IC
Menor nível de escolaridade	105	0.4907	42.36 a 55.76
Tatuagem e/ou "piercing" visível	67	0.3131	25.09 a 37.52
Estudar em escola pública	35	0.1636	11.39 a 21.31
Opção religiosa	7	0.0327	0.89 a 5.65
χ^2			99.8
Valor p			< .001

95% IC = intervalo de confiança no nível 95%.

Fonte: Dados da pesquisa

Na dimensão contextual observou-se que os jovens concordaram com todas as afirmativas vinculadas aos facilitadores ($p < 0,001$), exceto para a relação de motivação gerada pelos amigos trabalharem, onde foi observado 50% de concordância e discordância, respectivamente ($p = 1$), como apresentado na Tabela 5 a e b. O mesmo comportamento foi observado com relação às barreiras elencadas na dimensão contextual ($p < 0,001$).

Tabela 5a: Percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para aquisição do primeiro emprego formal relacionados à dimensão contextual

Dimensão contextual – Facilitadores					
Desejo de não depender da família					
	Número	Proporção	χ^2	Valor p	
Concorda	78	0.886	52.5	< .001	—
Discorda	10	0.114			
Necessidade de ajudar a família financeiramente					
	Número	Proporção	χ^2	Valor p	
Concorda	63	0.708	15.4	< .001	—
Discorda	26	0.292			
Desejo de uma vida diferente dos pais					
	Número	Proporção	χ^2	Valor p	
Concorda	53	0.736	16.1	< .001	—
Discorda	19	0.264			
Morar perto do trabalho					
	Número	Proporção	χ^2	Valor p	
Concorda	87	0.9158	65.7	< .001	—
Discorda	8	0.0842			
Ter celular					
	Número	Proporção	χ^2	Valor p	
Concorda	76	0.884	50.7	< .001	—
Discorda	10	0.116			
Apoio familiar					
	Número	Proporção	χ^2	Valor p	
Concorda	97	0.9798	91.2	< .001	—
Discorda	2	0.0202			
Amigos trabalharem					
	Número	Proporção	χ^2	Valor p	
Concorda	41	0.5	0	1	—
Discorda	41	0.5			
O trabalho é importante na juventude, como pensam meus pais					
	Número	Proporção	χ^2	Valor p	
Concorda	68	0.895	47.4	< .001	—
Discorda	8	0.105			

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5b: Percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para aquisição do primeiro emprego formal relacionados à dimensão contextual

Dimensão contextual – Barreiras				
Ser menina				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	56	0.727	15.9	< .001
Discorda	21	0.273		
Ser indígena, preto ou pardo				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	78	0.907	57	< .001
Discorda	8	0.093		
Ter deficiência				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	74	0.796	32.5	< .001
Discorda	19	0.204		
Viver em bairros violentos				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	76	0.884	50.7	< .001
Discorda	10	0.116		
Morar em aglomerados				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	66	0.846	37.4	< .001
Discorda	12	0.154		
Fazer uso de álcool e drogas				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	74	0.831	39.1	< .001
Discorda	15	0.169		
Pessoas transgenêros e/ou homoafetivas				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	73	0.88	47.8	< .001
Discorda	10	0.12		
Compromisso com tarefas domésticas e cuidado com familiares				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	59	0.702	13.8	< .001
Discorda	25	0.298		
Falta de dinheiro para o transporte público				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	81	0.89	55.4	< .001
Discorda	10	0.11		

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 6 apresenta a classificação das proporções de concordância das percepções dos participantes sobre os facilitadores e barreiras para o vínculo empregatício referentes à dimensão contextual. Nota-se que houve diferença estatisticamente significativa entre elas no que diz respeito aos facilitadores ($X^2=32,7$; $p<0,001$). Por outro lado, em relação às barreiras não houve associação significativa quanto às frequências de concordância entre os participantes ($p = 0,402$). Destaca-se, no entanto, que a falta de recurso para o transporte foi a barreira com maior frequência de concordância (12,72%, IC = 10,13 a 15,31%) e a condição do sexo feminino foi a barreira com menor frequência de concordância (8,79%, IC = 6,59 a 10,99%).

Tabela 6: Classificação das proporções de concordância das percepções dos participantes referente aos facilitadores e barreiras para aquisição de primeiro emprego formal relacionados à dimensão contextual

Dimensão contextual – Facilitadores	Número	Proporção	95% IC
Apoio familiar	97	0.1723	14.11 a 20.35
Morar perto do trabalho	87	0.1545	12.46 a 18.44
Desejo de não depender da família	78	0.1385	11.00 a 16.70
Ter celular	76	0.135	10.68 a 16.32
O trabalho é importante na juventude, como pensam meus pais	68	0.1208	9.39 a 14.77
Necessidade de ajudar à família financeiramente	63	0.1119	8.59 a 13.79
Desejo de ter vida diferente dos pais	53	0.0941	7.00 a 11.82
Amigos trabalhem	41	0.0728	5.13 a 9.43
χ^2			32.7
Valor p			< .001
Dimensão contextual – Barreiras	Número	Proporção	95% IC
Falta de dinheiro para o transporte público	81	0.1272	10.13 a 15.31
Ser indígena, preto ou pardo	78	0.1224	9.69 a 14.79
Viver em bairros violentos	76	0.1193	9.41 a 14.45
Ter deficiência	74	0.1162	9.13 a 14.11
Fazer uso de álcool e drogas	74	0.1162	9.13 a 14.11
Pessoas transgêneros e/ou homoafetivas	73	0.1146	8.99 a 13.93
Morar em aglomerados	66	0.1036	7.99 a 12.73
Compromisso com tarefas domésticas e cuidado com familiares	59	0.0926	7.01 a 11.51
Ser meninas	56	0.0879	6.59 a 10.99
χ^2			8.33
Valor p			0.402

95% IC = intervalo de confiança no nível 95%.

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à dimensão macroestrutural, observou-se que os participantes concordaram com todas as afirmativas relacionadas aos facilitadores e barreiras para o acesso ao primeiro emprego, como apresentado na Tabela 7.

Tabela 7: Percepção dos jovens sobre os facilitadores e barreiras para aquisição do primeiro emprego formal relacionados à dimensão macroestrutural

Dimensão macroestrutural – Facilitadores				
Programas sociais governamentais				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	32	0.471	0.235	0.628
Discorda	36	0.529		
Acesso à internet				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	74	0.9136	55.4	< .001
Discorda	7	0.0864		
Participar de atividades de lazer e cultura				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	48	0.667	8	0.005
Discorda	24	0.333		
Participar de projetos sociais				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	68	0.84	37.3	< .001
Discorda	13	0.16		
Dimensão macroestrutural – Barreiras				
Situação política do país				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	89	0.9368	72.5	< .001
Discorda	6	0.0632		
Situação econômica do país				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	92	0.9388	75.5	< .001
Discorda	6	0.0612		
Falta de saneamento básico em casa				
	Número	Proporção	χ^2	Valor p
Concorda	52	0.703	12.2	< .001
Discorda	22	0.297		

Fonte: Dados da pesquisa

Após a classificação das proporções de concordância sobre as percepções macroestrutural dos facilitadores ou barreiras para a inserção no mercado de trabalho observou-se que as frequências das concordâncias para os facilitadores e as barreiras são dependentes das afirmativas ($p < .001$ e $p = 0,002$, respectivamente) (Tabela 8).

Tabela 8: Classificação das proporções de concordância das percepções dos participantes referente aos facilitadores e barreiras para aquisição de primeiro emprego formal relacionados à dimensão macroestrutural

Dimensão macroestrutural – Facilitadores	Número	Proporção	95% IC
Acesso à internet	74	0.333	27.13 a 39.53
Participar de projetos sociais	68	0.306	24.57 a 36.69
Participar de atividades de lazer e cultura	48	0.216	16.20 a 27.04
Programas sociais governamentais	32	0.144	9.79 a 19.03
χ^2			19.9
Valor p			< .001
Dimensão macroestrutural – Barreiras	Número	Proporção	95% IC
Situação econômica do país	92	0.395	33.20 a 45.76
Situação política do país	89	0.382	31.96 a 44.44
Falta de saneamento básico em casa	52	0.223	16.97 a 27.67
χ^2			12.8
Valor p			0.002

95% IC = intervalo de confiança no nível 95%.

Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, foi possível obter a classificação geral das concordâncias em relação aos facilitadores ou barreiras para as dimensões analisadas: individual, contextual e macroestrutural, com o intuito de identificar qual a dimensão, na percepção dos jovens pesquisados, tem maior impacto no acesso ao primeiro emprego formal (Tabela 9 a e b). O indicador com maior frequência sob a ótica dos participantes o nível de escolaridade ($n = 105$; 4,28%, IC = 3,40 a 4,96%), classificado como dimensão individual. Seguindo a distribuição do segundo ao quinto lugar aparecem 2 facilitadores individuais (cursos de formação e habilidade com computador), 1 contextual (apoio familiar) e novamente 2 individuais (apresentação pessoal e construção da identidade). Com menor frequência de concordância, a barreira individual referente à opção religiosa recebeu 0,28% das concordâncias (IC = 0 a 0,67%), as demais frequências podem ser observadas na Tabela 9 a e b.

Tabela 9a: Classificação geral das proporções dos facilitadores e barreiras para a aquisição do primeiro emprego formal das diferentes dimensões segundo a percepção dos participantes

Dimensão	Classificador	Percepção	N	%	95% IC
Individual	Barreira	Menor o nível de escolaridade	105	4.18	3.40 a 4.96
Individual	Facilitador	Curso de formação para o trabalho	99	3.94	3.18 a 4.70
Individual	Facilitador	Habilidade com computador	97	3.86	3.11 a 4.61
Contextual	Facilitador	Apoio familiar	97	3.86	3.11 a 4.61
Individual	Facilitador	Apresentação pessoal	96	3.82	3.07 a 4.57
Individual	Facilitador	Trabalho contribui para minha identidade	94	3.74	3.00 a 4.48
Macroestrutural	Barreira	Situação econômica do país	92	3.66	2.93 a 4.39
Individual	Facilitador	Confiança em si mesmo	91	3.62	2.89 a 4.35
Macroestrutural	Barreira	Situação política do país	89	3.54	2.82 a 4.26
Contextual	Facilitador	Morar perto do trabalho	87	3.46	2.75 a 4.17
Individual	Facilitador	Ser extrovertido, organizado e responsável	85	3.38	2.67 a 4.09
Individual	Facilitador	Ter experiência prévia (voluntário/informal)	83	3.30	2.60 a 4.00
Contextual	Barreira	Falta de dinheiro para o transporte público	81	3.22	2.53 a 3.91
Contextual	Facilitador	Desejo de não depender da família	78	3.10	2.42 a 3.78
Contextual	Barreira	Ser indígena, preto ou pardo	78	3.10	2.42 a 3.78
Contextual	Facilitador	Ter celular	76	3.02	2.35 a 3.69
Contextual	Barreira	Viver em bairros violentos	76	3.02	2.35 a 3.69
Contextual	Barreira	Ter deficiência	74	2.94	2.28 a 3.60
Contextual	Barreira	Fazer uso de álcool e drogas	74	2.94	2.28 a 3.60
Macroestrutural	Facilitador	Ter acesso à internet	74	2.94	2.28 a 3.60
Contextual	Barreira	Pessoas transgêneros e/ou homoafetivas	73	2.90	2.24 a 3.56
Contextual	Facilitador	Trabalho é importante na juventude, como pensam meus pais	68	2.71	2.07 a 3.33
Macroestrutural	Facilitador	Participar de projetos sociais	68	2.71	2.07 a 3.33
Individual	Barreira	Ter tatuagem e/ou "piercing" visível	67	2.67	2.04 a 3.30
Contextual	Barreira	Morar em aglomerados	66	2.63	2.00 a 3.26

Tabela 9b: Classificação geral das proporções dos facilitadores e barreiras para a aquisição do primeiro emprego formal das diferentes dimensões segundo a percepção dos participantes

Dimensão	Classificador	Percepção	N	%	95% IC
Contextual	Facilitador	Necessidade de ajudar a família financeiramente	63	2.51	1.90 a 3.12
Contextual	Barreira	Compromisso com tarefas domésticas/cuidado com familiares	59	2.35	1.76 a 2.94
Contextual	Barreira	Ser menina	56	2.23	1.65 a 2.81
Contextual	Facilitador	Desejo de ter vida diferente dos pais	53	2.11	1.55 a 2.67
Macroestrutural	Barreira	Falta de saneamento básico em casa	52	2.07	1.51 a 2.63
Macroestrutural	Facilitador	Participar de atividades de lazer e cultura	48	1.91	1.38 a 2.44
Contextual	Facilitador	Fato dos amigos trabalharem	41	1.63	1.13 a 2.13
Individual	Barreira	Estudar em escola pública	35	1.39	0.93 a 1.85
Macroestrutural	Facilitador	Participar de programas sociais governamentais	32	1.27	0.83 a 1.71
Individual	Barreira	Opção religiosa	7	0.28	0.00 a 0.67
χ^2					128
Valor p					< .001

N = número (indivíduos que concordaram com a sentença vinculada à percepção). % = Porcentagem (percentual de concordância para cada sentença). 95% IC = intervalo de confiança no nível 95%.

Fonte: Dados da pesquisa

4 DISCUSSÃO

Este estudo buscou identificar os facilitadores e as barreiras para o acesso ao primeiro emprego formal, na percepção dos jovens de 14 a 24 anos, levando-se em consideração as dimensões individual, contextual e macroestrutural, bem como averiguar qual delas tem maior impacto nessa questão.

Ressalta-se, que a princípio a pesquisa de campo foi delineada para que o questionário fosse aplicado presencialmente pelas pesquisadoras. Contudo, a pandemia de COVID-19 impôs a necessidade de mudança no formato de realização da pesquisa de campo, a qual passou a ser online, de forma que o acesso à internet e aos meios eletrônicos para preenchimento do questionário tornaram-se indispensáveis. A pesquisa de campo via questionário online teve início no período de agravamento da pandemia de COVID-19 no Brasil, no qual o isolamento social era necessário, o que dificultou contactar jovens em situação de vulnerabilidade social e que não tinham acesso à internet e impediu às pesquisadoras de disponibilizarem meio eletrônico e internet para esses jovens.

Sobre o momento específico de pandemia, ocasião em que a internet se apresentou como muito necessária, vale destacar que o acesso à internet e/ou ao meio eletrônico para utilizá-la não está disponível para parcela significativa da população jovem do nosso país, especialmente para os jovens de baixa renda (RODRIGUES, 2017). Diante disso, a amostra dessa pesquisa certamente não incluiu os jovens em maior risco de vulnerabilidade social. Porém, o perfil sociodemográfico dos participantes revelou alguns indicadores que sugerem que esses jovens encontravam-se em situação de risco de vulnerabilidade social.

Dentre os dados levantados, verificou-se neste estudo participantes de cor preta ou parda (58,9%), do sexo feminino (69,2%), de baixa renda familiar (62,6%), estudantes de escola pública (72,9%), o que permite inferir que a maioria dos respondentes pertence às classes populares, uma vez que no Brasil a maior parte dos matriculados na escola pública corresponde a estudantes das classes sociais menos favorecidas socioeconomicamente, desempregados (62,6%), o que leva a vivência de desigualdades econômicas ou envolvimento com trabalho informal, cujos vínculos são precários. Essas características são apontadas na literatura como fatores que contribuem para o risco de vulnerabilidade social. Notadamente, quando se trata de juventude e vulnerabilidade social, a dificuldade de acesso ao trabalho, principalmente para aqueles de cor preta ou parda e pobre leva a continuidade e/ou agravamento da vulnerabilidade social (SPOSATI, 2009; SILVA; GALETO; BASTISTA, 2020; CENTENARO, 2021).

Somado a estes aspectos, a literatura explicita que a pobreza não significa que o indivíduo e sua família vivam em situação de vulnerabilidade social, todavia a falta de dinheiro e a precarização do trabalho acentuam as fragilidades e contribuem para o agravamento da vulnerabilidade social (SPOSATI, 2009; CENTENARO, 2021). Em face da observação que as situações de vulnerabilidade não estão condicionadas diretamente a pobreza, Sposati (2009) considera que a pobreza contribui para a exacerbação da vulnerabilidade com aumento de exposição a riscos. Ampliando a discussão em torno dos reflexos da vulnerabilidade, depara-se com a relevante questão do vínculo entre trabalho e vulnerabilidade. Este elo se faz presente, sobretudo, na vida dos jovens de camadas populares que enfrentam maiores dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho (SILVA; GALETO; BASTISTA, 2020). Sobre esse tema, Sposati (2009) esclarece que no terceiro milênio a vulnerabilidade social acentuou-se em decorrência das transformações no mercado de trabalho que resultaram na redução de vagas e, conseqüentemente, maior dificuldade de ingresso do jovem no mercado de trabalho.

Destaca-se ainda o impacto da pandemia para a juventude no âmbito da educação e trabalho. Pedroso e Gisi (2020) constataram que o momento atual de forte crise econômica mundial gerada pela pandemia, provavelmente, afetará ainda mais os jovens pobres e os vulneráveis socialmente, tanto na educação quanto no acesso ao mercado de trabalho formal. Nesse cenário, os jovens de 14 a 24 anos que participaram desta pesquisa, revelaram o que para eles constitui barreira ou facilita o acesso à ocupação proporcionada pelo primeiro emprego formal nas três dimensões analisadas.

Cabe ressaltar que as dimensões consideradas nesse estudo não são estanques, estão interrelacionadas e somente foram separadas nessa pesquisa visando facilitar a análise do impacto de cada uma delas no desfecho pesquisado. Dessa forma, ao longo da discussão serão mencionadas interfaces relevantes entre essas dimensões.

Com relação à dimensão individual observou-se que os jovens concordaram com todas as afirmativas apresentadas como facilitadores para a aquisição do primeiro emprego formal. Porém, considerando-se a classificação das proporções de concordância, embora não tenha havido diferença estatisticamente significativa entre elas, os principais facilitadores apontados pelos jovens participantes foram: curso de formação para o trabalho, habilidade com computador, apresentação pessoal e a necessidade de trabalhar para a formação da própria identidade.

Nessa mesma dimensão, quanto às barreiras, observou-se que a concordância é dependente das afirmativas apresentadas, sendo que o baixo nível de escolaridade constitui

principal barreira ao acesso ao primeiro emprego formal, seguido da existência de tatuagem e/ou *piercing* em local visível do corpo. Cabe destacar que o nível de escolaridade, considerado principal barreira nesta dimensão, parece não estar relacionado ao tipo de escola considerando que a percepção dos jovens sobre este aspecto ficou dividida.

Nota-se que a formação, seja ela básica ou específica para o trabalho (aqui incluindo a habilidade para uso do computador), aparece como questão importante na percepção dos jovens para o acesso ao primeiro emprego formal, podendo ser barreira ou facilitador. Este achado vai ao encontro do que tem sido apontado na literatura como relevante para o ingresso no mercado de trabalho formal para jovens de camadas populares. Nessa seara, pesquisas assinalam que os empregadores selecionam jovens com mais tempo de estudo e, tratando-se de jovens trabalhadores, o maior nível de escolaridade é relevante, pois amplia a oportunidade de o jovem conseguir trabalho formal (RIBEIRO, 2011; RODRIGUES, 2017; SILVA; LEHFELD, 2019; PRADO; SILVA; SILVESTRINI, 2020; TIBOLA; RAITZ; AQUINO, 2020; FERREIRA; POMPONET, 2020; SANTOS, 2021).

Faz-se relevante abordar, no entanto, que a realidade socioeconômica brasileira caracterizada por amplas desigualdades acaba por privar muitos jovens da possibilidade de continuidade dos estudos (TIBOLA; RAITZ; AQUINO, 2020), do acesso a níveis mais altos de formação, com conseqüente ampliação do desemprego e diminuição expressiva da renda de jovens de 15 a 29 anos (NERI, 2019). Sobre este aspecto, o perfil dos participantes nos incita a algumas reflexões.

À época da coleta de dados, os jovens participantes em sua expressiva maioria (79,4%) estudavam e dentre os estudantes, 35,5% cursavam o Ensino Superior e não estavam trabalhando. Por um lado, observa-se a continuidade de estudos com vistas aos níveis mais altos de formação, indicando um movimento no sentido de atender à exigência do mercado, também identificado em outros estudos (RIBEIRO, 2011; RODRIGUES, 2017; CENTENARO, 2021; MAGALHÃES, 2021; SANTOS, 2021). Por outro lado, tal formação parece não ter contribuído para inserção no mercado de trabalho, corroborando os achados de pesquisas que tem demonstrado que a melhora do grau de escolaridade não tem garantido a inserção no mercado de trabalho (SILVA; LEHFELD, 2019; MORAES; ROCHA de OLIVEIRA, 2021). Esta situação pode estar relacionada às alterações ocorridas no atual mercado de trabalho, que resultaram não só na exigência de qualificação, mas também de adaptação às várias condições colocadas para os trabalhadores, como desempenhar diferentes tarefas e demonstrar responsabilidade (RODRIGUES, 2017; SILVA; COSTA, 2019; TOMMASI; CORROCHANO, 2020; SANTOS, 2021). Portanto, os estudos tem indicado que

o nível de escolaridade aliado às outras habilidades aumentam a probabilidade de o jovem alcançar o primeiro emprego formal.

A percepção dos jovens deste estudo de que a formação para o trabalho e habilidade com o computador são facilitadores corrobora com esta questão. Sobre este aspecto deve-se ressaltar o papel das políticas e programas voltados para a formação do jovem para o trabalho no país, com destaque para o Programa Jovem Aprendiz destinado aos jovens de 14 a 24 anos de classes socioeconômica desfavorecidas. Para o público jovem aprendiz, o Programa representa a oportunidade de formação profissional proporcionada pelo Estado, havendo a expectativa de que a qualificação para o trabalho e a experiência de aprendizagem aumentem as chances de ingresso no trabalho formal e contribuam para melhor colocação no mercado (SOUZA, 2016; VILLAR; MOURÃO, 2018; BELMIRO; LUCENA, 2020). Embora a formação para o trabalho tenha sido apontada pelos respondentes do presente estudo como principal facilitador para o primeiro emprego formal, a análise do perfil sociodemográfico demonstrou que 57% dos jovens participantes assinalaram não ter acessado políticas públicas para o ingresso no primeiro emprego formal e 15% respondeu que não sabe se o fez. Uma vez que as políticas públicas destinadas ao primeiro emprego são importantes instrumentos que viabilizam a formação para o trabalho de jovens de classes populares, como é o público desta pesquisa, esperava-se que parcela mais significativa do público-alvo desse estudo tivesse feito uso deste dispositivo.

A esse respeito, pode-se questionar a influência das seguintes questões: o cenário econômico no qual a juventude passa a ser foco de ações governamentais, a vertente de compreensão acerca da juventude sobre a qual os programas e políticas públicas foram elaborados e os aspectos relativos à efetivação das políticas públicas destinadas à juventude. Nesse contexto, Belmiro e Lucena (2020) destacam que as políticas públicas direcionadas para a capacitação da juventude e ingresso desse público no mercado de trabalho surgem na conjuntura de mudanças dos processos produtivos da economia capitalista, em decorrência da implementação crescente de novas tecnologias que culminaram na imposição de um perfil de trabalhador diferente do que era valorizado pelo mercado de trabalho, no aumento significativo do desemprego e necessidade de mão de obra que atenda às exigências capitalistas. Assim, é possível questionar se a não adesão dos jovens pesquisados às propostas de profissionalização via políticas públicas ocorreu em função destas serem elaboradas em consonância com a demanda de abastecimento do mercado de trabalho capitalista e não necessariamente atenderem ao anseio de formação profissional do jovem. Outra importante perspectiva relativa a essa questão parte da compreensão da juventude ou como problema

social ou como público alvo de direitos, premissas que coexistem e norteiam as ações governamentais direcionadas à juventude, com predominância de acordo com períodos históricos específicos (BARREIRO; MALFITANO, 2017; BELMIRO; LUCENA, 2020; MAGALHÃES, 2021). A vertente negativa sobre a juventude relaciona esse público ao conceito de problema social e as ações governamentais elaboradas sob essa perspectiva objetivam o domínio do tempo dos jovens, preenchendo-o de modo a assegurar o controle social da juventude. Já o entendimento da juventude como grupo social composto por sujeitos de direitos, vertente positivos sobre a juventude, apoia ações governamentais que privilegiam direitos fundamentais como a educação e o emprego, sendo este último através da formação da mão de obra juvenil para o mercado de trabalho (BELMIRO; LUCENA, 2020; MAGALHÃES, 2021; SANTOS, 2021). Contudo, não obstante o entendimento da juventude em destaque, as políticas de governo destinadas ao primeiro emprego atendem à ideologia neoliberal capitalista de pouco investimento estatal, resultando em ações paliativas e que pouco impactam positivamente no acesso dos jovens ao primeiro emprego (SANTOS, 2021). Pode-se, assim, questionar se tais características das ações governamentais são pouco atrativas para os jovens que buscam o primeiro emprego formal. Em relação à efetivação das políticas públicas destinadas à juventude, cabe refletir que o não acesso dos jovens aos instrumentos legais destinados ao ingresso no primeiro emprego formal pode ocorrer também em decorrência da distância entre a formulação da política e sua aplicação local pelos responsáveis por sua execução prática, ou seja, pela atuação direta junto aos jovens. Dessa forma, o desapareço às políticas públicas direcionadas à juventude pelos atores locais responsáveis pela ação junto aos jovens pode constituir o mais importante problema para o acesso às ações governamentais para o primeiro emprego formal por esse público, impedindo a efetivação das mesmas em nível local (BARREIRO; MALFITANO, 2017).

Quanto aos demais facilitadores relacionados à formação, a habilidade com computador foi indicada como fundamental. Para as pesquisadoras desse estudo essa afirmativa dialoga com formação para o trabalho em decorrência da tecnologia estar bastante presente na sociedade contemporânea, o que faz dessa uma habilidade importante para o ingresso no mercado de trabalho atual que, conforme Rodrigues (2017), é impactado pelo mundo globalizado que cada vez mais exige conhecimento. Para Rodrigues (2017), aqueles nascidos na era de notáveis avanços da tecnologia e da internet são, portanto, afetados pela globalização e crescentes progressos tecnológicos não podendo prescindir do seu uso. Outro aspecto igualmente relevante refere-se ao crescente avanço da tecnologia, que impacta a sociedade como um todo e, especialmente, o mercado de trabalho e o modo de realização da

atividade laboral (RODRIGUES, 2017). Portanto, pode-se entender a percepção dos jovens sobre o conhecimento do uso da ferramenta computador ser um facilitador para o primeiro emprego formal a partir dessa perspectiva. No entanto, é preciso lembrar que os jovens pobres tem tido menor acesso aos equipamentos e à internet. Essa realidade é demonstrada na pesquisa TIC Kids Online Brasil (2019) realizada com crianças e adolescentes entre 9 a 17 anos, a qual aponta que 4,8 milhões (17%) de crianças e adolescentes brasileiros nessa faixa etária vivem em domicílios sem acesso à internet e 1,4 milhão nunca havia acessado a internet. A pesquisa também revela que para 1,6 milhão dessa população (6% da população brasileira de 9 a 17 anos) a falta de internet no local de moradia é o principal motivo para não acessar a internet, seguido por não saber usar a internet (4%) e não ter vontade de usar a internet (4%). A pesquisa aponta ainda que 15,5 milhões de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos, em 2019, não tinham nenhum tipo de computador em casa e para 16,5 milhões desse público o acesso à internet em casa era comprometido quer pela ausência ou pela baixa velocidade de downloads.

Com referência aos resultados da pesquisa TIC Kids Online Brasil (2019), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) se posicionou solicitando ao Governo Federal e as empresas de telefonia que busquem disponibilizar conexão de livre acesso à internet para todas as famílias vulneráveis, a fim de garantir às crianças e aos adolescentes os direitos fundamentais como educação, saúde, proteção e participação (UNICEF, 2020), essencial para crianças e adolescentes mais pobres e de regiões mais vulneráveis, que se fez indispensável no cenário de pandemia COVID-19, para acesso ao estudo, saúde, falar com os amigos etc. aumentando ainda mais a desigualdade social.

Em relação à formação nos seus diferentes aspectos, ressalta-se que esse fator se relaciona com as dimensões contextual e macroestrutural, à medida que é influenciado pela condição socioeconômica de determinado grupo ou país, impactando no ingresso e permanência nos estudos, assim como no acesso ao ensino de qualidade. Acrescenta-se a essa reflexão que jovens pertencentes às classes socioeconômicas menos favorecidas, assim como a maioria dos participantes dessa pesquisa, tem maior dificuldade para ingressarem no mercado de trabalho formal, quer seja no setor público ou privado, não obstante a continuidade dos estudos (SANTOS, 2021). Sobre esse aspecto, Bourdieu (1998) relata que o capital social, ou seja, a rede de relações, intrinsecamente ligada à classe social, interfere no valor dos diplomas escolares no mercado de trabalho, aumentando o valor do certificado escolar para pessoas de classes dominantes. Ainda em relação ao capital social, o autor elucida que esse capital proporciona redes de apoio que permitem aos indivíduos que o detém

arriscarem-se em diferentes possibilidades no mercado de trabalho, uma vez que também minimiza efeitos negativos de possíveis fracassos. Sendo assim, mesmo que os respondentes desta pesquisa alcancem altos níveis de escolaridade e formação adicional, muito provavelmente terão que enfrentar as desigualdades resultantes da diferença de capital social.

Com referência ao elo entre classe social e ocupação, no âmbito da Terapia Ocupacional, faz-se importante refletir acerca do estudo realizado por Galvaan (2015) com jovens sul africanos, o qual revelou que as oportunidades ocupacionais desses jovens estavam relacionadas às condições socioeconômicas dos mesmos. Para jovens pobres, a escolha profissional foi fortemente influenciada por hábitos e dogmas comunitários, o que levou a escolhas ocupacionais consoantes com os padrões de sua comunidade, resultando na manutenção de padrões ocupacionais restritos e perpetuação das desigualdades ocupacionais. Quanto aos padrões ocupacionais intergeracionais, estes abrangem os aspectos relativos às condições de vida e trabalho dos pais dos jovens entrevistados e, dentre os respondentes dessa pesquisa, 53 jovens apontaram que o desejo de ter uma vida diferente dos pais – facilitador, dimensão contextual – é um fator motivador para o acesso ao primeiro emprego formal. Em conformidade com esse resultado de pesquisa, estudo realizado com jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz evidencia que as expectativas desse público em relação à qualificação pessoal obtida através do primeiro emprego vinculam-se a melhores oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, de renda, viabilizando o alcance da ascensão social e de melhor futuro (BELMIRO; LUCENA, 2020).

Quando apresentado para os jovens do atual estudo a afirmativa relativa à escola pública ser uma barreira para aquisição do primeiro emprego formal, observou-se uma divisão de opinião entre os participantes. Enquanto 46,7% dos jovens concordaram com essa afirmativa, 53,3% discordaram, indicando que não há consenso quanto ao tipo de escola ser um dificultador para o acesso ao primeiro emprego. Lembrando que as dimensões estão interrelacionadas, destacamos que, apesar de estudar em escola pública estar categorizado na dimensão individual, o ensino público é regido por leis nacionais e, portanto, tem intrínseca relação com a dimensão macroestrutural. No âmbito deste debate, Rodrigues (2017) argumenta que as políticas nacionais destinadas à educação não valorizam adequadamente esse valioso direito dos cidadãos e, conseqüentemente, são poucos os investimentos do país nessa área. Aponta que a educação brasileira não garante formação de qualidade para os estudantes de classes populares, fato que constitui barreira para o acesso do jovem ao mercado de trabalho. Ao analisar a educação no Brasil, ressalta ainda que a escola se transmutou em possibilidade de ingresso na faculdade, fazendo da educação uma área rentável. O resultado

desse entendimento levou a investimentos financeiros maiores na educação particular, em comparação à escola pública, culminando em disparidade entre as escolas públicas e privadas quando comparada a qualidade educacional e formação ofertada para o mercado de trabalho. Assim sendo, não se observa benefícios na inserção no mercado de trabalho em decorrência de maior tempo de estudo dos jovens estudantes de escola pública possibilitada por políticas públicas educacionais (RODRIGUES, 2017). A abordagem de menor investimento governamental na educação pública indica ainda que as ações governamentais atuais relativas à formação educacional correspondem, sobretudo, à demanda do mercado (SILVA; LEHFELD, 2019). Não obstante a literatura sinalizar a deficiência do sistema educacional público, o resultado desse estudo apresentou que na percepção da maioria dos jovens estudar na escola pública não é uma barreira para o acesso ao primeiro emprego com carteira assinada, dessa forma, pode-se questionar que os respondentes provavelmente têm tido pouco ou nenhum acesso às pesquisas acadêmicas que debatem os problemas da educação pública em nosso país.

Ainda na dimensão individual, os aspectos relacionados à aparência pessoal se apresentaram na percepção dos entrevistados como barreira ou facilitador, assim como apontado na literatura, conforme descrito a seguir. Os jovens pesquisados concordam que a presença de tatuagem e/ou *piercing* visíveis constitui barreira para o acesso ao primeiro emprego formal. Este aspecto está ligado à apresentação pessoal, uma vez que se relaciona à aparência. Segundo Silveira e Michel (2018) a motivação para os jovens não fazerem modificações corporais – tatuagens e *body piercings* – está intimamente relacionada à preocupação deles de serem recusados quando buscarem por uma vaga de emprego formal.

Para Jordão (2015), a aparência pessoal é importante para as relações sociais do dia a dia no contexto da sociedade capitalista. Assim sendo, pode ser útil enquanto recurso para alcançar objetivos almejados configurando, portanto, capital ou estratégia que possibilita alcançar conveniências e vantagens (JORDÃO, 2015). Nesse cenário, os programas públicos direcionados aos jovens em situação de vulnerabilidade social e em busca de inserção no mercado de trabalho formal, atribuem importância à apresentação pessoal sob a ótica individual, priorizando como o jovem deve se vestir e se comportar em uma entrevista de emprego (MAGALHÃES, 2021), características comportamentais que provavelmente estão sendo absorvidas pelos jovens como valor. Nesse sentido, a apresentação pessoal com frequência é entendida sob a perspectiva de uma escolha pessoal, relativa à dimensão individual, conforme também encontrado nessa pesquisa. Porém, na concepção das pesquisadoras deste estudo, apesar de a apresentação pessoal muitas vezes ser entendida como

opção individual, ela é influenciada por aspectos relativos à dimensão contextual. Nessa direção, a reflexão sobre a apresentação pessoal permite-nos interpretar a relação entre esse aspecto e o *habitus* de classe do indivíduo, pois se constitui a partir de comportamentos adquiridos pelo grupo social no qual o jovem está inserido. Cabe destacar ainda que a apresentação pessoal está fortemente relacionada e influenciada pelo contexto no qual o indivíduo vive e trabalha (BOURDIEU, 1998; BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Além disso, na dimensão individual, os jovens participantes desse estudo consideraram que trabalhar é fundamental para formação da sua identidade, aspecto apresentado como motivador para a obtenção do primeiro emprego formal. Sobre esse dado, a literatura evidencia que para os jovens de classes populares e diante do cenário social e econômico nacional de grave crise de desemprego juvenil, o primeiro emprego assumiu grande importância na contribuição da formação da identidade de parte desses jovens, ao viabilizar melhor acesso a bens de consumo e culturais. Demonstra também que relações de trabalho contribuem para a formação de valores dos indivíduos e geram bem-estar que vai além da aquisição de bens de consumo e possibilidade de socialização, reiterando a relevância do trabalho para a formação da identidade (RODRIGUES, 2017; FÁVERO; MORAIS, 2020).

Acerca do tema trabalho e juventude, a clássica expressão ‘o trabalho dignifica o homem’ ainda é concebida na atualidade sob a ótica de que o homem que trabalha constrói um “caráter digno, idôneo, íntegro e moralmente aceito” (SILVA; LEHFELD, 2019, p. 8). Assim, a partir da literatura, vislumbramos a ideia de que essa clássica expressão está subjacente à percepção dos jovens pesquisados sobre a importância do trabalho para a identidade pessoal, uma vez que a crença do trabalho como atividade dignificante é um entendimento que permeia a sociedade e um valor que é passado entre gerações.

Quanto à dimensão contextual, observou-se que os jovens que compuseram a amostra desse estudo concordaram com todas as afirmativas apresentadas como facilitadores, exceto aquela que indica o fato de os amigos trabalharem como aspecto motivador para aquisição do primeiro emprego, afirmativa que alcançou igual percentual entre concordância e discordância. Levando-se em conta a classificação das proporções de concordâncias nesta dimensão, os participantes destacaram a família como fundamental ao elegerem o apoio familiar como principal motivador. Em seguida, os facilitadores mais relevantes segundo a percepção dos jovens pesquisados foram: morar perto do trabalho, vontade de não depender da família e ter celular.

A respeito da relevância do apoio familiar para os jovens participantes, esse resultado de pesquisa corrobora com estudos que demonstram a importância da família na juventude

enquanto apoio e estímulo à construção de projetos de vida, dentre eles o trabalho, a continuidade dos estudos e a escolha profissional. No que tange ao trabalho, revela-se que a cultura familiar que relaciona a atividade laboral à aquisição de maturidade, senso de compromisso e responsabilidade pelo jovem, bem como a necessidade de auxiliar financeiramente a família são fatores que impulsionam muitas famílias a favorecerem a inserção do jovem no mercado de trabalho (FORTUNATTI; LUCAS, 2013).

Outra importante característica da relação jovem e família vincula-se ao ingresso dos jovens no sistema educativo, uma vez que esse processo é influenciado pela composição familiar e nível de escolaridade dos pais, dentre outros aspectos, demonstrando a relevância da família para a escolarização dos jovens. Nesse sentido, estudos sinalizam o comprometimento das famílias com a continuidade dos estudos dos filhos o que, inclusive, pode constituir prioridade dentre os planos de futuro do grupo familiar, tal como apresentado na pesquisa realizada com famílias bolivianas que migraram para a Argentina com filhos jovens. Nessas famílias, assinala-se que o apoio materno à continuidade dos estudos é mais significativo, uma vez que a figura materna é a responsável por todas às atividades relacionadas aos estudos dos jovens, desde encontrar uma escola a auxiliar nas atividades escolares. Nesse mesmo sentido, encontrou-se que o apoio dos pais, principalmente materno, influenciou jovens brasileiros a aderirem a um programa de aprendizagem profissional (SILVA; TRINDADE, 2013; ZENKLUSEN, 2020).

A família, com destaque às figuras parentais, também é percebida enquanto modelo que pauta as escolhas dos jovens, indicando-lhes caminhos a seguir e, também, exemplos a não serem seguidos. Assim sendo, a família constitui referência para muitos jovens, pois é responsável pela criação e reforço de conceitos e padrões internalizados por um grupo familiar que constituem valores culturais que serão herdados, bem como institui um parâmetro para os jovens a partir das experiências de vida dos pais. Dessa forma, a família influi na constituição biopsicossocial de cada um dos membros que a compõe, assim como a escola, a vida social e o trabalho (FORTUNATTI; LUCAS, 2013; KRAUSKOPF-ROGER, 2019). Krauskopf-Roger (2019) elucida também que “acompanhamento, apoio, assessoria e diálogo” (p. 81) proporcionados aos jovens pelos adultos, sobretudo figuras parentais, implicam em relação intergeracional satisfatória, promovendo a independência dos jovens. A relevância dada ao apoio familiar pelos jovens pesquisados indica ainda a importância do papel das redes de apoio entendidas como crucial para a estruturação, saúde e bem-estar da sociedade (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007).

Associada à questão familiar como facilitador, os participantes também relataram o desejo de não dependerem dos pais e de buscarem uma vida diferente dos mesmos como facilitadores para o acesso ao primeiro emprego. Este dado sugere um movimento dos jovens na busca de novas oportunidades. Esses resultados de pesquisa relacionam-se ao estudo de Zenklusen (2020) com jovens peruanos que migraram para os bairros periféricos da cidade de Córdoba, na Argentina, em busca de oportunidade melhores de estudo e, conseqüentemente, trabalho motivados, principalmente, pela possibilidade de conquistar um futuro diferente da vida dos pais, cuja trajetória laboral é assinalada por vínculos precários com o mercado de trabalho e trabalho informal.

Os dados desta pesquisa também vão ao encontro do estudo das autoras Sousa, Frozzi e Bardagi (2013) com jovens que o trabalho representou a possibilidade de remuneração tanto para custear o próprio sustento quanto para contribuir com a renda da família. Borges e Coutinho (2010) apresentaram, similarmente, os fatores que motivaram a busca pelo primeiro emprego por jovens: autonomia financeira para custear o próprio consumo e independência. Observa-se, portanto, que por um lado, segundo a percepção dos jovens, o apoio familiar é importante, por outro, eles buscam uma vida diferente da dos pais, bem como desejam não depender deles. Sendo assim, parece que os jovens entrevistados conseguem reconhecer e se beneficiar do apoio familiar, ao mesmo tempo em que desejam uma vida independente dos familiares no futuro.

Ainda sobre os facilitadores relacionados à dimensão contextual, morar perto do trabalho foi percebido como facilitador para o acesso ao primeiro emprego com carteira assinada, pois as barreiras de acesso ao transporte público seriam menores. A mobilidade urbana é um dos maiores problemas sociais do Brasil (SENA; JARDIM FILHO; PIETRAFESA, 2019) e, portanto, também se relaciona com a dimensão macroestrutural, na medida em que o acesso ao transporte público é impactado pela diferença de posição social das pessoas; ou seja, há uma distribuição desigual de acesso ao transporte público nos espaços urbanos, que resulta numa segregação social das pessoas mais pobres (ARAUJO *et al.*, 2011), inclusive dos jovens. Por meio da Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2013), e a inclusão do transporte como direito social na Constituição Brasileira (BRASIL, 2015), os governos tem que assumir o compromisso com o desenvolvimento da mobilidade sustentável e a promoção da equidade no acesso ao transporte público coletivo, dentre outras responsabilidades (BRASIL, 2013). Sendo assim, para qualquer cidadão morar perto do trabalho seria o cumprimento de um direito social, que além de contribuir para sua qualidade de vida, também significaria ter menor custo com transporte e despende menos tempo com o

deslocamento. Nessa ótica, podemos estabelecer um paralelo com a principal barreira dessa dimensão expressa na afirmativa – falta de dinheiro para o transporte público dificulta conseguir o primeiro emprego –, segundo percepção dos jovens pesquisados. Assim, morar perto do trabalho resulta em não ter custos ou em custos menores com o transporte público para deslocamento, configurando um fator facilitador. A análise da concordância com essa afirmativa levou as pesquisadoras a questionarem também se há ou não oportunidades de primeiro emprego próximo aos locais de moradia desses jovens, considerando que as respostas a esse questionário refletem as experiências vividas por eles na busca pelo primeiro emprego formal, explicitando dificuldade de acesso ao transporte público.

Também relacionado como facilitador na dimensão contextual está o fato de possuir celular. Pode-se inferir que o destaque dado ao celular como facilitador do acesso ao primeiro emprego percebido pelos jovens está ligado à possibilidade de acesso ao meio tecnológico que os permitam entrar na internet, ter acesso às informações relacionadas a oportunidades não só ocupacionais, como possibilidades de relacionamento e de manter-se atualizado sobre o que se passa no mundo. Obviamente, além de possuir o aparelho, seria necessário considerar a questão de acesso a pacote de dados, quantidade e qualidade da conexão para acessar internet. Estes achados coadunam com os estudos de Rodrigues (2017) que destaca a relevância desse equipamento por viabilizar o acesso à internet, independente da disponibilização de meios eletrônicos para esse fim, como computadores, pela escola ou outros espaços frequentados pela juventude.

A partir da avaliação das afirmativas apresentadas na dimensão contextual como barreiras para o engajamento na ocupação proporcionada pelo primeiro emprego formal verifica-se que os participantes concordaram com todas as afirmativas apresentadas, sem diferença estatisticamente significativa entre elas. Porém, considerando a classificação das proporções de concordância, a falta de recurso financeiro para uso do transporte público constituiu principal barreira para o acesso ao primeiro emprego no mercado formal. Esse fator está relacionado à condição econômica de baixa renda, um dos reflexos da situação de pobreza em que esses jovens se encontravam, conforme revelado no perfil sociodemográfico. Além disso, pode-se deduzir que essa barreira também está relacionada à ausência ou precariedade de uma política de mobilidade urbana e falta de investimento governamental para custear o transporte público para estudantes (OLIVEIRA, 2018; SENA; JARDIM FILHO; PIETRAFESA, 2019), característica relativa à dimensão macroestrutural. Com relação ao acesso ao transporte público por jovens, esse aspecto, além da Constituição Federal, também está previsto como direito da juventude assegurado no Estatuto da Juventude

(2013) (SANTOS; YAMAMOTO, 2018), entretanto pelas respostas obtidas podemos perceber que os jovens não conseguem desfrutar desse direito, apesar do Estatuto que o assegura.

As demais barreiras apontadas na dimensão contextual estão relacionadas à questão da cor/etnia, local e situação de moradia. Os resultados demonstram que, para os participantes da pesquisa, os jovens brancos enfrentam menos dificuldades que jovens pretos, pardos ou indígenas para se inserirem no mercado de trabalho, tal como assinalado na literatura, que vai além e pontua que jovens brancos tem mais chances de ocuparem melhores cargos “o que pode ser um indício de discriminação por cor sofrida pelos trabalhadores no início da vida empregatícia” (CARRIJO, 2017, p. 47). Nessa mesma perspectiva, dados das Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Juventude (CNPP) discutem a distinção entre brancos e pretos ou pardos como um dos principais registros de desigualdade no Brasil. Em relação à juventude preta, essa pauta surge na I Conferência Nacional da Juventude (2008) e assume maior relevância na II Conferência Nacional da Juventude (2011) com o objetivo de minimizar os efeitos adversos do racismo (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018; SANTOS; YAMAMOTO, 2018).

Os resultados encontrados neste estudo corroboram com os achados de Carrijo (2017); Ferreira; Pomponet (2020); Prado; Silva; Silvestrini (2020). Segundo esses autores, ser preto ou pardo é um fator limitante para a inserção do jovem no mercado de trabalho, pois essa característica pessoal se relaciona tanto à escolaridade quanto à aquisição e permanência no trabalho formal. A inserção no mercado de trabalho está vinculada à qualificação da mão de obra, o que abrange também o nível de escolaridade, anteriormente discutido. Já quando analisada sob a perspectiva da cor da pele, pesquisas apontam que os mais baixos níveis de escolaridade e menor participação no mercado de trabalho formal estão entre jovens pardos e pretos em relação aos brancos e quando àqueles conseguem trabalho estão mais propensos a perdê-lo. Ao revelarem que a cor da pele ainda é uma barreira para o acesso ao primeiro emprego formal, pode-se inferir que os jovens participantes desse estudo demonstraram o impacto negativo do racismo sobre o ingresso no mercado de trabalho. Tal percepção leva a reflexão de que apesar de esse tema ser muito discutido na literatura e ter sido abordado em conferências para a juventude brasileira, na prática, os jovens demonstraram que pretos e pardos, maioria desse estudo, ainda se sentem discriminados pela cor da pele.

No que tange às afirmativas relativas a não priorização pelo mercado de trabalho de pessoas com deficiência, pessoas homoafetivas e/ou transgêneros, apresentadas aos jovens pesquisados, essas obtiveram concordância dos respondentes quanto constituírem barreira

para o acesso ao primeiro emprego com carteira assinada. Sobre essas parcelas de jovens que compõem as juventudes, Santos e Yamamoto (2018) revelaram que na II Conferência Nacional da Juventude (2011) os jovens elencaram como tema prioritário os direitos de parcelas ignoradas da juventude brasileira, privilegiando eixos relacionados aos direitos pertinentes à “Diversidade e vida segura (direitos humanos, segurança, questões étnico-raciais, questões LGBT – lésbicas, *gays*, bissexuais e travestis –, gênero)” (p. 662), com a proposição de implementação de uma política para assegurar o direito à educação e à qualificação desse público, especificamente, visando o ingresso no mercado de trabalho.

O grupo populacional LGBT e todas as minorias sexuais incluídas nessa nomenclatura comungam com as mesmas injustiças experimentadas pelas pessoas com deficiência – no campo da educação, do emprego e da participação social (HAMMELL, 2020b; AOTI, 2019). Hammell (2020b) salienta que em todo mundo as pessoas com deficiência vivenciam “níveis desproporcionais de pobreza, acesso desigual à educação, emprego, transporte, edifícios, tecnologia, espaços verdes, artes, cultura, religião, recreação e outros recursos da comunidade” (p. 404). Essa desigualdade é marcada em função da sociedade valorizar a parcela dominante da população, sem deficiência, além da perspectiva que valoriza corpos normais e limita as possibilidades dessas pessoas ao tentar adaptá-las às ocupações tidas como normais (GERLACH *et al.*, 2017; HAMMELL, 2020b). Ainda, a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) já demonstrava que pessoas com deficiência apresentam piores condições de saúde e maiores taxas de pobreza, além de outros aspectos que as colocam em condição de vulnerabilidade social e, portanto, restringindo o acesso dessas pessoas às oportunidades ocupacionais. Especificamente, acerca da afirmativa referente às pessoas com deficiência não serem priorizadas pelo mercado de trabalho, infere-se que essa questão não alcançou maior concordância na percepção dos jovens pesquisados como aspecto que impacta negativamente no acesso a ocupação proporcionada pelo primeiro emprego formal, provavelmente, por ser uma realidade pouco experimentada por aqueles que não tem deficiência, como a maioria da amostra desse estudo.

Frente à literatura, as pesquisadoras interpretam que a inclusão dessas temáticas, descritas no debate público e político sobre políticas para a juventude, evidenciam o interesse do Estado e de parte da sociedade nas questões relevantes para os jovens. Esse achado de pesquisa demonstrou que esses temas apresentaram visibilidade na percepção dos jovens que participaram da presente pesquisa, revelando conhecimento sobre o impacto dessas questões a partir da vivência pessoal. Pode-se deduzir que para os jovens respondentes, pertencer a alguns desses grupos identitários – LGBT, pessoas com deficiência, negros e pardos –

dificulta usufruir os mesmos direitos que outros grupos populacionais, sendo, por conseguinte, barreira para o acesso à ocupação oportunizada pelo primeiro emprego formal.

Também na dimensão contextual, a análise das respostas obtidas no questionário de pesquisa revelou concordância (72,9%) dentre os jovens pesquisados em relação à afirmativa relativa a meninas terem mais dificuldade que meninos para acessarem o primeiro emprego com carteira assinada. Esse resultado corrobora com os estudos já realizados neste campo. Segundo Carrijo (2017); Ferreira; Pomponet (2019) e Santos (2021), em relação ao público jovem, a maior ocorrência de desemprego em meio às mulheres expõe a desigualdade de acesso ao trabalho formal entre os sexos, além de remeter à maior dificuldade encontrada por jovens do sexo feminino de conseguirem trabalho formal e se manterem empregadas. Neri (2019) acrescenta a esse entendimento o fato de elas corresponderem a segunda maior porcentagem dos jovens que não estudam e não trabalham. Faz-se necessário considerar ainda que as questões de gênero³ atravessam toda a sociedade (LOURO, 1997), impactando os processos educacionais (MORENO, 1999), as atribuições de responsabilidades com os cuidados com a família e com o ambiente doméstico, bem para as oportunidades de acesso ao trabalho (ASSIS; CONSTANTINO, 2001).

Acerca da diferença entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal, a literatura contempla que as possibilidades de acesso ao primeiro emprego são menores para mulheres, sendo também menores as oportunidades de jovens meninas serem contratadas confrontando-se às chances de meninos da mesma faixa etária, entretanto essa condição pode ser alterada mediante aumento do nível de escolaridade (CARRIJO, 2017). A mesma autora complementa que homens tem mais chances de preencherem cargos de trabalho em postos mais altos que mulheres, achado de pesquisa que exprime a diferenciação por gênero entre os jovens existente no mercado de trabalho e que resulta em maior dificuldade em alcançar melhores cargos para meninas (CARRIJO, 2017). Silva e Trindade (2017) assinalam que o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho não resultou na ocupação de melhores postos de trabalho. O tratamento diferenciado entre homens e mulheres sobressai

³O conceito de gênero, relacionado ao movimento feminista, advém da necessidade de demonstrar a construção social sobre os sexos, a partir do modo como são atribuídos valores às características sexuais pela sociedade, estruturando feminino ou masculino em um momento histórico e sociedade específicos. A discussão a partir de uma nova linguagem institui gênero como um conceito fundamental, distinguindo-o de sexo, objetivando negar uma distinção biológica presente no termo sexo e dando visibilidade ao caráter social da diferenciação pautada no sexo: “é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros. O conceito afirma o caráter social do feminino e do masculino” (p. 22). O conceito de gênero também desconstrói a oposição binária masculino-feminino e o pensamento que coloca homem e mulher em polos opostos, inaugurando a chance de inclusão de diversas feminilidade e masculinidade, construídas socialmente (LOURO, 1997).

também na medida em que o homem recebe maiores salários que as mulheres exercendo a mesma atividade, disparidade que declara o rebaixamento das mulheres frente aos homens no mercado de trabalho e que precisa ser enfrentado (SILVA; LEHFELD, 2019). Nessa seara, vale destacar a configuração social contemporânea que ainda se estrutura sobre uma cultura machista, sexista e patriarcal (HAMMELL, 2015), o que explica a manutenção da distinção entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Ainda sobre este aspecto, chamou a atenção o lugar dado à questão do gênero pelos participantes quando comparada aos demais aspectos pesquisados nesta dimensão, sobretudo porque a maioria dos jovens respondentes declarou sexo feminino atribuído ao nascimento. Na classificação das proporções relacionadas às barreiras, este aspecto assume o último lugar. O mesmo pode ser destacado quanto ao lugar dado à afirmativa que aborda tarefas domésticas e cuidado com familiares como dificultador do acesso ao primeiro emprego por jovens. Tais tarefas, culturalmente desempenhadas por mulheres, inclusive por jovens mulheres (MULLER, 2004), não foram percebidas pelos respondentes, maioria do sexo feminino, como barreira significativa para o acesso ao primeiro emprego. Questiona-se, portanto, se os aspectos atribuídos à diferenciação entre homens e mulheres, os quais são construídos socialmente (LOURO, 1997), e que segregam pessoas não somente no mercado de trabalho em função do sexo atribuído ao nascimento, não estariam invisibilizadas para os jovens respondentes, ou mesmo naturalizadas no contexto de vida dos mesmos. Igualmente, considera-se que embora as pesquisas científicas, os debates públicos e as mídias sociais problematizem a condição da mulher em nossa sociedade, bem como as dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho (FREITAS; SOUZA, 2021), este não alcançou proporção significativa como barreira dentre os jovens entrevistados nesta pesquisa.

Outra questão apresentada aos jovens entrevistados nesse estudo como facilitador da dimensão contextual refere-se ao fato de os amigos trabalharem ser motivador para o acesso ao primeiro emprego formal, questão que encontrou respostas equivalentes entre concordância e discordância, ou seja, o grupo dos respondentes ficou dividido quanto a esse fato impactar positivamente na busca pelo trabalho. Nesse contexto, pode-se retomar a importância da influência dos pares como aspecto que influencia a decisão de atitudes individuais (BUSS; PELLEGRINI FILHO, 2007) e inferir que essa pressão está presente para metade dos jovens participantes. Alguns estudos apontam a relevância da rede de amigos, familiares e conhecidos no processo de aquisição de referências culturais e construção de projetos de vida para os jovens, principalmente, os mais pobres (MCDONALD *et al.*, 2005).

Sendo assim, nossos resultados, ainda que inconclusivos, indicam a necessidade do aprofundamento desta questão, sendo necessária a realização de outras pesquisas.

Na dimensão macroestrutural, observou-se concordância com todas as afirmativas apresentadas referentes aos facilitadores, exceto no que diz respeito à percepção de que programas sociais governamentais são facilitadores. Sobre essa assertiva, esperava-se que as políticas sociais destinadas ao primeiro emprego fossem identificadas como um forte facilitador pela maioria dos respondentes, considerando o investimento do Estado nesta direção (GUIMARÃES; ALMEIDA, 2013; BARREIRO; MALFITANO, 2014; SOUZA, 2016; BARREIRO; MALFITANO, 2017; SILVA; COSTA, 2019; BELMIRO; LUCENA, 2020; MAGALHÃES, 2021).

Nessa dimensão, a partir da classificação das proporções de cada afirmativa relativa aos facilitadores, sobressaiu a importância do acesso à internet para obtenção do primeiro emprego formal. Essa questão resgata a informação de que nem todos os jovens do nosso país desfrutam do acesso à tecnologia (TIC KIDS ONLINE BRASIL, 2019), sobretudo no Brasil, onde as escolas da rede pública de educação enfrentam o desafio de não terem ao menos um computador com acesso à internet à disposição dos estudantes, fazendo da inserção digital mais um desafio da educação pública (RODRIGUES, 2017). Essa realidade amplia a desigualdade de oportunidades entre rede pública e rede particular de ensino. Outras diferenças de acesso à tecnologia entre instituições públicas de ensino e privadas é o menor acesso à internet pelas escolas públicas, assim como menor disponibilidade desse recurso no espaço da instituição (RODRIGUES, 2017). Ainda sobre a importância da internet, verificou-se que ela se tornou indispensável para diversos segmentos da sociedade, principalmente para os jovens estudantes, em função de mudança no modelo de todos os níveis de ensino – presencial para remoto – na emergência de enfrentamento da pandemia do COVID-19, momento de coleta de dados deste estudo (TIC KIDS ONLINE BRASIL, 2019). Pode-se supor que jovens de classes populares não têm fácil acesso à internet e, talvez por isso, ela assume maior valor dentre os facilitadores apresentados. Outra possibilidade refere-se ao acesso à informação em tempo quase real que a internet permite, aspecto que pode ser entendido como facilitador pelo jovem por oportunizar inscrever-se para vagas do primeiro emprego.

Nesse item, podemos relacionar as dimensões individual e macroestrutural, uma vez que o celular foi contemplado nesta pesquisa na dimensão individual com destaque dentre os facilitadores para o acesso ao primeiro emprego, tal como ocorre com a internet, na dimensão macroestrutural. Esses resultados reafirmam a interface entre essas dimensões, pois

na sociedade atual, o celular é um instrumento mais utilizado por pessoas com idade entre 9 a 17 anos para o acesso à internet, sobretudo para atividades educativas, comunicação e acesso à multimídias, como vídeos, programas ou séries, conforme Pesquisa TIC Kids Online Brasil (2019). Outro aspecto relevante, que para as pesquisadoras se encaixa na dimensão macroestrutural, corresponde ao avanço tecnológico com predomínio em grande parte do mundo, o que levou a uma “sociedade em rede” (RODRIGUES, 2017, p. 27), a qual confere significativa importância à atualização do conhecimento e ao acesso à internet como meio de informação, diversão e diálogo, o que está refletido em ambas as respostas das referidas dimensões (RODRIGUES, 2017; TIC KIDS BRASIL ONLINE, 2019).

Quanto aos demais facilitadores relacionados à dimensão macroestrutural, tendo como base a classificação das proporções, participar de projetos sociais e participar de atividades de lazer e cultura apresentam-se em 2º e 3º lugar entre os facilitadores, respectivamente. Em último lugar encontra-se a participação em programas sociais governamentais voltados especificamente ao acesso ao emprego para este público. O fato de participar de projetos sociais ser um facilitador, pode estar relacionado a proteção social para famílias de baixa renda, pois visam beneficiar determinado público-alvo, alcançando o indivíduo e, muitas vezes, a comunidade. No entanto, a não identificação pelos jovens (16%) da participação em projetos sociais como facilitadores pode estar relacionado à vivência ou não dos seus benefícios e a não percepção de seu papel no contexto social. No contexto deste debate, há desafios históricos para o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para a juventude, demonstradas pela distância entre as propostas e as realidades dos serviços ofertados, bem como pelos desafios relacionados à necessidade de construir serviços que sejam sensíveis e condizentes com as necessidades e realidades locais (LINO FILHO; FIALHO, 2017; BRONZO, 2007).

Com referência às políticas públicas, o estudo encontrou que não há consenso entre os jovens pesquisados quanto ao papel dos programas sociais governamentais como facilitador para acesso ao primeiro emprego formal. No contexto brasileiro, os programas e políticas públicas que se destinam ao acesso ao primeiro emprego formal se aproximam de programas de proteção social, uma vez que tem como foco pessoas de baixa renda e elevação da renda e escolaridade (BARREIRO; MALFITANO, 2017; BELMIRO; LUCENA, 2020; TOMASSI; CORROCHANO, 2020; MAGALHÃES, 2021; SANTOS, 2021). As políticas sociais devem assegurar proteção social, impactar na redução da desigualdade e da pobreza, promover justiça social e reduzir riscos sociais. Cidadãos assistidos por essas políticas e com acesso aos direitos sociais por elas previstos tenderam a maior participação na força de

trabalho (KERSTENETZKY, 2011). Considerando a perspectiva de acesso aos direitos sociais, os programas governamentais que oportunizam o acesso dos jovens ao primeiro emprego formal são vistos como importantes, todavia não oferecem vagas nem oportunidade de trabalho que atendem à demanda dos jovens por oportunidades de emprego (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018; SILVA; LEHFELD, 2019; TOMASSI; CORROCHANO, 2020; SANTOS, 2021). Nessa perspectiva, as políticas públicas voltadas para o trabalho, emprego e renda precisam observar atentamente o perfil etário e as experiências da população jovem, reconhecendo potenciais e garantindo desenvolvimento saudável desse público e experiências significativas no mercado de trabalho com foco na qualidade da formação concedida e oferta de trabalho digno e decente, o que exige maior investimento do Estado (KERSTENETZKY, 2011; SILVA; LEHFELD, 2019). Contudo, o investimento do Estado na conjuntura econômica contemporânea de menor intervenção estatal, ou Estado mínimo, leva a menores investimentos em políticas públicas, levando à disponibilização de opções para que os jovens alcancem o primeiro emprego, face importante da cidadania (ESPING-ANDERSEN; 1991).

De forma complementar, Belmiro e Lucena (2020) observaram a forma como esse sistema de ensino/capacitação proposto pelos referidos programas sociais se desenvolve, que se assemelha a um – “modelo de treinamento, com ênfase numa aprendizagem prática e aligeirada” – (p. 11-12) logo, não oferece aos jovens capacitação suficiente para mudar sua condição socioeconômica, o que permite a essas pesquisadoras inferirem que esse modelo talvez não seja atraente para todos os jovens, levando-os a não acessarem as políticas públicas destinadas ao primeiro emprego e, portanto, não perceberem a importância desse instrumento para inserção no mercado de trabalho. Inferimos também que o fato de os jovens se mostrarem divididos sobre as políticas governamentais direcionadas ao acesso ao primeiro emprego pode ser explicado pela falta de conhecimento dos jovens acerca de programas, políticas públicas e legislações que garantem direitos desse grupo específico de cidadãos brasileiros em função da ausência de estratégias governamentais para melhor implantação em nível local das políticas públicas elaboradas com foco na juventude, através da capacitação das pessoas que realizam as ações junto aos jovens (BARREIRO; MALFITANO, 2017). Cabe destacar que apesar das Conferências Nacionais da Juventude realizadas em 2008, 2011 e 2015, que permitiram à juventude engajar-se e acompanhar proximamente a elaboração das políticas públicas destinadas aos jovens e, dessa forma, ampliaram o conhecimento de parcela dos jovens sobre os próprios direitos, após 2016 tem-se a descontinuidade de políticas públicas de juventude e retrocesso nos direitos e participação política dos jovens (PEREGRINO; PINHEIRO; SOUZA, 2018). Magalhães (2021) reflete sobre as políticas de

juventude e apontam que estas sempre estão subordinadas à questão social, na medida em que não nasce com base na constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil moderna, incluindo sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos, e sim como um meio de resolução de um problema social, a partir de uma visão negativa da juventude. Dessa forma as autoras percebem que um dos desafios para as políticas públicas destinadas à juventude é a proposição de políticas que não sejam estigmatizantes. Assim, questiona-se a partir da interrupção das Conferências Nacionais da Juventude e consequente redução da participação dos jovens na construção das políticas destinadas à juventude, por que as políticas não são pensadas com a participação do público de interesse, a exemplo das significativas conquistas alcançadas pelas pessoas com deficiência sob o lema “nada sobre nós sem nós”.

Em relação à participação em atividades de lazer e cultura, apesar de 66,7% concordarem que este aspecto facilita o acesso ao primeiro emprego, a diferença entre as respostas não foi significativa. Destaca-se, no entanto, a importância dessas atividades para a construção da cidadania, inclusive com indicação desta temática como prioritária na pauta da II Conferência Nacional da Juventude. Reforçando a importância do direito à cultura, ao esporte e ao lazer como direitos dos jovens brasileiros a serem garantidos pelo Estado, os mesmos compõem o Estatuto da Juventude (SANTOS; YAMAMOTO, 2018). Contudo, ainda se verifica baixa oferta de programas culturais e relacionados à prática esportiva voltados para jovens, exceto pelas iniciativas no âmbito da educação escolar. (MAGALHÃES, 2021; SANTOS; YAMAMOTO, 2018). Ao abordarmos a relação entre cultura e jovens em vulnerabilidade social, sublinhamos que a cultura possibilita potencializar a criatividade, conferir novas interpretações da realidade vivenciada, atribuindo valor alternativo ao imposto pela sociedade aos acontecimentos cotidianos, de maneira a abrir novos horizontes para os indivíduos e seu contexto (PRADO; SILVA; SILVESTRINI, 2020). A diferença pouco significativa entre as respostas nessa assertiva pode estar ligada às poucas alternativas disponíveis e acessíveis de programas de cultura e esporte voltados para jovens de classes populares, ou ainda ao significado que os jovens atribuem ao lazer e à cultura, bem como às atividades desenvolvidas pelos jovens, nem sempre classificadas como lazer, a partir da aceitação hegemônica das atividades de lazer e cultura como sendo somente as privilegiadas pelas classes dominantes, tal como teatro, cinema etc. (PRADO; SILVA; SILVESTRINI, 2020).

Ainda na dimensão macroestrutural, no que tange às barreiras, observou-se concordância com todas as afirmativas apresentadas, com destaque para as afirmativas

referentes à situação econômica do país e quadro político nacional, nessa ordem, quando avaliadas em ordem decrescente a concordância dos participantes. Nessa dimensão, os jovens respondentes concordaram que a situação econômica do país é um dificultador para o acesso ao primeiro emprego formal. A percepção dos jovens está em consonância com o verificado por Neri (2019) que assinala que para a população jovem, crises econômicas tem maior impacto negativo sobre o acesso ao mercado de trabalho do que frequência escolar. Sendo que, para esse autor, o aumento do desemprego entre os jovens é um dos fatores que mais interfere no aumento da desigualdade socioeconômica considerando o público juvenil. Ainda com relação ao impacto negativo da situação econômica do país para o acesso ao primeiro emprego formal, Carrijo (2017) complementa que o fraco crescimento da economia é um entrave para o acesso ao primeiro emprego formal notadamente para os jovens. Especialmente no momento atual, de crise econômica vivenciada em função da questão sanitária e de saúde, parece ser vivenciada de modo próximo pelos jovens.

Já a situação política do país também foi percebida pelos jovens pesquisados como barreira para o acesso ao primeiro emprego. Sobre esse aspecto, Santos e Yamamoto (2018) afirmam que instabilidade e crise política interferem nos âmbitos social e político da sociedade na medida em que resulta no desmonte de programas e secretarias de governo, transformando-se em obstáculo para os cidadãos. Quanto às políticas públicas destinadas ao acesso ao primeiro emprego formal, é imprescindível a constatação da “importância da relação jovem e trabalho, e a interação entre juventude e as atuais políticas de inserção do jovem no mercado de trabalho” (RODRIGUES, 2017, p. 13). No contexto desta pesquisa, por um lado os jovens informaram como barreira a situação política do país, no entanto, essa opinião não se reflete na classificação da importância dos programas sociais governamentais como facilitador para acesso ao primeiro emprego formal, como se a relação entre essas duas questões fosse mínima ou não existisse.

Por fim, um aspecto fundamental da análise deste estudo, foi identificar qual das dimensões avaliadas (individual, contextual ou macroestrutural) tem maior impacto, na percepção dos jovens como barreira ou facilitador para o acesso ao primeiro emprego formal. Os resultados indicam, a partir da classificação das proporções em cada dimensão, que tanto as barreiras quanto os facilitadores relacionados à dimensão individual são os que sobressaem na percepção dos jovens pesquisados em relação às demais dimensões avaliadas. Os aspectos relacionados às dimensões contextual e macroestrutural ficaram pulverizados.

Destaca-se que as afirmativas relacionadas à dimensão macroestrutural não aparecem em destaque na percepção dos jovens respondentes e, portanto, o impacto da

dimensão macroestrutural – políticas governamentais, projetos sociais, saneamento básico etc. – sobre a ocupação estudada não ressaltou dentre as respostas obtidas. Assim, os jovens participantes dessa pesquisa demonstraram pouca importância acerca do impacto dessa dimensão no acesso à ocupação almejada: o primeiro emprego formal.

A esse respeito, reflete-se que de fato muitas pessoas não têm acesso a oportunidades de engajamento em ocupações diversas e norteiam as escolhas das ocupações cotidianas a partir da necessidade de sobrevivência (HAMMELL, 2020b), ou imposição do cotidiano. Considerando que as políticas públicas para o acesso ao primeiro emprego tem sido focalizadas na juventude pobre e em vulnerabilidade social, para a qual os aspectos relacionados à dimensão macroestrutural seriam as de maior impacto, uma maior valorização da dimensão individual pelos jovens respondentes desta pesquisa foi um resultado preocupante. A constatação dessa percepção se coaduna aos questionamentos revestidos pelas perspectivas críticas de terapia ocupacional no cenário internacional, que tem refletido sobre como se constroem as escolhas e as oportunidades ocupacionais. Perspectivas individualistas, típicas da sociedade ocidental, têm abordado as escolhas ocupacionais como resultado da escolha e vontade pessoal, assumidas de forma racional pelo indivíduo. Esse entendimento se estende às escolhas profissionais admitidas tacitamente como igualmente disponíveis para todos (HAMMELL, 2020b). Essa perspectiva pode ser explicada a partir do neoliberalismo, ideologia econômica e política que estimula o individualismo, a autossuficiência e a independência através da priorização do interesse individual. Essas características transmitem a mensagem que o indivíduo é o único responsável pelas escolhas que faz, por seu sucesso ou fracasso, bem como por suas circunstâncias de vida. O individualismo é aspecto fundamental do neoliberalismo ao reforçar a noção ilusória da possibilidade de escolha irrestrita pra todos e alimentar o consumo através do estímulo a escolhas sábias. Em consequência, temos que problemas sociais passam a ser percebidos como inerentes ao plano individual, às escolhas erradas dos sujeitos, reforçando a crença de que aspectos sociais mais amplos não influenciam as oportunidades de uma pessoa, obscurecendo o impacto do racismo, sexismo, patriarcalismo, pobreza, organização social e econômica sobre as escolhas ocupacionais (GERLACH *et al.*, 2017; HAMMELL, 2020b).

Nessa perspectiva, terapeutas ocupacionais devem atentar que as escolhas ocupacionais são modeladas pela ideologia neoliberal amplamente difundida, sobretudo nos países capitalistas ocidentais. O neoliberalismo exalta o individualismo e enquanto ideologia predominante tem efeitos generalizados sobre a sociedade. Um dos impactos dessa ideologia sobre a sociedade determina o que a pessoa pode ou não escolher fazer, ou se imagina fazendo

em decorrência de condições socioeconômicas desiguais. No entanto, há que se discutir que situações de desigualdades (limitações) experimentadas por algumas pessoas inevitavelmente refletem em situações de desigualdades (excessos) para outros (HAMMELL, 2020b; MURTHI; HAMMELL, 2020). Dessa forma, as oportunidades ocupacionais estão desigualmente distribuídas, ou seja, as escolhas dos indivíduos têm relação com as alternativas dentre as quais ele pode escolher, as quais são limitadas por diferentes fatores que estabelecem a disponibilidade das oportunidades e, conseqüentemente, das escolhas possíveis (HAMMELL, 2020a; HAMMELL, 2020b).

A partir desse entendimento, no cenário brasileiro, terapeutas ocupacionais têm se dedicado ao estudo das juventudes pobres e em vulnerabilidade social, abordando aspectos da dimensão macroestrutural, indicando a ampliação do debate para além das perspectivas individualistas (SABINO, 2017), dedicando-se também aos estudos de políticas públicas voltadas para juventude e buscando uma compreensão das juventudes que vivem em contexto de pobreza e desigualdades sociais (BARREIRO; MALFITANO, 2014; LOPES, 2008; SILVA; LOPES, 2009). Assim, o desafio para os profissionais terapeutas ocupacionais que lidam com a questão do acesso ao primeiro emprego para os jovens consiste, sobretudo, em abordar os determinantes sociais da ocupação que limitam os direitos das pessoas de alcançarem ocupações significativas para si e/ou sua comunidade, que lhes proporcione saúde e bem estar, assegurando-lhe o direito ocupacional (GALVAAN, 2017; HAMMELL, 2020a; HAMMELL, 2020b).

5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada nos levou a identificar barreiras e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego formal, segundo a percepção de jovens de 14 a 24 anos, em vulnerabilidade social. A maioria dos itens abordados no questionário utilizado foi fundamentada no estudo da arte.

A dimensão individual sobressaiu, dentre as outras dimensões, como maior indicativo de barreira e facilitador para o desfecho pesquisado. Dado que despertou curiosidade das pesquisadoras desse estudo, já que a percepção dos jovens não coincide com as reflexões científicas atuais relativas à ocupação que consideram que outros fatores, além da dimensão individual, repercutem nas possibilidades ocupacionais e sociais com maior efeito, restringindo-as, segundo referencial teórico desse estudo. Porém, a percepção dos jovens da dimensão individual como sendo a de maior relevância e impacto no acesso ao primeiro emprego, dentre as outras analisadas nesse estudo, está em consonância com o individualismo que perpassa a ideologia neoliberal capitalista, predominante no mundo e orientadora da economia e cultura nacional, na qual o indivíduo é visto como o principal responsável por seu sucesso ou fracasso.

Nessa dimensão, os jovens de 14 a 24 anos identificaram o baixo nível de escolaridade como barreira e curso de formação para o trabalho como facilitador, elegendo essas afirmativas como principais barreira e facilitador para o acesso ao primeiro emprego formal, segundo as percepções e vivências do público pesquisado.

Cabe, ainda, ressaltar que nesse estudo chamou bastante atenção das pesquisadoras o fato de, na dimensão contextual, o apoio familiar apresentar-se como mais importante que a necessidade de contribuir financeiramente com a família e adquirir bens e produtos para o próprio consumo, como fatores motivadores para o acesso ao primeiro emprego formal pelos jovens pesquisados, o que não vai ao encontro dos motivos de maior destaque para a inserção no primeiro emprego presente nos estudos analisados, os quais apresentam como principais fatores para a busca pelo trabalho contribuir com a renda familiar e custear necessidades subjetivas. Esse estudo confirmou, segundo a percepção da maioria dos jovens pesquisados, que ser preto ou pardo, tal como é amplamente observado na literatura, constitui barreira na dimensão contextual para a entrada no mercado de trabalho formal através do primeiro emprego.

Na dimensão macroestrutural, o fator que constitui principal barreira é a situação econômica do país, percepção que pode ser verificada na literatura que correlaciona a

diminuição de vagas de emprego para os jovens à ocorrência de crises econômicas nacionais. Nessa dimensão, o fato de os jovens não considerarem os programas e políticas públicas desenvolvidos pelo Governo Federal em parceria com a União, estados e municípios como estratégia para a maioria desses jovens ingressarem no primeiro emprego formal, despertou a atenção das pesquisadoras. Para as autoras, essa é mais uma informação que não condiz com estudos realizados com jovens da mesma faixa etária que atribuem importância a essa ação governamental. Esse dado nos permitiu questionar se, em função da necessidade do primeiro emprego para esses jovens de camadas sociais populares, para eles falta acesso à informação sobre os direitos assegurados aos jovens, dentre eles educação e trabalho.

Em relação a não inserção dos jovens no mercado de trabalho formal, compreendemos que essa situação molda as possibilidades de ocupações desses jovens, limitando-as, uma vez que em busca do primeiro emprego eles devem estar disponíveis ao início imediato do trabalho, o que impacta nas escolhas ocupacionais do dia a dia, posto que essa situação lhes exija prontidão para atender possíveis oportunidades de ingresso no trabalho formal.

Esse estudo apresentou como principais fatores limitadores: a ocorrência da pandemia de COVID-19 e a dificuldade de disponibilização de internet e meio eletrônico para os jovens pobres e em situação de vulnerabilidade, alvo desse estudo, restringindo dessa forma o acesso ao questionário online por esse público, o número de respostas e, conseqüentemente, a obtenção de amostra mais expressiva e representativa da realidade da maioria dos jovens brasileiros.

Assim sendo, propõem-se novos estudos que contemplem a compreensão crítica da ocupação pelos jovens, com vistas a ampliar o entendimento desse público e contribuir para uma sociedade mais equitativa por meio da produção e divulgação do conhecimento acerca desse tema de grande relevância, pouco explorado na literatura nacional. Igualmente importante são novas pesquisas acerca da ocupação de jovens sob a perspectiva crítica dos estudos da Terapia Ocupacional.

REFERÊNCIAS

- AMAZARRAY, M. R.; THOMÉ, L. D.; POLETO, A. P. L. de; POLETO, M.; KOLLER, S. H. Aprendiz versus trabalhador: Adolescentes em processo de aprendizagem. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 25, n. 3, p. 329-338, jul.-set. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000300006>. Acesso em: 3 jul. 2020.
- ARANGO, H. G. **Bioestatística**: Teórica e computacional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2001.
- ARAÚJO, M. R. M. de; OLIVEIRA, J. M. de; JESUS, M. S. de; SÁ, N. R. de, SANTOS, P. A. C.; LIMA, T. C. Transporte público coletivo: discutindo acessibilidade, mobilidade e qualidade de vida. Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Brasil. **Revista Psicologia & Sociedade**, v. 23, n. 3, p. 574-582, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000300015>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P. **Filhas do mundo**: infração juvenil feminina no Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2001. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/vjcdj/pdf/assis9788575413234.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- ASSOCIATION OF OCCUPATIONAL THERAPISTS OF IRELAND (AOTI). **LGBT+ Awareness and Good Practice Guidelines for Occupational Therapists**. Copyright © 2019. Disponível em: <https://www.teni.ie/wp-content/uploads/2019/07/1cd6ce2a-bec6-4864-a94b-842167fcb78e.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- BARREIRO, R. G.; MALFITANO, A. P. S. Retrato das políticas públicas governamentais brasileiras para a juventude nos anos 2000. **Revista Última Década**. Santiago, v. 22, n. 40, p. 133-157, jul. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362014000100007>. Acesso em: 10 maio 2020.
- BELMIRO, C. B.; LUCENA, C. A. A relação entre juventude, trabalho e educação profissional no século XXI: uma análise do programa jovem aprendiz sob a perspectiva de classe. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 20, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8653401>. Acesso em: - 25 ago. 2021.
- BLANCO, D. M. O Projovem urbano na trajetória das políticas para a juventude – desafios do programa e perspectivas de análise. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 2, n. 3, jul. de 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10394>. Acesso em: 6 fev. 2021.
- BORGES, R. C. P.; COUTINHO, M. C. Trajetórias juvenis: significando projetos de vida a partir do primeiro emprego. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 11, n. 2, p. 189-200, 2010. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203016849004>. Acesso em: 7 fev. 2020.
- BOURDIEU, P. Futuro de classe e causalidade do provável. *In*: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 83-125.

BRASIL. **Lei nº 10.097**, de 19 de dezembro de 2000. Programa Jovem Aprendiz. Ministério da Educação. Disponível em: https://www.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_pub_manual_aprendiz_2009.pdf. Acesso em: 08 maio 2019.

_____. **Portaria nº 879**, de 03 de dezembro de 2001. Estabelece Normas e diretrizes do Projeto Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e do Projeto Centro da Juventude. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/portarias/2001/Portaria%20no%20879-%20de%2003%20de%20dezembro%20de%202001.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

_____. **Lei nº 10.748**, de 22 de outubro de 2003. Cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens – PNPE. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/casacivil/site/static/le.htm>. Acesso em: 15 nov. 2019.

_____. **Lei nº 11.180**, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11180-23-setembro-2005-538611-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 20 de maio 2019.

_____. **Lei nº 11.692**, de 10 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11692.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

_____. **Cartilha – Lei 12.587**, de 03 de janeiro de 2013. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Ministério das cidades. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/cartilha_lei_12587.pdf. Acesso em 23 nov. 2021

_____. **Emenda Constitucional nº 90**, de 15 de setembro de 2015. Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2015/emendaconstitucional-90-15-setembro-2015-781520-publicacaooriginal-148098-pl.html>. Acesso em: 23 nov. 2021.

_____. **Relação Anual de Informações Sociais – RAIS**, 2019. Ministério da Economia. Brasília, 2019. Disponível em: https://pdet.mte.gov.br/images/RAIS/2019/1-Apresentacao_RAIS_2019.pdf. Acesso em: 18 ago. 2021.

BRONZO, C. Território como categoria de análise e como unidade de intervenção nas políticas públicas. In: FAHEL, M.; NEVES, A. J. B. (Org.). **Gestão e avaliação de políticas sociais no Brasil**. Belo Horizonte: PUC Minas. 2007. p. 91-114. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf. Acesso em: 22 jul. 2020.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 77-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYYxNKhm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2021.

CANÇADO, T. C. L.; SOUZA, R. S. de; CARDOSO, C. B. da S. **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social**. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – POPULAÇÃO, GOVERNANÇA E BEM-ESTAR. Universidade de Brasília; Observatório da Juventude - Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares. São Pedro - SP – Brasil, 24-28 de nov., 2014. Disponível em: [TC-10-45-499-410.pdf\(abep.org.br\)](http://TC-10-45-499-410.pdf(abep.org.br)). Acesso em: 29 jan. 2021.

CARRIJO, B. C. P. S. **Análise do primeiro emprego e seu efeito sobre a trajetória ocupacional do jovem – 2002 a 2016**. 2017. 69 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/7612>. Acesso em: 25 jun.2020.

CENTENARO, A. E. M. O mercado de trabalho e os trabalhadores em vulnerabilidade social. **Centro de Estudos Estratégicos da FIOCRUZ: Pesquisa, Política e Ação em Saúde Pública**, 2021 (s/p). Disponível em: <http://cee.fiocruz.br/?q=node/1366>. Acesso em: 18 out. 2021.

DIAS, M. S. de L.; BULGACOV, Y. L. M.; CAMARGO, D. de. A vivência do desemprego por jovens aprendizes. **Revista Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 25, n. 51, p. 351-360, out. dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20355/19625>. Acesso em: 22 maio 2021.

EBBEN, W. P.; BLACKARD, D. O. Força e práticas de condicionamento de treinadores de força e condicionamento da National Football League. **The Journal of Strength and Conditioning Research**, v. 15, n.1, p. 48-58, 2001. Disponível em: http://researchgate.net/publication/11645819_Strength_and_Conditioning_Practices_of_National_Football_League_Strength_and_Conditioning_Coaches. Acesso em: 25 jun.2020.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do welfarestate. In: **Revista Lua Nova**, n. 24, São Paulo: Marco Zero/CEDEC, set. 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/99DPRg4vVqLrQ4XbpBRHc5H/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

FÁVERO, D. G.; MORAIS, S. P. História Oral e a juventude trabalhadora na periferia: limites, pressões e expectativas. **Revista História Oral**, v. 23, n. 2, p. 155-177, jul./ dez. 2020. Disponível em: https://scholar.google.com/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=Hist%C3%B3ria+Oral+e+a+juventude+trabalhadora+na+periferia%3A+limites%2C+pressões+e+expectativas.+História+Oral%2C+v.+23%2C+n.+2%2C+p.+155-177%2C+jul.+dez.+2020&btnG=. Acesso em: 09 out. 2021.

FERREIRA, M. I. C.; POMPONET, A. S. Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdades. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 50, n. 3, p. 267-302, nov. 2019/fev. 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49880>. Acesso em: 23 set. 2021.

FORTUNATTI, Z. F. de S.; LUCAS, M. G. Jovem Aprendiz: benefícios do trabalho na adolescência. **Revista Unoesc & Ciência**, v. 4, n. 2, p. 155 -164. Joaçaba, 2013. Disponível em: https://unoesc.emnuvens.com.br/acbs/article/download/3637/pdf_14/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em: 6 jul. 2020.

FREITAS, M. V. (Org.) **Juventude e Adolescência no Brasil**: referências conceituais. Ação Educativa, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://library.fes.de/pdffiles/bueros/brasilien/05623.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2020.

FREITAS, A. C. da C; SOUZA, M. dos R. **Trabalho e Gênero**: um olhar sobre a adolescência e juventude. Orientador Profa. Roberta Andrade e Barros, 2021. 40 f. Monografia (Bacharel em Psicologia) Curso de Psicologia. Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br> ANIMA. Acesso em: 23 nov. 2021.

FREITAS, M. de F. Q. de; OLIVEIRA, L. M. P. de. Juventude e educação profissionalizante: dimensões psicossociais do programa jovem aprendiz. **Revista Psicologia em Pesquisa**, Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 6, n. 2, p. 111-120, jul.-dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23568>. Acesso em: 04 maio 2020.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **UNICEF alerta**: garantir acesso livre à internet para famílias e crianças vulneráveis é essencial na resposta à Covid-19, maio, 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-essencial-garantir-acesso-livre-a-internet-para-familias-e-criancas-vulneraveis>. Acesso em: 03 nov. 2021.

GALVAAN, R. The contextual situated nature of occupational choice: marginalized young adolescents' experiences in South Africa. **Journal of Occupational Science**, v. 22, n. 1, 2015. Sistemas Integrados de Bibliotecas USP. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14427591.2014.912124>. Acesso em: 5 abr. 2020.

GERLACH, A. J., TEACHMAN, G.; LALIBERT-RUDMAN, D.; ALDRICH, R. M.; HUOT, S. Expanding beyond individualism: engaging critical perspectives on occupation. **Scandinavian Journal of Occupational Therapy**. Canadá, p. 1-9, maio 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317100197_Expanding_beyond_individualism_Engaging_critical_perspectives_on_occupation. Acesso em: 15 abr. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A. Q.; ALMEIDA, M. E. Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil. **Revista Temas de Administração Pública**. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara. São Paulo, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/temasadm/articulo/view/6845>. Acesso em: 15 maio 2020.

HAMMELL, K. W. Reflections on ...well-being and occupational rights. **Canadian Journal of Occupational Therapy**. Canadá, v.75, n. 1, p. 61-64, 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18323370/>. Acesso em: 2 set. 2020.

_____. Participation and occupation: The need for a human rights perspective. Editorial convidado/Editorial de colaboração especial. **Canadian Journal of Occupational Therapy**. Canadá, v. 1, n. 82, p. 4-8, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25803943/>. Acesso em: 2 set. 2020.

_____. Action on the social determinants of health: advancing occupational equity and occupational rights – Ações nos determinantes sociais de saúde: avançando na equidade ocupacional e nos direitos ocupacionais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 28, n. 1, p. 378-400. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos- SP, Brasil, 2020a. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2713>. Acesso em: 7 jan. 2021.

_____. Making choice from the choices we have: the contextual-embeddedness of occupational choice. **Canadian Journal of Occupational Therapy**. Canadá, v. 87, n. 5, p. 400-411, 2020b. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0008417420965741>. Acesso em: 21 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao>. Acesso em: 10 mar. 2020.

JORDÃO, J. V. de P. **Valor-Aparência: aparências de classe e hierarquias do cotidiano**. Orientador: Manuel Ferreira Lima Filho. 2015. 326 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/5667/5/Tese%20-%20Janaina%20Vieira%20de%20Paula%20Jordao%20-%202015.pdf>. Acesso em: 03 out. 2021.

KERSTENETZKY, L. C. Welfare State e Desenvolvimento. **DADOS- Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 129-156, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/33pLq7DjTswRKYbkzYKq4dw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 2 abr. 2020.

KRAUSKOPF-ROGER, D. Relaciones intergeneracionales, emancipación e independencia de jóvenes estudiantes chilenos. **Revista Latinoamericana Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, Manizales, v. 17, n. 1, p. 75-87, jan.-jun., 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2019000100075&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jan. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDIS, J. R.; KOCH, G.G. The measurement of observer agreement for categorical data. **Biometrics**, v. 33, n. 1, p. 159, 1977. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/843571/>. Acesso em: 20 jun. 2021.

LEÃO, G.; NONATO, S. P. Políticas públicas, juventude e desigualdades sociais: uma discussão sobre o ProJovem Urbano em Belo Horizonte. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 4, p. 833-848. São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n4/aop762.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

LINO FILHO, A. V.; FIALHO, L. M. F. Assistência Social e Juventude: reflexões acerca das políticas públicas para os jovens brasileiros. **Revista Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 7, n. 19, 2017. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/575/638>. Acesso em: 07 nov. 2021.

LOPES, R. E.; ADORNO, R. de C. F.; MALFITANO, A. P. S.; TAKEITI, B. A.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. de O. Juventude pobre, violência e cidadania. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 63-76, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/xDfVHWyfDB4cFsfSJnQ46Np/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2020.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 7-56.

MACDONALD, R.; SHILDRICK T.; WEBSTER C.; SIMPSON, D. **Growing up in poor neighbourhoods: the significance of class and place in the extended transitions of 'socially excluded' young adults**. *Sociology*, v. 39, n.5, p. 873-891. 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0038038505058370>. Acesso em: 23 nov. 2021.

MANDELLI, M. T. **Correndo atrás do meu projeto de vida: um estudo com participantes do Programa Jovem Aprendiz**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95446/301943.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 jul. 2020.

MAGALHÃES, J. E. P. Juventude, trabalho e educação: as políticas de qualificação, trabalho e renda nos governos de Lula da Silva. **Revista Desenvolvimento e Civilização**, v. 2, n. 1, p. 57-79, jan.-jun., 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdciv/article/view/55296>. Acesso em: 10 set. 2021.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. La juventud és más que una palabra. *In: _____*. (Org.) **La juventud és más que una palabra**. Ensayos sobre cultura y juventud. Buenos Aires: Biblos, 1998.

MORAES, J. P.; ROCHA-DE-OLIVEIRA, S. Juventude, formação e trabalho; aproximando as teorias de inserção profissional e school-to-work. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 42, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/nHDHRYFHHZMphQYjPbvm6GJ/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2021.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. Coordenação Ulisses Ferreira de Araújo. Tradução de Ana Venite Fuzatto. Campinas, São Paulo: Moderna, 1999. 80 p. Disponível em: <http://www.ulissesaraujo.com/wpcontent/uploads/2020/05/ComoSeEnsinaASerMenina-MontserratMoreno.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2021.

MOTA, N. G. de M.; OSTERNE, M. do S. F. Desafios e perspectivas do primeiro emprego para o desenvolvimento pessoal e social do Jovem: um estudo realizado em Maracanaú – CE. **Revista Conhecer: debate entre o público e o privado**. Ceará, v. 3, n. 9, p. 197-224, set.-dez., 2013. Disponível em:

<http://seer.uece.br/?journal=politicaspUBLICASemdebate&page=article&op=view&path%5B%5D=1001>. Acesso em: 20 out. 2019.

MULLER, E. Juventude e algumas questões e relações de gênero. **Revista de Humanidades**. Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó, v. 05, n. 11, p. 214-244. jul./set. de 2004. – Semestral. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/231/211>. Acesso em: 22 nov. 2021.

MURTHI, K.; HAMMELL, K. W. 'Choice' in occupational therapy theory: a critique from the situation of patriarchy in India. **Scandinavian Journal of Occupational Therapy**, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/11038128.2020.1769182>. Acesso em: 22 set. 2021.

NERI, M. C. (Coord.). **Juventude e Trabalho** – qual foi o impacto da crise na renda dos jovens? E nos Nem-Nem? Rio de Janeiro, RJ. FGV Social, nov./2019. 28 p. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30805/Pesquisa-Jovens_Crise_Trabalho_NemNem_Marcelo-Neri-FGV-Social.pdf?sequence=1. Acesso em: 23 ago. 2021.

NUNES, M. B. de A.; FERNADEZ, C. B. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 19, n. 1, p. 64-72, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/40311>. Acesso em: 20 out. 2019.

OLIVEIRA, S. C. de. **Promoção da saúde, mobilidade sustentável e cidadã**: caso de escolares do município de São Paulo. Orientador Profa. Dra. Márcia Faria Westphal, 2018. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências) Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6140/tde15082018143233/publico/SandraCostadeOliveira_DR_REVISADA.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

OLIVEIRA, D. K. R. de; TAVARES, A. M. B. do N. Juventude e políticas públicas: o desafio do mundo do trabalho no programa ProJovem adolescente. In: COLÓQUIO NACIONAL. **Anais IV Colóquio Nacional e I Colóquio Internacional de Produção do Conhecimento em Educação Profissional**, n. 4, 24 a 27 de jul., 2017. Instituto Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN. Disponível em: <https://ead.ifrn.edu.br/coloquio/anais/2017/trabalhos/eixo1/E1A39.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

OLIVEIRA, L. J. de; MASSARO, M. L. As mudanças contemporâneas no mundo do trabalho e o princípio da valorização do trabalho humano. **Revista Scientia Iuris**, v. 18, n. 2, p. 189-209. 2014. Disponível em: <https://doaj.org/article/3b75b4c16e22421bb6ee49cb234b96e7?gathStatlcon=true>. Acesso em: 14 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Global Employment Trends for Youth**: Paths to a Better Working Future. Genebra, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_598669.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

_____. **A crise do emprego jovem: um apelo à ação.** Resolução e Conclusões da 101ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho. Genebra, 2012. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/WCMS_311608/lang--pt/index.htm. Acesso em: 10 dez. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Nova York, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

PALLANT, J. **SPSS survival manual.** McGraw-hill education, UK, 2013; 2021.

PEDROSO, P. R.; GISI, M. L. A pandemia – Covid-19 e os impactos na juventude: educação e trabalho. **Revista Práxis**, v. 12, n. 1 (Sup.): Ensinar e aprender no cenário de pandemia, dez., 2020. Disponível em: <https://moodlead.unifoa.edu.br/revistas/index.php/praxis/article/viewFile/3473/2714>. Acesso em: 06 nov. 2021.

PEREGRINO, M.; PINHEIRO, D.; SOUZA, L. C. de. Engajamento, educação e trabalho: demandas. **Rev. Cienc. Soc.**, Montevideu, v. 31, n. 42, p. 127-150, jun. 2018. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?pid=S0797-55382018000100127&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 23 set. 2021.

PORTNEY, L. G.; WATKINS, M. P. **Fundamentos da Pesquisa Clínica: aplicações à prática.** 3. ed. New Jersey: Prentice Hall Health, 2009.

PRADO, A. C. da S.; SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 28, n. 2, p. 706-724, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/sGP7bMpgPxZsqddxS8PTNxK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 ago. 2021.

RIBEIRO, M. A. Juventude e trabalho: construindo a carreira em situação de vulnerabilidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, p. 58-70, 2011. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229049716007.pdf>. Acesso em: 02 set. 2021.

REIS, M. Uma análise da transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 1, p. 125-143, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=2&script=sci_arttext&pid=S0034-71402015000100125&lng=en&tlng=en. Acesso em: 12 fev. 2020.

R Core Team R: **A Language and environment for statistical computing.** (Version 4.0) [Computer software], 2020. Disponível em: <https://cran.r-project.org>. (R packages retrieved from MRAN snapshot 2020-08-24). Acesso em: 09 ago. 2021.

RODRIGUES, T. M. **Juventude e mercado de trabalho no Brasil: formação e empregabilidade.** Orientador: Arnaldo José França Mazzei Nogueira. 2017. 86 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração de Empresas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: [Thiago Machado Rodrigues.pdf \(pucsp.br\)](#). Acesso em: 03 ago. 2021.

SABINO, J. de S.; AMADO, C. F.; LIMA, A. C. D. de; PEREIRA, B. P. As ações da terapia ocupacional com adolescentes em situação de vulnerabilidade social: uma revisão de literatura. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, PB, Brasil. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 3, p. 627-640, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAR1046>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SANTOS, A. de M. Juventude e trabalho: uma análise do programa nacional de estímulo ao primeiro emprego. **Revista Sociologia em Rede**, v. 11, n. 11, p. 1-9, 2021. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/177>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SANTOS, L. I. C dos; YAMAMOTO, O. H. Juventude brasileira em pauta: analisando as conferências e o estatuto da juventude. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 16, n. 2, p. 657-688, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11600/1692715x.16201>. Acesso em: 31 de set. 2021.

SCHUMANN, L. R. M. A. **A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade**: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília. 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17001/1/2014_LiviaRejaneMiguelAmaralSchumann.pdf. Acesso em: 12 maio 2021.

SENA, S.; JARDIM FILHO, J. L.; PIETRAFESA, P. A. Mobilidade urbana vivenciada por alunos da escola pública (EJA) Goiânia: estudo de caso. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE – Ano XXI**, v. 2, n. 4, p. 317 – 343. Salvador – BA, agosto de 2019. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/6300>. Acesso em: 23 nov. 2021.

SILVA, A. B. DA; COSTA, A. V. Políticas e programas públicos que oportunizam a inserção do jovem no mercado de trabalho. **Revista Multidisciplinar e de Psicologia**, v.13, n. 43, p. 967-981, 2019. Disponível em: <http://idonline.emnuvens.com.br/id>. Acesso em: 17 set. 2020.

SILVA, A. P. da; LEHFELD, N. A. de S. Trabalho e juventude no contexto contemporâneo: reflexões introdutórias. **R. Fac. Dir. UFG**, v. 43, p. 1-20, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/view/58801>. Acesso em: 29 set. 2021.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, p. 87-106. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos - SP, Brasil, jul.- dez. 2009. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/100/65>. Acesso em: 28 nov. 2020.

SILVA, R. D.M.; TRINDADE, Z. A. Adolescentes aprendizes: aspectos da inserção profissional e mudanças na percepção de si. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n.1, p. 73-86, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902013000100008. Acesso em: 5 jul. 2020.

SILVA, S. C.; GALETO, P. H.; BASTISTA, R. K. Juventude, mundo do trabalho e vulnerabilidade social: o desemprego juvenil no Brasil como uma expressão da condição de subalternidade da classe trabalhadora. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 20 (especial), p. 1-11, 2020. Disponível em:

<https://www.revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/14836>. Acesso em: 10 ago. 2021.

SIMPLÍCIO, H. S. A.; ANDRADE, F. R. B. Projeto Primeiro Passo: uma alternativa de inclusão social através do primeiro emprego para juventude de Fortaleza-CE. **Revista Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 3, n. 13, 2015. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/1172>. Acesso em: 7 fev. 2020.

SILVEIRA, A. A. da; MICHEL, C. B. “A gente sempre tem uma convicção muito maior do que vai fazer aos 20 do que com 15 anos”: a juventude como “imaturidade”. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 13, n. 27, s/p., 2018. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereteducare/article/view/16297>. Acesso em: 10 out. 2021.

SOUZA, A. C. de. **Jovem Aprendiz: uma análise da política pública e suas consequências no desenvolvimento dos jovens**. 2016. 60f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Economia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173329>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SOUZA, H. de; FROZZI, D.; BARDAGI, M. P. Percepção de adolescentes aprendizes sobre a experiência do primeiro emprego. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 33, n. 4, p. 918-933, 2013. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000400011. Acesso em: 10 nov. 2019.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In*: Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome e UNESCO, Representação no Brasil. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília:

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. p. 13-54. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/concepcao_gestao_protocaosocial.pdf. Acesso em: 01 ago. 2021.

THOMÉ, L. D.; PEREIRA, A. S.; KOLLER, S. H. O Desafio de conciliar trabalho e escola: características sociodemográficas de Jovens trabalhadores e não-trabalhadores. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 32, n. 1, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/ptp/v32n1/1806-3446-ptp-32-01-00101.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

TIBOLA, N. G.; RAITZ, T. R.; AQUINO, D. C. C. de. Sentidos do trabalho na perspectiva de jovens universitários. **B. Téc. Senac**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 1, p. 121-132, jan.-abr. 2020. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/775>. Acesso em: 12 set. 2021.

TIC KIDS ONLINE BRASIL, 2019. **Resumo Executivo**: Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes de 9 a 17 anos no Brasil. 2019. Disponível em:

https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20201123093441/resumo_executivo_tic_kids_onlin_e_2019.pdf. Acesso em: 23 nov. 2021.

TOMASSI, L. de. CORROCHANO, M. C. **Do qualificar ao empreender**: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 353-371, 2020.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/7gJR8dVYp3WdpCy8hPnNMdF/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 19 out. 2021.

VERIGUINE, N. R.; BASSO, C.; SOARES, D. H. P. Perspectivas de Futuro: a orientação profissional no Programa Primeiro Emprego. **Revista Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 4, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n4/1982-3703-pcp-34-4-1032.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

VILLAR, M. C. O.; MOURÃO L. Avaliação do Programa Jovem Aprendiz a partir de um Estudo quase-experimental. **Revista Trends in Psychology -Temas em Psicologia. Sociedade Brasileira de Psicologia**, v. 26, n. 4, p. 1999-2014, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tpsy/v26n4/2358-1883-tpsy-26-04-1999.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2020.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In*: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 2. ed. Vozes, 2001. p. 16-26. Livro online. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5648113/mod_resource/content/1/Mello%20%282001%29%20%20A%20viol%C3%Aancia%20urbana%20e%20a%20exclus%C3%A3o%20de%20jovens%20%5Bleitura%20principal%5D.pdf. Acesso em: 28 ago. 2019.

WILCOCK, A. A.; TOWNSEND, E. Occupational terminology interactive dialogue. **Journal of Occupational Science**, v. 7, n. 2, p. 84-86, 2000. Disponível em:

<https://doi.org/10.1080/14427591.2000.9686470>. Acesso em: 9 jul. 2021.

_____. Occupational justice and client-centred practice: a dialogue in progress. **Canadian Journal of Occupational Therapy**, v. 71, n.2, p. 75-87, 2004. Disponível em:

<https://doi.org/10.1177/000841740407100203>. Acesso em: 27 jun. 2021.

ZENKLUSEN, D. Quiero seguir estudiando para ser alguien: análisis de trayectorias educativas de jóvenes peruanos en Argentina. **Revista Latinoamericana Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 18, n. 2, may-ago. 2020. Disponível em:

<https://www.redalyc.org/jatsRepo/773/77365213003/77365213003.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

APÊNDICE 1 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para participantes de 14 a 17 anos

Olá! Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem como objetivo conhecer sua opinião sobre os elementos facilitadores e as barreiras, contextuais e individuais, para o acesso aos programas e políticas públicas de inserção no primeiro emprego sob a percepção de jovens de 14 a 24 anos. Esta pesquisa é coordenada pelas Profas. Adriana M. Valladão Novais Van Petten e Rosangela Mota Souza, da UFMG, conta com a participação da mestranda Luciana Ferreira Gomes e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG, Parecer nº 4.554.627.

Sua participação deve ser feita pelo preenchimento de questionário (online) com perguntas de múltipla escolha e algumas poucas abertas. A análise deste questionário nos ajudará a conhecer o perfil socioeconômico, familiar e individual dos jovens que estão buscando ou já acessaram o primeiro emprego com carteira assinada/contrato de trabalho através dos programas e políticas públicas. O preenchimento desse questionário levará, aproximadamente, 10 a 15 minutos. A sua participação nesse estudo é muito importante, inteiramente voluntária e você poderá desistir de participar do estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Não será necessária sua identificação para preenchimento do questionário, portanto, sua resposta será computada de maneira sigilosa. Os resultados serão divulgados exclusivamente para fins científicos, sem revelar a identidade de qualquer participante. O seu formulário de assentimento de participação e o questionário preenchidos serão armazenados em pastas seguras e computadores dos pesquisadores, protegidos por senhas, mantidos em local seguro, no gabinete da professora responsável pela pesquisa e pelo período de cinco anos, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Os riscos implicados pela participação nesta pesquisa não se relacionam a integridade física, sendo mínimos, mas são relacionados a possíveis desconfortos em função da atividade de responder este questionário. Este estudo não oferece benefícios diretos para os participantes, porém pode gerar impacto positivo para as políticas públicas e o primeiro emprego, uma vez que poderá contribuir socialmente ao subsidiar a análise dos programas e políticas públicas destinadas ao acesso ao primeiro emprego pelo público jovem.

Para qualquer outra informação ou assistência você poderá entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis por esse estudo, através do e-mail pesquisaprimeiroempregoufmg@gmail.com ou pelo telefone (31) 34094790. Qualquer dúvida sobre as questões éticas dessa pesquisa, poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – telefone: (31) 34094592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br. Contamos com sua colaboração e esperamos que você responda às questões de acordo com sua opinião e vivência. Agradecemos sua colaboração!

Assentimento: Estou suficientemente informado(a) a respeito do estudo “Ocupação e Inclusão Social de Jovens: barreiras e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego”. Ficaram claros para mim quais os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade, anonimato e esclarecimentos permanentes. Assim sendo, concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa. Assinatura do participante* / Assinatura dos pesquisadores**. *Neste momento de pandemia, e considerando que o questionário será disponibilizado no formato online, o consentimento será dado por meio eletrônico.**Após o envio do questionário preenchido, você receberá, por e-mail, via deste termo assinado pelos pesquisadores.

Caso você concorde em participar, assine esse documento (marcando uma das opções abaixo), solicite ao seu responsável que leia e assine o Termo de Consentimento Livre

Esclarecido específico para responsáveis pelos jovens de 14 a 17 anos pesquisados, apresentado a seguir, e inicie o preenchimento do questionário.

Você concorda em participar desta pesquisa?

SIM, LI E CONCORDO EM PARTICIPAR

Não concordo em participar

APÊNDICE 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) Específico para Responsáveis pelos Jovens de 14 a 17 anos Pesquisados

Prezados pais ou responsáveis, seu filho(a) está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem como objetivo conhecer os fatores que facilitam ou dificultam o acesso ao primeiro emprego para jovens de 14 a 24 anos. Esta pesquisa é coordenada pelas Profas. Adriana M. Valladão Novais Van Petten e Rosangela Mota Souza, da UFMG, conta com a participação da mestrandia Luciana Ferreira Gomes e foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa da UFMG, Parecer nº 4.554.627. Para a coleta destas informações será necessário o preenchimento de questionário (online) com perguntas de múltipla escolha e abertas. Este questionário abordará aspectos socioeconômicos, educacionais, familiares, entre outros; além de apresentar algumas afirmativas relativas à inserção de jovens de 14 a 24 anos no mercado de trabalho formal nas quais o jovem participante deverá expressar sua concordância ou discordância em cada uma dessas afirmativas, através de escala constituída por alternativas que variam de (1) discordo totalmente da afirmativa a (5) concordo totalmente com a afirmativa.

A análise deste questionário nos ajudará a conhecer o perfil socioeconômico, familiar e individual do jovem que está buscando ou já acessou o primeiro emprego formal (carteira assinada/contrato de trabalho) através dos programas e políticas públicas. O preenchimento desse questionário levará, aproximadamente, 10 a 15 minutos. A privacidade do respondente será resguardada e não haverá ônus para o participante, seus familiares ou responsáveis.

A participação nesse estudo é muito importante, inteiramente voluntária e seu filho(a) poderá desistir de participar do estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Você ou seu filho(a) não terá qualquer tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago pela participação. Não será necessária qualquer identificação para preenchimento do questionário, portanto, a resposta será computada de maneira sigilosa. Os resultados serão divulgados exclusivamente para fins científicos sem revelar a identidade de qualquer participante. Somente a pesquisadora responsável e os demais pesquisadores desse estudo terão acesso aos dados pessoais, comprometendo-se a não divulgá-los. O seu formulário de consentimento de participação, bem como o formulário de assentimento do seu filho(a) e o questionário preenchidos serão armazenados em pastas seguras e computadores dos pesquisadores, protegidos por senhas, mantidos em local seguro, no gabinete da professora responsável pela pesquisa e pelo período de cinco anos, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Os riscos implicados pela participação nesta pesquisa não se relacionam a integridade física, sendo mínimos, mas relacionam-se a possíveis desconfortos em função da atividade de responder este questionário. Este estudo não oferece benefícios diretos para os participantes, porém pode gerar impacto positivo para as políticas públicas e o primeiro emprego, pois poderá contribuir socialmente ao subsidiar a análise dos programas e políticas públicas destinadas ao acesso ao primeiro emprego pelo público jovem.

Para qualquer outra informação ou assistência você poderá entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis por esse estudo, através do e-mail pesquisaprimeiroempregoufmg@gmail.com ou pelo telefone (31) 34094790. Qualquer dúvida sobre as questões éticas dessa pesquisa, poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – telefone: (31) 34094592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br. Contamos com sua colaboração e esperamos que você autorize a participação de seu filho(a). Agradecemos sua colaboração!

Consentimento: Estou suficientemente informado(a) a respeito do estudo “Ocupação e Inclusão Social de Jovens: barreiras e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego”. Ficaram claros para mim quais os propósitos do estudo, os procedimentos a serem

realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade, anonimato e esclarecimentos permanentes. Assim sendo, concordo voluntariamente em autorizar a participação do meu filho(a) nessa pesquisa. Assinatura do participante*/Assinatura dos pesquisadores.***Neste momento de pandemia, e considerando que o questionário será disponibilizado no formato online, o consentimento será dado por meio eletrônico. **Após o envio do questionário preenchido, você receberá, por e-mail, via deste termo assinado pelos pesquisadores.

Caso você concorde em autorizar a participação de seu filho(a), assine esse documento (marcando uma das opções abaixo), apresentado neste formulário e só assim seu filho(a) terá autorização para preenchimento do questionário.

Você concorda que o jovem de 14 a 17 anos por quem é responsável participe desta pesquisa?

SIM, LI E CONCORDO QUE O JOVEM POR QUEM SOU RESPONSÁVEL PARTICIPE

Não concordo que o jovem por quem sou responsável participe

APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para jovens de 18 a 24 anos pesquisados

Olá! Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem como objetivo identificar, na sua opinião, os elementos facilitadores e as barreiras, contextuais e individuais, para o acesso aos programas e políticas públicas de inserção no primeiro emprego sob a percepção de jovens de 14 a 24 anos. Esta pesquisa é coordenada pelas Profas. Adriana M. Valladão Novais Van Petten e Rosângela Mota Souza, da UFMG, conta com a participação da mestranda Luciana Ferreira Gomes e foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa da UFMG, Parecer nº 4.554.627.

Para a coleta destas informações será necessário o preenchimento de questionário (online) com perguntas de múltipla escolha e algumas poucas abertas. A análise deste questionário nos ajudará a conhecer o perfil socioeconômico, familiar e individual do jovem que está buscando ou já acessou o primeiro emprego formal (carteira assinada/ contrato de trabalho) através dos programas e políticas públicas. O preenchimento desse questionário levará, aproximadamente, 10 a 15 minutos. A sua participação nesse estudo é muito importante, inteiramente voluntária e você poderá desistir de participar do estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo. Você não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Não será necessária sua identificação para preenchimento do questionário, portanto, sua resposta será computada de maneira sigilosa. Os resultados serão divulgados exclusivamente para fins científicos, sem revelar a identidade de qualquer participante. Somente a pesquisadora responsável e os demais pesquisadores desse estudo terão acesso aos seus dados pessoais, comprometendo-se a não divulgá-los. O seu formulário de consentimento de participação e o questionário preenchidos serão armazenados em pastas seguras e computadores dos pesquisadores, protegidos por senhas, mantidos em local seguro, no gabinete da professora responsável pela pesquisa e pelo período de cinco anos, conforme a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Os riscos implicados pela participação nesta pesquisa não se relacionam a integridade física, sendo mínimos, mas são relacionados a possíveis desconfortos em função da atividade de responder este questionário. Este estudo não oferece benefícios diretos para os participantes, porém pode gerar impacto positivo para as políticas públicas e o primeiro emprego, uma vez que poderá contribuir socialmente ao subsidiar a análise dos programas e políticas públicas destinadas ao acesso ao primeiro emprego pelo público jovem.

Para qualquer outra informação ou assistência você poderá entrar em contato com as pesquisadoras responsáveis por esse estudo, através do e-mail pesquisaprimeiroempregoufmg@gmail.com ou pelo telefone (31) 34094790. Qualquer dúvida sobre as questões éticas dessa pesquisa, poderá contatar o Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – telefone: (31) 34094592, e-mail: coep@prpq.ufmg.br.

Contamos com sua colaboração e esperamos que você responda às questões de acordo com sua opinião e vivência. Agradecemos sua colaboração!

Consentimento: Estou suficientemente informado(a) a respeito do estudo “Ocupação e Inclusão Social de Jovens: barreiras e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego”. Ficaram claros para mim quais os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade, anonimato e esclarecimentos permanentes. Assim sendo, concordo voluntariamente em participar dessa pesquisa. Assinatura do participante* / Assinatura dos pesquisadores**. *Neste momento de pandemia, e considerando que o questionário será disponibilizado no formato online, o consentimento será dado por meio eletrônico. **Após o envio do questionário preenchido, você receberá, por e-mail, via deste termo assinado pelos pesquisadores.

Caso você concorde em participar, assine esse documento (marcando uma das opções abaixo), e inicie o preenchimento do questionário.

Você concorda em participar desta pesquisa?

SIM, LI E CONCORDO EM PARTICIPAR

Não concordo em participar

APÊNDICE 4 – Questionário de Pesquisa – Barreiras e Facilitadores para Acesso ao Primeiro Emprego Juvenil

Olá! Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre barreiras e facilitadores para acesso ao primeiro emprego! Se for do seu interesse, informe seu e-mail e passe para a sessão seguinte.

Sua idade está entre:

() 14 a 17 anos () 18 a 24 anos () Maior que 24 anos

Termo de Assentimento Livre e Esclarecido Para Jovens de 14 a 17 anos/ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Específico Para Responsáveis Pelos Jovens de 14 a 17 anos Pesquisados/ Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para Jovens de 18 a 24 anos Pesquisados.

Informações sobre dimensões contextuais – individuais e ambientais – e aspectos macroestruturais. Opinião do respondente.

Para as questões a seguir você deverá ler atentamente as afirmativas apresentadas. Para cada afirmativa, por favor, marque a alternativa que melhor representa sua opinião.

Procurei o primeiro emprego com carteira assinada ou sem carteira assinada, porque não quero depender financeiramente de meus familiares.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Procurei o primeiro emprego com carteira assinada ou sem carteira assinada, porque preciso ajudar minha família com dinheiro.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Procurei o primeiro emprego com carteira assinada, porque quero uma vida diferente da dos meus pais.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Procurei o primeiro emprego com carteira assinada, ou sem carteira assinada, porque acredito que o trabalho contribui positivamente para a formação da minha identidade pessoal.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa

(5) Concordo totalmente com a afirmativa

Os programas sociais do governo foram fundamentais para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada, é importante ter confiança em si mesmo.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Para o primeiro emprego com carteira assinada, as empresas buscam jovens que se mostram extrovertidos, organizados e responsáveis.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Meninas têm mais dificuldade para conseguir emprego com carteira assinada que meninos.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Jovens indígenas, pessoas pretas ou pardas, têm mais dificuldade para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada que jovens brancos.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Pessoas com deficiência não são priorizadas no acesso ao primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Viver em bairros violentos diminui a chance de obter emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Morar em aglomerados dificulta conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

As empresas preferem contratar jovens que morem perto do local de trabalho.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Quanto mais baixo o nível de escolaridade, mais difícil é conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Quem estuda em escola pública tem dificuldade para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

O acesso ao primeiro emprego com carteira assinada depende da opção religiosa do jovem.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

O uso de álcool e / ou drogas diminui chances de conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Curso de formação para o trabalho facilita conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Experiência prévia de trabalho (sem carteira assinada e/ ou voluntário) facilita conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Ter celular é importante para conseguir o primeiro emprego.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Pessoas transgêneros e/ou homoafetivas não são priorizadas no acesso ao primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Ter habilidade com computador e internet é importante para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Ter tatuagem e/ou piercing visível dificulta conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Ter acesso à internet é fundamental para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa

- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Ter que fazer tarefas de casa e/ ou cuidar de familiares atrapalha conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Participar de atividades de lazer e cultura facilita conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Participar de projetos sociais contribui para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Contar com apoio da minha família me motiva a conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Como todos meus colegas trabalham, eu também busquei o primeiro emprego, com carteira ou sem carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

A situação política do país dificulta o acesso ao primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

A situação econômica do país dificulta o acesso ao primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

A falta de dinheiro para pagar pelo transporte público atrapalha conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

A falta de saneamento básico (abastecimento de água potável, esgoto sanitário fechado e coleta de lixo) em casa atrapalha conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

O emprego com carteira assinada é mais importante para mim que trabalhar sem carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Penso como meus pais: trabalhar é importante na juventude.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

A apresentação pessoal é fundamental para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.

- (1) Discordo totalmente da afirmativa
- (2) Discordo da afirmativa
- (3) Não concordo, nem discordo da afirmativa
- (4) Concordo com a afirmativa
- (5) Concordo totalmente com a afirmativa

Caracterização da amostra: perfil sociodemográfico

Idade (preencher apenas com números): _____

Etnia / Cor autodeclarada:

Amarela Branca Indígena Parda Preta

Sexo atribuído ao nascimento (sexo biológico):

Feminino Masculino

Você tem alguma deficiência (física, intelectual, auditiva, visual), Transtorno do Espectro Autista ou dificuldade de mobilidade?

Sim Não

Cidade onde mora: _____

Estado (colocar sigla do estado/UF): _____

Estado Civil:

Solteiro Casado Viúvo Divorciado Outros: _____

Você tem filho(s)?

Não 1 filho 2 filhos 3 ou mais filhos

Durante a maior parte de sua vida de estudante, você estudou em escola:

Pública Particular Particular com bolsa de estudos/ apadrinhamento

Você está estudando atualmente?

Sim Sim, de forma totalmente remota devido à COVID 19

Sim, de forma mista, presencial e remota, devido à COVID 19 Não

Você estuda em qual horário / turno?

Manhã Tarde Noite

Você está estudando no(a):

Ensino fundamental Ensino médio-técnico

Ensino técnico, após concluir ensino médio Educação para Jovens e Adultos (EJA)

Graduação (é estudante de faculdade)

Você está em qual ano do ensino médio, (preencher apenas com números)? _____

Você está em que ano no curso médio-técnico (preencha o ano com números)? _____

Qual o curso médio-técnico você está cursando? _____

Você faz qual formação profissional no curso técnico? _____

Você está matriculado na Educação para Jovens e Adultos (EJA) em qual nível de ensino?

Fundamental Médio

Você, matriculado na Educação para Jovens e Adultos (EJA), está em qual ano (preencher apenas com números)? _____

Qual curso você faz na faculdade? _____

Se você não está estudando atualmente, por que interrompeu os estudos?

- Atividade de trabalho formal (com carteira assinada/ contrato)
- Atividade de trabalho informal (sem carteira assinada)
- Baixo desempenho escolar (notas baixas) e falta de motivação
- Bullying
- Condição de saúde – doença, deficiência ou necessidade de tratamento diferenciado/ especial ou adaptação do ambiente/ tarefa devido a características físicas, mentais e/ ou relativas aos sentidos (visão, audição, olfato, tato, paladar); permanente ou de longa duração ou necessidade de órtese ou prótese, e/ ou uso contínuo de medicação.
- Dificuldade de acessar/ falta de internet e/ ou equipamento para estudo durante ensino remoto devido a pandemia
- Dificuldade de acessar o material impresso (exercícios e textos) disponibilizado pela escola durante o ensino remoto devido a pandemia
- Dificuldade de compreender o conteúdo dado durante ensino remoto devido a pandemia
- Falta de motivação para os estudos durante ensino remoto devido a pandemia
- Tarefas domésticas, tais como cuidar de irmãos e/ou avós e/ou filho(s)
- Uso de substâncias lícitas e/ ou ilícitas (álcool e/ou outras drogas)
- Outros: _____

Com quem você mora?

- Pais (pai/mãe) Avó(s) Pai ou mãe, somente Pais (pai/mãe), irmãos – se houver
- Mãe, irmãos, padrasto – se houver Pai, irmãos, madrasta – se houver
- Mãe e/ou avó(s), irmãos – se houver Pai e/ou avó(s), irmãos – se houver
- Pai e/ou mãe, avó(s), tio(s), irmãos – se houver
- Namorado(a)/ esposo(a), filhos/ enteados – se houver
- Sozinho(a) Outros: _____

Quantas pessoas moram na sua casa, contando com você?

- 1 (somente eu) 2-3 pessoas 3-5 pessoas
- 5-7 pessoas 7-9 pessoas Mais de 9 pessoas

Quantas pessoas que moram na sua casa trabalham?

- Zero (ninguém trabalha) 1-2 pessoas 3-5 pessoas
- 5-7 pessoas Mais de 7 pessoas

Qual a escolaridade do seu pai?

- Analfabeto (menos de um ano de estudo)
- Primário (igual ou menos que 4 anos de estudo)
- Ensino Fundamental (igual ou menos que 9 anos de estudo)
- Ensino Médio (igual ou menos que 12 anos de estudo)
- Ensino Técnico (igual ou menos que 13 anos de estudo)
- Ensino Superior (igual ou mais que 16 anos de estudo)
- Pós-Graduação (igual ou mais que 17 anos de estudo)
- Não sei responder

Qual a escolaridade da sua mãe?

- Analfabeto (menos de um ano de estudo)
- Primário (igual ou menos que 4 anos de estudo)
- Ensino Fundamental (igual ou menos que 9 anos de estudo)
- Ensino Médio (igual ou menos que 12 anos de estudo)

- Ensino Técnico (igual ou menos que 13 anos de estudo)
- Ensino Superior (igual ou mais que 16 anos de estudo)
- Pós-Graduação (igual ou mais que 17 anos de estudo)
- Não sei responder

Qual a sua renda familiar?

- Menos de R\$1.045,00 – menos de 1 salário mínimo
- De R\$1.045,00 até R\$2.090,00 – entre 1 a 2 salários mínimos
- De R\$2.090,00 até R\$4.180,00 – entre 2 a 3 salários mínimos
- De R\$4.180,00 até R\$6.270,00 – entre 3 a 4 salários mínimos
- Mais de R\$6.270,00 – mais de 4 salários mínimos

Você/ sua família são assistidos por algum programa de assistência social e renda do governo?

- Sim Não Não sei responder

Se você/ sua família são assistidos por algum programa de assistência social e renda do governo, qual (quais) o(s) programa(s)?

- Aluguel social Auxílio Emergencial COVID 19 ou similar/ programa substituto
- Benefício de Prestação Continuada (BPC) Bolsa Família Vale gás
- Não sei responder o nome do programa Outros: _____

Você está trabalhando atualmente?

- Sim
- Sim, mas afastado atualmente em função da pandemia de COVID 19
- Não

Se você está trabalhando, você está?

- No mercado de trabalho formal (com carteira assinada)
- No mercado de trabalho informal (sem carteira assinada)

Se você está trabalhando nos dias de hoje com carteira assinada, este é seu primeiro emprego formal?

- Sim, este é meu primeiro emprego com carteira assinada/ contrato
- Não, este não é meu primeiro emprego com carteira assinada e tenho essa experiência

Se você não trabalha atualmente ou trabalha sem carteira assinada, você já trabalhou no primeiro emprego com carteira assinada?

- Sim Não

Se você trabalha ou já trabalhou com carteira assinada, com qual idade conseguiu seu primeiro emprego formal (preencher apenas com números)? _____

Se você trabalha ou já trabalhou com carteira assinada, aonde você trabalha/ trabalhou?

Se você trabalha ou já trabalhou com carteira assinada, qual é/ era sua função? _____

Se você nunca trabalhou ou trabalha sem carteira assinada, está procurando seu primeiro emprego com carteira assinada?

Sim Não

Você tem experiência de trabalho sem carteira assinada?

Sim Não

Se você já teve experiência de trabalho sem carteira assinada, foi em qual (quais) atividade(s)?

Ajudante/ auxiliar de buffet, restaurante

Ajudante/ auxiliar de escritório ou consultório (pagar contas; arquivar, entregar, separar documentos; fazer atividades de rua / externas)

Ajudante/ auxiliar de pedreiro

Animador(a) de festas infantis

Atividade(s) de beleza, tais como fazer maquiagens, sobrancelhas, unhas, cabelos e depilação

Aula(s) particular(es)

Auxiliar de dentista/ veterinário

Babá de criança(s)

Balconista

Barista (fazendo e servindo cafés)

Bar-man (fazendo drinks e servindo bebidas em festas)

Camelô

Catador(a) de reciclados

Cuidador(a) de carros nas ruas

Cuidador(a) de idoso(s)

Cuidador(a)/ passeador(a) de animais de estimação

DJ/ fazendo som em festas

Empacotador(a) de mercadorias em feiras, mercados, supermercados

Empregado(a) doméstica

Entregador(a) de panfletos

Propaganda ou marketing digital (através de redes sociais com vídeos, postagens etc)

Recepcionista

Secretário(a)

Telemarketing

Trabalhos domésticos para familiares e amigos em troca de produtos ou dinheiro

Vendedor(a) ambulante nos sinais/ semáforos de rua

Vendedor(a) de drogas ilícitas ou aviãozinho

Vendedor(a) de produtos artesanais (chup-chup /sacolê / geladinho, salgados, doces, acessórios entre outros)

Vendedor(a) de roupas, sapatos e/ou produtos de beleza para pessoas ou animais de estimação

Outros: _____

Você acessou algum programa social ou política pública para o primeiro emprego com carteira assinada?

Sim Não Não sei responder

Você se inscreveu em algum desses programas para o primeiro emprego com carteira assinada?

Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA

- Programa Escola de Fábrica
- Programa Jovem Aprendiz
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC
- Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) / Programa Primeiro Emprego
- Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem
- Outros: _____

Você se candidatou em alguma dessas empresas para o primeiro emprego com carteira assinada?

- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC
- Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENART
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR
- Não acessei nenhuma dessas empresas/ programas para buscar/ conseguir o primeiro emprego com carteira assinada/ contrato
- Não sei responder
- Outros: _____

Como você faz/ fez para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada?

- Cadastrei em cursos de qualificação que direcionam para o mercado de trabalho formal (com carteira assinada)
- Entreguei currículos em empresas
- Enviei currículos via internet e/ ou me inscrevi nos sites das empresas, através da internet
- Inscrevi em instituições voltadas para colocação de jovens no mercado de trabalho formal (com carteira assinada)
- Participei de exame de seleção (prova e/ou entrevista)
- Pedi ajuda de amigos que já trabalham em empregos formais (com carteira assinada) para que me indicassem em suas empresas
- Solicitei encaminhamento para o primeiro emprego formal (com carteira assinada) através da escola
- Solicitei encaminhamento para o primeiro emprego formal (com carteira assinada) no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS – do meu bairro
- Outros: _____

Você participa/ participou de algum curso, treinamento ou capacitação para jovens e o mercado de trabalho com carteira assinada?

- Sim Não

Você faz/ fez algum curso além das atividades escolares, como computação ou idioma?

- Sim Não

Você pratica/ praticou esporte, dança, grafite etc; participa/ participou de projeto social ou grupo para jovens? Sim Não

Você trabalha/ trabalhou como voluntário(a)? Sim Não

Agradecimentos

Desde já agradecemos sua participação! Em breve você receberá uma via do TALE / TCLE assinada pela(s) pesquisadora(s) em seu e-mail.

APÊNDICE 5 – Categorização aproximada das afirmativas como facilitadores ou barreiras, segundo as dimensões analisadas: individuais, contextuais e macroestruturais

Procurei o primeiro emprego com carteira assinada, ou sem carteira assinada, porque acredito que o trabalho contribui positivamente para a formação da minha identidade pessoal.	Facilitador	Dimensão: Individual
Para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada, é importante ter confiança em si mesmo.	Facilitador	Dimensão: Individual
Para o primeiro emprego com carteira assinada, as empresas buscam jovens que se mostram extrovertidos, organizados e responsáveis.	Facilitador	Dimensão: Individual
Quanto mais baixo o nível de escolaridade, mais difícil é conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Individual
Quem estuda em escola pública tem dificuldade para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Individual
O acesso ao primeiro emprego com carteira assinada depende da opção religiosa do jovem.	Barreira	Dimensão: Individual
Curso de formação para o trabalho facilita conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Individual
Experiência prévia de trabalho (sem carteira assinada e/ou voluntário) facilita conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Individual
Ter habilidade com computador e internet é importante para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Individual

Ter tatuagem e / ou piercing visível dificulta conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Individual
A apresentação pessoal é fundamental para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Individual
Procurei o primeiro emprego com carteira assinada ou sem carteira assinada, porque não quero depender financeiramente de meus familiares.	Facilitador	Dimensão: Contextual
Procurei o primeiro emprego com carteira assinada ou sem carteira assinada, porque preciso ajudar minha família com dinheiro.	Facilitador	Dimensão: Contextual
Procurei o primeiro emprego com carteira assinada, porque quero uma vida diferente da dos meus pais.	Facilitador	Dimensão: Contextual
Meninas têm mais dificuldade para conseguir emprego com carteira assinada que meninos.	Barreira	Dimensão:
Jovens indígenas, pessoas pretas ou pardas, têm mais dificuldade para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada que jovens brancos.	Barreira	Dimensão: Contextual
Pessoas com deficiência não são priorizadas no acesso ao primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Contextual
Viver em bairros violentos diminui a chance de obter emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Contextual
Morar em aglomerados dificulta conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Contextual
As empresas preferem contratar jovens que morem perto do local de trabalho.	Facilitador	Dimensão: Contextual
O uso de álcool e / ou drogas diminui chances de conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Contextual
Ter celular é importante para conseguir o primeiro emprego.	Facilitador	Dimensão: Contextual

Pessoas transgêneros e / ou homoafetivas não são priorizadas no acesso ao primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Contextual
Ter que fazer tarefas de casa e/ou cuidar de familiares atrapalha conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Contextual
Contar com apoio da minha família me motiva a conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Contextual
Como todos meus colegas trabalham, eu também busquei o primeiro emprego, com carteira ou sem carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Contextual
A falta de dinheiro para pagar pelo transporte público atrapalha conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Contextual
Penso como meus pais: trabalhar é importante na juventude.	Facilitador	Dimensão: Contextual
Os programas sociais do governo foram fundamentais para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Macroestrutural
Ter acesso à internet é fundamental para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Macroestrutural
Participar de atividades de lazer e cultura facilita conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Macroestrutural
Participar de projetos sociais contribui para conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.	Facilitador	Dimensão: Macroestrutural
A situação política do país dificulta o acesso ao primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Macroestrutural
A situação econômica do país dificulta o acesso ao primeiro emprego com carteira assinada.	Barreira	Dimensão: Macroestrutural
A falta de saneamento básico (abastecimento de água potável, esgoto sanitário fechado e coleta de lixo) em casa	Barreira	Dimensão: Macroestrutural

atrapalha conseguir o primeiro emprego com carteira assinada.		
---	--	--

APÊNDICE 6 – Carta Convite



UF *m* G



SOLICITAÇÃO DE DIVULGAÇÃO INTERNA DA PESQUISA

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Título da pesquisa: **Ocupação e Inclusão Social de Jovens: barreiras e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego**

Orientadora: Prof. Dra. Adriana M. Valladão Novais Van Petten

Coorientadora: Profa. Dra. Rosangela Gomes da Mota de Souza

Curso: Mestrado em Estudos da Ocupação

Aluna: Luciana Ferreira Gomes

Prezados Srs.

Eu, Adriana M. Valladão Novais Van Petten, responsável principal pelo projeto de pesquisa para defesa de dissertação, o qual pertence ao Curso de Mestrado em Estudos da Ocupação da Universidade Federal de Minas Gerais, Profa. Dra. Rosangela Gomes da Mota de Souza (coorientadora) e a aluna do curso de mestrado Luciana Ferreira Gomes, estamos desenvolvendo pesquisa intitulada Ocupação e Inclusão Social de Jovens: barreiras e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego que tem como objetivo delinear fatores contextuais – ambientais, pessoais e macroestruturais – que atuam como barreiras ou facilitadores do acesso ao primeiro emprego, na perspectiva de jovens de 14 a 24 anos, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa nº 4.554.627 sendo garantido aos pesquisados confidencialidade e anonimato. Para tanto, gostaríamos da colaboração de V. S^a. para divulgação da pesquisa em tela junto ao público alvo da pesquisa: jovens de 14 a 24 anos que buscam ou já acessaram o primeiro emprego.

Sendo assim, venho pelo presente, solicitar divulgação interna do link do questionário elaborado para essa pesquisa objetivando realização da coleta de dados via e-mail, redes sociais – *twitter, facebook, instagram, messenger, blogs, fóruns online*. Esse questionário estará disponível para resposta no período de março a junho de 2021 e destina-se ao trabalho de pesquisa sob o título Ocupação e Inclusão Social de Jovens: barreiras e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego. Os benefícios dessa pesquisa relacionam-se aos resultados encontrados que poderão subsidiar análises e sugestões de reformulações de programas e políticas públicas que tratam do primeiro emprego.

Contando com a divulgação interna por essa instituição, coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2021.

Assinado por:

Profa. Adriana M. Valladão Novais Van Petten

Fone: (31) 3409-4779; e-mail: cpgeo@eeffto.ufmg.br. Universidade Federal de Minas Gerias. Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 Pampulha, Belo Horizonte-MG, 31270-901

ANEXO 1 – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: OCUPAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL DE JOVENS: barreiras e facilitadores para o acesso ao primeiro emprego

Pesquisador: Adriana Maria Valladão Novais Van Petten
Área Temática: Ocupação, Políticas Públicas e Inclusão Social

Versão: 2

CAAE: 39633720.5.0000.5149

Instituição Proponente: PRO-REITORIA DE PESQUISA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.554.627

Apresentação do Projeto:

Trata-se da pesquisa de mestrado da pós-graduanda Luciana Ferreira Gomes, sob orientação Profa. Dra. Adriana M. Valladão Novais Van Petten e coorientação da Profa. Dra. Rosângela Gomes da Mota de Souza, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Ocupação da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Departamento de Terapia Ocupacional) da UFMG.

O estudo pretende identificar, na percepção de jovens de 14 a 24 anos, os elementos que facilitam ou dificultam o acesso aos programas e políticas públicas de inserção no primeiro emprego. Será realizado estudo observacional, descritivo-exploratório, para caracterizar a população jovem em busca do primeiro emprego verificar as associações entre os fatores (sexo, escolaridade, auto percepção, contexto familiar, suporte social e outros) que impactam no desfecho de interesse, o acesso ao primeiro emprego (variável dependente – VD). A amostra será composta de forma conveniente, estima-se incluir cerca de 500 jovens entre 14 a 24 anos, sem agravos de saúde, em vulnerabilidade social e que estejam em busca ou que já conseguiram acessar o primeiro emprego via programas sociais. Serão excluídos jovens que tenham acessado o primeiro emprego sem participarem de programas ou políticas públicas. A coleta de dados será realizada a partir da aplicação de questionário enviado on-line para a população-alvo. O recrutamento da amostra será feito a partir divulgação do

questionário (formulário do *Google docs*) nas redes sociais (*facebook, instagram, messenger, blogs* e fóruns online) e junto a empresas que empregam jovens.

Continuação do Parecer: 4.554.627

O questionário é composto de 82 questões, sendo 12 abertas e 70 fechadas, relacionadas às dimensões contextuais – individuais e ambientais – e aspectos macroestruturais referentes ao acesso ao primeiro emprego. As perguntas fechadas estão no formato escala Likert, de cinco pontos. O tempo estimado para preenchimento do questionário é de 15 minutos. Este questionário será testado em um pré-teste com 5 a 10 jovens com perfil semelhante ao público alvo da pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo primário do estudo é identificar fatores facilitadores e as barreiras para o acesso ao primeiro emprego entre jovens de 14 a 24 anos. Os objetivos secundários incluem: caracterizar a população de jovens, entre 14 a 24 anos, que buscam ou estão no primeiro emprego; identificar aspectos individuais, contextuais e macroestruturais que podem interferir no acesso ao primeiro emprego; e identificar as associações entre os aspectos individuais, contextuais, macroestruturais com o acesso ao primeiro emprego.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos associados a participação no estudo são mínimos e incluem desconforto resultante de algum possível constrangimento aos responder perguntas que abordam condições socioeconômicas, familiares e pessoais.

Não existem benefícios diretos para os participantes do estudo, mas benefícios indiretos incluem possíveis impactos positivos nas políticas públicas do país na temática estudada, pois os autores acreditam que os resultados do estudo poderão contribuir para a análise dos programas e políticas públicas destinadas ao acesso ao primeiro emprego.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Os pesquisadores apresentaram cronograma revisado, apresentado no Projeto completo no qual a data de início das atividades descritas como “pré-teste” e “pesquisa de campo” estão previstas para começar em março de 2021. Contudo, no cronograma enviado na folha de rosto atualizada da Plataforma Brasil, ainda consta que a coleta de dados será iniciada em 01/01/2021.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram enviados os seguintes documentos revisados:

- Informações básicas sobre o Projeto
- Projeto corrigido no qual foram modificados cronograma e as informações sobre TCLE's e TALE conforme o conteúdo destes documentos modificados que foram enviados, separadamente, entre os documentos da Plataforma Brasil.

- TCLE para os participantes a partir de 18 anos
- TALE para os participantes menores de 18 anos

Foi enviado o TCLE elaborado para os responsáveis pelos jovens de 14 a 18 anos que serão incluídos no estudo. Além disso, os pesquisadores enviaram carta resposta ao Parecer 4.516.537 emitido pelo CEP-UFMG, na qual respondem e informam que atenderam a todas as exigências solicitadas no referido parecer.

Recomendações:

Revisar no TCLE's e TALE os seguintes pontos:

- Pontuação, erros ortográficos e/ou de digitação ao longo do texto.
- Onde foi mencionada a “Resolução 466/12”, acrescentar “do Conselho Nacional de Saúde”.

Necessário deixar claro quais são as opções para a frase “Caso você concorde em participar, assine esse documento (marcando uma das opções abaixo), e inicie o preenchimento do questionário”, pois estas opções não aparecem no texto enviado para a apreciação do CEP-UFMG. Sugere-se que, sendo as opções de aceite e não aceite para participação do estudo, a frase seja deslocada para o final do documento, de forma que a instrução venha logo acima de onde deve ser marcada a opção que indica concordar em participar.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que os pesquisadores atenderam as solicitações do parecer anterior emitido pelo CEP-UFMG e que resolverão as inadequações enumeradas neste parecer, somos favoráveis a aprovação da pesquisa.

Inadequações:

- No texto dos TCLE's e TALE, onde consta “cópia deste termo” deve ser substituído por “via deste termo”.
- No título do TALE onde consta “14 A 18 ANOS” substituir por “14 A 17 ANOS”

O cronograma apresentado na Plataforma Brasil, precisa ser atualizado conforme informações enviadas no projeto atualizado e também declarado pelos pesquisadores em carta de esclarecimento ao CEP-UFMG nos quais constam que as atividades de coleta de dados da pesquisa só serão iniciadas março de 2021, após a aprovação deste comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Continuação do Parecer: 4.554.627

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO PROJETO_1650444.pdf	12/02/2021 17:02:02	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_corrigido.pdf	12/02/2021 17:01:06	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Jovens_corrigido.pdf	12/02/2021 16:55:02	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pais.pdf	12/02/2021 16:54:47	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TALE_Corrigido.pdf	12/02/2021 16:54:24	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito
Outros	CartaResposta.pdf	12/02/2021 16:52:06	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	27/10/2020 09:44:10	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito

Continuação do Parecer: 4.554.627

Parecer Anterior	Parecer_PROJETO_PESQUISA_Adriana_Valladao.pdf	27/10/2020 09:36:18	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_PRIMEIRO_EMPREGO_JOVEN_S_BARREIRAS.pdf	26/10/2020 11:58:18	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_PRIMEIRO_EMPREGO_JOVEN_S_BARREIRAS.pdf	26/10/2020 11:58:04	Adriana Maria Valladão Novais Van Petten	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELO HORIZONTE, 23 de
Fevereiro de 2021

Assinado por:

Críssia Carem Paiva Fontainha
(Coordenador(a))